

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 840
1 de Fevereiro de 1990
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Em Foco

Avante!
Ano 59 - Série VII
N.º 840
1 de Fevereiro de 1990
3.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Avante! e o Congresso



Pág. 2/Em Foco

Comunicação social

Artigos de António Filipe e Vítor Dias
Págs. 3, 4 e 5/Em Foco

10 notas sobre o INES

Artigo de Jorge Araújo
Págs. 6 e 7/Em Foco



Cartas do leitor

Págs. 2 e 15/Em Foco

NOVA DERROTA DO GOVERNO!

Associação Nacional de Municípios
condena por unanimidade e aclamação os
inquéritos parlamentares às Câmaras de
Loures e Seixal

Pág. 6/Semana

Crude e irresponsabilidade dão desastre na Madeira



Págs. 8 e 9/Em Foco

PODER LOCAL

- CDU mais forte
no distrito de Viana do Castelo
- Montijo: um «buraco» por herança
o trabalho por resposta

Págs. 12 e 13
Em Foco

AUMENTOS SALARIAIS E REIVINDICAÇÕES SOCIAIS

Movimentam trabalhadores das minas da Panasqueira,
da CP, da Siderurgia, do ramo automóvel, administração
pública e outros sectores, médicos e professores

Pág. 3
Semana



JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP

Iniciam-se amanhã em Lisboa as Jornadas Parlamentares do PCP sob o
lema «Relançamento da actividade do Grupo Parlamentar para a segunda
fase legislativa»

Págs. 1 e 2/Semana

Editorial

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 840

1 de Fevereiro de 1990
1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

No caminho da convergência

A reunião da passada semana do Comité Central do PCP abriu em termos mais aprofundados, na base das duas Resoluções aprovadas, a discussão da situação política nacional resultante das eleições autárquicas de Dezembro, os trabalhos preparatórios do XIII Congresso (extraordinário).

No último fim de semana um número restrito ainda de organismos discutiu já os dois documentos saídos da reunião do CC, o processo de discussão vai intensificar-se, novas reuniões a vários níveis estão previstas, o colectivo do Partido é chamado ao debate das questões mais candentes da actualidade política nacional e internacional.

Neste número do nosso jornal algumas cartas recebidas nas últimas semanas, que não perderam por isso o seu interesse actual, dão início também nas colunas do «Avante!» a uma necessária participação que se pretende alargada e profícua na consciencialização e informação dos comunistas sobre as principais tarefas do Partido e no debate de ideias visando a preparação e realização do XIII Congresso (extraordinário), convocado para a primeira quinzena de Maio.

Num momento em que as alterações de conjuntura e de contextura política nacional e internacional se produzem numa cadência acelerada e em escala surpreendente, o partido de classe dos trabalhadores e do povo português na sua expressão social mais genuína não deve marchar a reboque dos acontecimentos mas preveni-los a tempo e influir de modo útil, e em certos aspectos de modo decisivo. Quer na sua compreensão política, quer mesmo - no que à realidade portuguesa importa - no seu próprio processo de desenvolvimento.

Na política nacional três questões ganham relevo no conjunto das que no momento actual se colocam aos portugueses após o rescaldo das eleições de 17 de Dezembro.

Uma, a das alterações na correlação de forças na sociedade portuguesa que nos resultados das autárquicas permitiram aferir em termos eleitorais e políticos e que põem actualmente em causa a legitimidade política do governo PSD/Cavaco Silva;

Outra, a da retomada dos planos e do processo de contra-revolução em Portugal após a operação de cosmética da remodelação ministerial pelo cavaquismo governante, cada vez mais desacreditado, contestado e desautorizado pela crescente maioria do povo português; Uma terceira, a da convergência e unidade das forças mais consequentes e representativas da democracia portuguesa visando a construção e viabilização de uma alternativa democrática ao governo PSD/Cavaco e à sua nefasta política.

São questões que se encontram no centro do contencioso e do debate políticos da hora actual e que exigem dos partidos e organizações democráticas portuguesas uma necessária resposta no plano da acção.

Aliás, debate e acção exprimem duas facetas do processo político de construção e viabilização de uma alternativa democrática à direita governante.

Debater e agir - agir e debater são partes

constitutivas do método de reconhecimento dos factores de aproximação e de distanciação no processo de convergência e unidade entre as forças democráticas, do peso relativo de cada um daqueles factores no relacionamento mútuo e da necessária redução e superação das dificuldades e divergências de percurso.

O governo PSD/Cavaco Silva e a sua maioria parlamentar, institucionalmente legitimados pelo resultado das Legislativas de Junho de 87 carece manifestamente no momento actual de legitimidade política e não pode invocar o mandato do povo para impor ao País a continuação do seu projecto contra-revolucionário de restauração do capitalismo monopolista de Estado, seu principal objectivo estratégico de Poder. Isso é salientado na Resolução Política do CC.

A realidade deve ser encarada sem sofismas.

É um projecto assente na exploração agravada dos trabalhadores e das classes e camadas intermédias da população; no cerceamento - que em formas extremas poderia ir mesmo até à supressão - de direitos, liberdades e garantias sociais e políticas arduamente conquistadas pelo povo português com a revolução de Abril; na alienação a favor do grande capital privado, principalmente da sua tentacular componente multinacional, das empresas e sectores básicos nacionalizados da economia nacional; no restabelecimento em formas incontroláveis de uma dinâmica de subordinação e corrupção do Poder ao serviço de interesses parasitários.

A bitola eleitoral, com toda a sua carga política efectiva na medição de forças em regime democrático não é, porém, a única e exclusiva forma de legitimação do poder, no caso vertente, do cavaquismo governante. Um outro barómetro - que em condições determinadas pode assumir carácter decisivo - é a força, a combatividade e a amplitude do movimento de contestação popular de massas à política governamental. O movimento contestatário actual dessa política é negavelmente um outro dado objectivo e efectivo de avaliação da legitimidade política do governo cavaquista.

Não pode ignorar-se que a Constituição da República prevê mecanismos para alterar, se for caso disso, o rumo da política nacional numa rigorosa observância dos preceitos constitucionais. Num momento em que se avolumam os factores de crise na conjuntura nacional e se aprofunda a corrosão da base de apoio do governo de Cavaco é útil não perder isso de vista. A necessidade e a eventualidade do recurso a todos os mecanismos institucionais para corrigir os desfazamentos do poder político podem vir a tornar-se impositivos.

A um mês da remodelação de fachada do governo cavaquista os factos indicativos da retomada dos planos de restauração monopolista e do restabelecimento da sua dinâmica demonstram e confirmam que a política de classe do governo PSD/Cavaco não é um sofisma.

A subida generalizada dos preços, de modo brutal nos produtos alimentares particularmente dos produtos hortícolas, explicada por razões das intempéries, e da correspondente escassez, mas que se sabe estar a atingir aumentos que oscilam dos 100 aos 500% pela acção especuladora dos grandes intermediários, está a afectar duramente os custos da alimentação dos trabalhadores. Os novos aumentos de anteontem do preço da electricidade que chegam a atingir os 22% com todos os seus efeitos a curto prazo no aumento do custo dos factores, é um novo atentado às difíceis condições de vida do povo.

Simultaneamente nas negociações de princípio do novo ano da contratação colectiva afectando mais de 1 milhão de trabalhadores o governo pretende impor um tecto salarial de 9,5/10% quando a taxa oficial de inflação, normalmente afirmada pelo Governo abaixo dos números reais atingiu no fim do ano os 12,7% e tudo aponta para novas subidas no decurso de 1990.

Logicamente, contra esta política cresce a contestação popular de massas, a instabilidade social é uma constante da acção governativa.

As greves de vários sectores laborais, de que a dos transportes ferroviários está afectando por culpa da teimosia do Governo e do conselho de gerência da CP a vida e o trabalho de dezenas de milhares de utentes, são uma legítima resposta contra esta forma de provocar a baixa do salário real dos trabalhadores.

As calamidades naturais que estão afectando duramente a agricultura, os agricultores e a vida das populações, principalmente das ribelrinhas, vieram dar expressão trágica à incúria sistemática do Governo na adopção de medidas preventivas, Governo que, entretanto está acumulando cerca de 300 milhões de contos com a operação das reprivatizações de empresas públicas e a pagar com uma valorização de 16% e num volume superior a 200 milhões de contos as indemnizações por expropriação aos antigos detentores da maioria do capital dessas empresas antes das nacionalizações.

O processo das privatizações objecto da maioria dos 17 pedidos de ratificação subscritos até anteontem na Assembleia da República pelo PCP e o PS trouxeram de novo toda esta questão para a ribalta política.

As manobras especulativas no mercado bolsista nas operações de venda das acções das empresas públicas já reprivatizadas, de que grupos estrangeiros detinham já em Outubro do ano passado mais de 232 milhões de contos, assumem aspectos de escândalo, põem em frangalhos a pudica cortina dos limites legais estabelecidos pelo governo na aquisição de acções pelos grandes grupos financeiros portugueses e estrangeiros e reduzem a fumo o chamado «capitalismo popular».

O caso da Seguros Tranquilidade de que os antigos detentores - o Grupo Espírito Santo - já arrecadou 34% do capital, é paradigmático: o Grupo, com contratos-promessa assinados por 2 anos, mobilizou como compradores no leilão da Bolsa um grande número de pequenos accionistas a quem se propõe comprar por 8

400 a 8 600 escudos, quando foram postas no mercado ao preço de 4 600\$00 - ou seja, quase 4 vezes superior ao valor de face das acções.

A convergência e unidade das forças democráticas na perspectiva da construção e viabilização de uma alternativa democrática à direita governante tornaram-se ainda mais imperativas face à transposição para o plano legislativo de algumas das novas disposições constitucionais impostas pelos votos do PSD, do CDS e do PS na última revisão da Constituição.

O projecto de uma nova lei eleitoral de que são graves dispositivos a redução de 30 a 35 no número de deputados à Assembleia da República, e a alteração dos círculos eleitorais visando de forma directa a representatividade parlamentar do PCP mas ameaçando à distância a própria representatividade das forças democráticas, claramente vinculada a um conceito de bipolarização da política nacional susceptível de garantir por tempos imprevisíveis o monopólio político da direita, está em vias de ser imposta se o PS não arrearpear caminho a tempo na sua contribuição em votos necessários para a fazer passar na AR.

Uma outra disposição actualmente em debate parlamentar é a da criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social com a supressão proposta pelo PSD do Conselho de Imprensa, disposição que nas condições em que o partido do governo a tenta impor asseguraria a governamentalização e o monopólio da direita na Comunicação Social falada e escrita.

Os perigos de materialização legislativa daqueles novos dispositivos constitucionais põe com crescente acuidade a questão da viabilização de uma alternativa verdadeiramente democrática que depende agora numa grande medida das posições do PS no debate e nas decisões parlamentares.

Tem evidente valor actualidade o que é dito na Resolução do CC do PCP Sobre a Actualidade Política: «O Comité Central salienta como uma grande lição da democracia portuguesa, confirmada pelos resultados das eleições autárquicas que, nenhuma força democrática está em condições só por si de constituir uma alternativa democrática à direita.»

Que as forças democráticas mais representativas tirem dos factos as necessárias lições.

É num quadro político em que se projectam fortemente também às profundas alterações em curso nos países do Pacto de Varsóvia que o PCP prepara activamente o XIII Congresso (extraordinário). Todos os militantes do Partido têm o dever de participar em toda a fase de preparação e realização do Congresso para que os objectivos que determinaram a sua convocação sejam alcançados.

Certos membros do Partido que em declarações públicas pretendem apoucar a iniciativa do Congresso e comprometer os seus resultados estão enveredando por métodos e caminhos que levaria a água aos moinhos dos inimigos da democracia e do socialismo em Portugal.

O caminho da convergência passa também pela afirmação vigorosa da identidade do Partido no seu XIII Congresso (extraordinário).

Resumo

25
Quinta-feira

Reúne-se pela primeira vez a nova gestão da Câmara Municipal de Lisboa; assinalando uma inversão de fundo na filosofia da gestão municipal, a principal decisão do executivo da capital foi a transferência de competências e recursos para as Juntas de Freguesia, estando também em agenda o regimento da Câmara, delegações de poderes e distribuição de pelouros ■ Dez pilotos da Base Aérea de Sintra solicitam dispensa de funções alegando «cansaço psicológico», enquanto alguns dos 18 pilotos da Base Aérea de Monte Real que já haviam invocado motivos semelhantes para recusa de voar, repetiram a recusa e as justificações ■ O sector de transportes de Lisboa do PCP manifesta, em comunicado, o seu «apoio à luta dos trabalhadores ferroviários no conflito que se arrasta há meses com completa ausência de diálogo do CG da CP» ■ O governo de Cuba anuncia que vai suspender a retirada das suas tropas em Angola até que lhe sejam fornecidas explicações pelo incidente que vitimou quatro soldados cubanos, a norte do paralelo 13 e que, ainda segundo o governo cubano, constitui uma violação do acordo de Nova Iorque entre Angola, Cuba e África do Sul ■ Morre a actriz Ava Gardner, com 67 anos.

26
Sexta-feira

Continua a greve do pessoal de terra da TAP e dos trabalhadores da CP deixam aviões em terra e os comboios parados, perante a intranquilidade dos respectivos conselhos de gerência, que se recusam a negociar ■ O ministro soviético da Defesa, Dmitri Iazov, declara ao «Izvestia» que a intervenção do Exército na Azerbeijão se deveu ao facto de a chamada Frente Popular se preparar para tomar o poder naquela república da Transcaucásia ■ Aumenta o escândalo em Espanha relativo às alegadas benesses do vice-presidente do governo, Alfonso Guerra, para com familiares seus: o diário madrilenho «El País» publica provas de como o governo de Felipe Gonzalez concedeu, em 1986, mais de 200 000 contos a fundo perdido, bem como generosas isenções fiscais e preferência no acesso ao crédito, a uma empresa vinculada ao irmão do vice-presidente do governo ■ A tempestade que ontem se abateu sobre a Europa Ocidental provoca cerca de 90 mortos e desaparecidos e dezenas de feridos; a Grã-Bretanha, onde se fala de 45 mortos, foi o país mais

27
Sábado

Chega a Portugal numa visita «particular» o chefe da Unita, Jonas Savimbi, que se demorará alguns dias no nosso País ■ O presidente mexicano, Carlos Salinas, deixa o nosso País após uma visita de trabalho de dois dias ■ A DORL do PCP anuncia a realização de um comício na primeira quinzena de Março, com a participação de Álvaro Cunhal, por ocasião do aniversário do Partido ■ A televisão soviética informa que tropas soviéticas fizeram abortar, em Baku, capital do Azerbeijão, um plano de extremistas para tomar pela força os principais edifícios administrativos e prisões dessa cidade ■ O Papa João Paulo II deixa a Guiné-Bissau, a caminho do Mali, após uma visita pastoral de 21 horas a este país maioritariamente muçulmano e animista ■ A 2.ª parte do XVI Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro (POSH) termina com um alerta contra a «restauração do capitalismo» no país e com um apelo aos húngaros para que participem numa manifestação convocada pelos sindicatos contra a política do governo.

28
Domingo

Cavaco Silva, na qualidade de presidente do PSD, recebe Jonas Savimbi, enquanto este referia à imprensa, à saída da visita, que havia sido recebido pelo «sr. primeiro ministro» ■ Realiza-se o II Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas (FSTIEP), onde se denuncia, nomeadamente, que as «reestruturações» selvagens no sector fizeram desaparecer 9000 postos de trabalho ■ Apoiantes e opositores da Frente Romena de Salvação Nacional concentram-se em Bucareste em manifestações rivais; a Frente, que garante o governo provisório desde a deposição de Ceausescu, pede o apoio popular à sua decisão de concorrer às eleições de Maio enquanto se mantém no governo, o que é firmemente contrariado pela oposição ■ Um grupo de «reformistas» do Partido Operário Unificado Polaco (POUP) decide fundar um novo partido de cariz social democrata, denominado União para a Social Democracia da República Polaca; o grupo de cerca de 100 delegados ao congresso do POUP decidiu-se pela ci-

são na sequência da aprovação, pela maioria dos 1637 delegados do partido da manutenção da sua estrutura interna, alterando apenas a sua denominação.

29
Segunda-feira

Um camião liberta cloro em Constança, no distrito de Santarém, e causa intoxicação a 10 pessoas ■ As várias centenas de metros de barreiras oceânicas instaladas no Porto Santo foram impotentes para resistir aos ventos e às correntes marítimas que, na madrugada de hoje, as reventaram e fizeram o crude espalhar-se de novo no mar ■ O secretário de Defesa norte-americano, Dick Cheney, propõe o encerramento ou reconversão de 69 bases militares nos EUA e no estrangeiro, no quadro de programa de redução de custos com a Defesa ■ Os astrónomos Patrice Bouchet (francês) e Rolando Vega (chileno), que trabalham como especialistas convidados no observatório de Silla, no norte do Chile, deram o nome de «Austin 1989 C1» a um novo cometa 10 vezes mais brilhante que o de Halley e está a aproximar-se da Terra; o nome de «Austin» é uma homenagem ao astrónomo que primeiro deduziu a sua existência, segundo Bouchet.

30
Terça-feira

O presidente da Unita, Jonas Savimbi, interrompe visita a Portugal, devido à situação militar em Angola, concretamente uma ofensiva do Exército angolano na província de Cuando-Cubango ■ A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) emite um comunicado condenando a legislação agora aprovada referente ao acesso ao ensino superior ■ Realiza-se uma reunião entre as centrais sindicais e as confederações patronais portuguesas ■ Polónia pede em Estrasburgo a sua adesão ao Conselho da Europa ■ Em Kosovo, Jugoslávia, realizam-se manifestações violentas, de que já resultaram 8 mortos e dezenas de feridos ■ O secretário-geral do Partido Comunista Búlgaro, propõe, no XIV Congresso Extraordinário a decorrer em Sófia, a renovação radical do Partido, numa base marxista mas não dogmática ■ O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, diz, em encontro com militantes e quadros de Luanda, que a «irredutível intransigência dos inimigos da paz» está a «prejudicar de forma criminosas» os interesses nacionais.

Avante!

Nova tabela de assinaturas

	12 N.ºs	25 N.ºs	50 N.ºs
PORTUGAL	750\$00	1500\$00	3000\$00
EUROPA	2350\$00	4625\$00	9250\$00
PAÍSES EXP. PORT.	2850\$00	5675\$00	11 350\$00
EXTRA EUROPA	3650\$00	7250\$00	14 500\$00

Avante!

Projetados de todos os países UNI-VOS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEx. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEx
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matriculada: 47059
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira,
SARL Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º -
Lisboa. Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 19-2.º -
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4090 Porto
Tel. 69 39 06/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Governo sem fôlego e credibilidade

— afirmou Carlos Brito

O líder parlamentar comunista, Carlos Brito, criticou severamente na terça-feira o Primeiro-Ministro por este não ter prestado à Assembleia da República os necessários esclarecimentos quanto à remodelação governamental e às novas orientações que parecem estar na forja para ultrapassar os sérios reveses que a política do executivo tem sofrido.

Ao evitar o diálogo com os partidos da oposição e com o órgão de soberania perante o qual é politicamente responsável — prática corrente em qualquer país de regime democrático — Cavaco Silva acabou deste modo, inadvertidamente, por evidenciar os receios que sente de ter de enfrentar o Parlamento, facto que equivale a dizer, na opinião de Carlos Brito, que o Governo «está sem fôlego e a remodelação não tem credibilidade».

Para esta circunstância, de acordo com a análise do dirigente comunista, contribuíram sem dúvida as derrotas infligidas ao PSD nos dois actos eleitorais ocorridos no ano transacto, reveses esses que, por sua vez, foram consequência do

descontentamento que alastra, patente de resto na conflitualidade social que recrudesce e nos processos reivindicativos em curso.

Neste quadro, afigura-se oportuno contestar, como foi sublinhado, a pretensa legitimidade do Governo de conduzir a política do País com base na maioria conjuntural de 1987, sendo mesmo pertinente «recusar com toda a firmeza o delírio governamentalizador — as palavras são de Carlos Brito — com que o Executivo de Cavaco Silva invadiu todas as áreas da vida nacional», incluindo a Assembleia, de que o exemplo mais recente são as propostas sobre o Conselho da Bioética, a lei do Conselho Económico e Social e a Alta Autoridade para a Comunicação Social.

Comunicação Social que seria também objecto de um breve comentário na declaração política de Carlos Brito, ao referir em particular o caso da televisão, questão que não hesitou em classificar como o «maior escândalo do País».

Fundamentando a afirmação, lembrou a entrevista ao Pri-

meiro-Ministro, a qual, «pelo horário escolhido, pela doçura do trato e a mansidão das perguntas», representou uma «flagrante discriminação positiva», enquanto, por outro lado, as forças de oposição «são tratadas com rudeza, remetidas ao silêncio ou em coberturas off».

Alvo de duras críticas por parte do dirigente do PCP foi ainda a posição do Governo relativamente à viagem de Jonas Savimbi. Depois de acusar o Executivo de não ter prestado qualquer esclarecimento, Carlos Brito definiu a posição da bancada comunista sobre o assunto afirmando tratar-se de «uma campanha internacional de promoção da política da União e do seu chefe visando influenciar em conformidade os destinos de Angola».

As opções em matéria fiscal

Foi sem dúvida um debate oportuno e positivo o realizado há dias na Assembleia em redor de um diploma da iniciativa do Grupo Parlamentar do PS que assegura os diferentes direitos e garantias de defesa dos contribuintes em matéria fiscal.

Oportuno e positivo, está bem de ver, por vir ao encontro de uma necessidade sentida pela generalidade dos cidadãos contribuintes, interessados em que sejam introduzidas no sistema fiscal normas que instituem tais direitos — reconhecidamente escassos no momento actual — que permitam de algum modo atenuar os efeitos negativos do presente ciclo que leva o Governo a privilegiar o rápido aumento das receitas fiscais em detrimento da aplicação de normas que garantam a justiça e a transparência.

Um ciclo que o projecto socialista define na sua nota preambular como «Infernal» e que se resume no fundo a que os particulares evitem os impostos pela fraude (face à elevada carga tributária) ao que o Estado responde criando novos e mais violentos impostos para compensar a perda de receitas originada pela evasão fiscal, mas ainda com a agravante de que esses novos e mais violentos impostos acabam por recair normalmente sobre os que já cumpriram os seus deveres, permanecendo os faltosos no gozo de vantagens ilegítimas.

Em face deste quadro, resultado da desactualização e insuficiência do actual código, exigia-se, pois, como tratou de sublinhar o deputado comunista Octávio Teixeira (autor, aliás, de uma proposta idêntica apresentada há dois anos por ocasião da discussão da Lei de Bases da Reforma Fiscal), uma lei do processo tributário que respondesse positiva e constitucionalmente à maior parte das garantias dos contribuintes, sem prejuízo das garantias do Estado.

Só que não foi isso que o

Executivo fez, tornando-se evidente que as suas opções foram como já se disse, no sentido de privilegiar o rápido aumento das receitas fiscais, facto patenteado até na circunstância de já ter sido produzida uma autorização legislativa para penalizar as infracções fiscais, enquanto a respeitante ao aperfeiçoamento das garantias dos contribuintes continua na gaveta.

Mas o mais importante a reter de todo este estado de coisas foi realçado por Octávio Teixeira quando referiu que a prática do Governo em matéria fiscal revela que este está interessado em manter a

situação actual, ou seja, manter o agravamento da tributação e da injustiça fiscal que impende sobre os cidadãos e deixar para as calendas gregas a regulamentação dos seus direitos e garantias.

«A grande injustiça na repartição da carga fiscal sobre os contribuintes (sobrecarregando os que dependem apenas de rendimentos do trabalho e aliviando e beneficiando os que detêm rendimentos de capital e mais-valias financeiras) soma-se uma não menor iniquidade da defesa dos contribuintes e no acesso à Justiça», acentuou a propósito Octávio Teixeira, antes de recordar que os grandes prevaricadores, os que fazem a evasão fiscal em grande escala, esses, observou, «têm recursos para não caírem nas malhas da

lei e para obterem benefícios ilegítimos e ilegais». «O contribuinte cumpridor, o que não pode recorrer a advogados, o que não conhece os meandros da legislação e da administração fiscal — chamou a atenção —, esse, é, cada vez mais, sujeito à arbitrariedade do Estado e à postergação dos seus legítimos direitos».

Concluído o debate do diploma, no decorrer do qual a bancada da maioria manifestou algumas reservas ao seu conteúdo, nomeadamente por o considerar imbuído de uma «concepção autoritária do Estado administrador», a votação acabou por ser adiada, ficando a aguardar — este o pretexto invocado pelo PSD — pela revisão do código de Processo de Contribuições e Impostos.

Contravenções e transgressões

Governo confirma fracasso

Ao apresentar à Assembleia da República um pedido de autorização legislativa para alterar o regime processual das contravenções e transgressões, o Governo veio pela segunda vez, no curto espaço de pouco mais de dois anos, reconhecer implicitamente a falência das soluções originariamente por si preconizadas no diploma preambular do Código do Processo Penal.

Com efeito, apesar dos alertas provenientes de vários quadrantes relativamente aos «vícios de legislação detectados na linha de montagem», para utilizar uma expressão da deputada comunista Odete Santos, a verdade é que o Executivo pouco se preocupou com tais avisos, mantendo teimosamente um regime «gerador de confusões» que só veio contribuir para avolumar o caos nos tribunais.

Comprobativos desta realidade são sem dúvida os blo-

queios que a todos os níveis se mantêm (tanto quanto à aplicação do Código do Processo Penal como em relação a outras áreas objecto de recentes reformas), bem como a circunstância de o acesso ao Direito continuar a ser, como bem lembrou Odete Santos, «um instituto sem experiência prática».

Outros exemplos relativos à máquina judiciária foram ainda referenciados por aquela jurista do PCP, como sejam, o agravamento da morosidade processual, o

peso brutal das custas judiciais, a diversidade de interpretações a que algumas disposições do Código do Processo Penal estão sujeitas, o não funcionamento de dispositivos por aquele previstos, ou ainda o facto de se ter gorado a anunciada aceleração da tramitação processual.

É, pois, neste quadro que o Governo aparece a solicitar o pedido de autorização legislativa, com ele visando, segundo as palavras do ministro Fernando Nogueira, «regular, em novos moldes, o processo de contravenções e transgressões, em ordem a conferir-lhe eficácia e a eliminar as hesitações e divergências jurisprudenciais».

Só que — e este foi também um aspecto em relação ao qual Odete Santos teceu críticas ao Governo — nenhuma razão impunha que esta

matéria fosse sob o ponto de vista formal tratada através de um pedido de autorização legislativa. Tudo aconselharia, pelo contrário, com vantagem, que a Assembleia debatesse uma proposta de lei substantiva.

Retrocesso

Por outro lado, como salientou a deputada comunista, dos princípios enunciados no pedido de autorização resulta que haverá um retrocesso no processamento das transgressões e contravenções, regressando-se «ao princípio de que um auto de notícia faz fé em juízo, não precisando a acusação de fazer qualquer prova».

«Onde está o tão apregoado princípio que informaria a legislação proces-

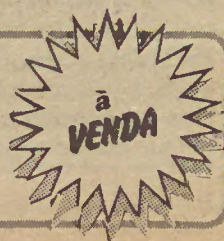
sual penal, do reforço das garantias de defesa?», perguntou a oradora, antes de observar que, em face do recente agravamento das multas de trânsito, é de presumir que se «procura garantir por via da diminuição das garantias de defesa, o arrecadar das volumosas receitas provenientes das multas sem cuidar de que se faça justiça».

O facto de a proposta ser omissa quanto ao total processamento das transgressões e contravenções foi, por sua vez, outro aspecto para o qual Odete Santos chamou a atenção, questionando a este propósito se se irá prever ou não o registo da prova produzida em audiência, uma vez que, disse, é a «única forma de garantir que o recurso atinja os verdadeiros objectivos».

XII Congresso do PCP

As sessões do Congresso • Intervenções sobre sectores da actividade central do Partido, das organizações regionais, de delegados • Relatórios das comissões do Congresso • Saudações das delegações estrangeiras • Programa do PCP • Estatutos • Resolução política • Moções aprovadas • Composição do Comité Central eleito • Mensagens e saudações enviadas ao Congresso

Documentos políticos
do PCP — Série especial
• 430 páginas



Não há escândalo

Um dos sinais de progresso da nossa época — toda a gente estará de acordo, mesmo aqueles que nisso não acreditam, nem no progresso crêem — será a **tolerância**.

Toda a gente gosta de mostrar-se tolerante. De ouvir antes de julgar. De não recusar antes de ouvir. Entretanto, o pior nas ideias que ganham as pessoas é quando elas se transformam em modas e perdem o conteúdo primeiro e se abastardam, quando acabam por, na prática, se renegarem do primeiro sentido. O pior é quando, por exemplo, a tolerância se transforma na moda do vale-tudo. Quando o preto e o branco do maniqueísmo se dissolvem no cinzento sem identidade, quando, por exemplo, os princípios são regras fora de moda, a dignidade se torna um impecilho, a memória um peso, o escândalo uma anedota.

A tolerância e o pragmatismo casaram-se. E estão a produzir monstrosinhos que invadem um mundo de sombras e meia-luz.

Na política, o estimado leitor está farto certamente de ouvir dizer que andam todos ao mesmo. Ou que afinal o comunismo «foi um colossal embuste». Ou que a ideologia morreu e foi sepultado na mesma campa da luta de classes. Ou que o fascismo nunca existiu, que os fascistas eram todos bons rapazes que andavam simplesmente a ganhar o seu. E que, por fim, o socialismo também deixou de existir, que o mundo não está dividido, que o imperialismo — que em tempos já foi um tigre de papel — também não agride ninguém, que o capitalismo se reforma. Que estamos todos bem, muito obrigado.

Uma grande tolerância embala o mundo.

Não há quem se escandalize, é o que parece.

Por exemplo, o país assistiu serenamente à visita de um antigo colaborador da pide e actual chefe da Unita. O homem, que trouxe bengala e sorrisos, veio em missão de paz, disse ele, e foi abundantemente reproduzido pela comunicação social. Responsável pelo assassinato de inúmeros civis angolanos, entre os quais incontáveis mulheres, crianças e velhos, este grande amigo da África do Sul do *apartheid* e dos EUA imperialistas, que recebeu várias visitas de muito democráticas personagens da nossa política, foi recebido cá com o estadão reservado às gratas amizades. Do Governo não se poderia esperar outra coisa. E ninguém merece ter sentido algum arrepio quando o homem disse à chegada que o povo angolano e o povo português continuavam vivos. Ninguém lhe perguntou se era uma frase de congratulação ou uma amargura que o homem mostrava.

A tolerância imperou. O pragmatismo também. Porque, para alguns, a desculpa é a «paz»... Não houve escândalo.

Semanas atrás, os Estados Unidos invadiram o Panamá, destruíram e mataram, tiraram um presidente e puseram outro, prenderam o primeiro, antiga amizade que lhes fugiu ao controlo, e levaram-no para os EUA para julgá-lo. Não houve azar. O Governo português mostrou a sua compreensão pelo processo, tratava-se de «repor a democracia» ou coisa assim. Do Governo não seria de esperar outra coisa. E a opinião pública foi devidamente informada por jornalistas solícitos e nada escandalizados, de que havia certamente razões para aquela atitude dos Estados Unidos. O general não era homem ligado ao tráfico de droga? Não tinha ele sido da CIA? A coisa foi apresentada até como uma questão meramente «laboral», em que o patronato, uma vez mais, levou a melhor. Nada de escândalos. Que mal há no *apartheid*? Então uns não são brancos e outros pretos?

Quem mal tem a visita de Savimbi? O homem até já nem é da Pide, pois a Pide deixou de existir. E a paz está em primeiro lugar.

Que mal se encontra em ajudar os contras somozistas? Ou os contras afegãos? Não são gente como os outros?

Que mal pode fazer invadir um país estrangeiro? Então aquilo não fica no «pátio das traseiras» dos Estados Unidos?

Sejamos tolerantes.

Pragmáticos

O que nos resta de intolerância, reservamo-la para usar contra os comunistas. Porque estão a mais neste mundo de meias tintas e suavidade. Têm princípios. Escandalizam-se. Têm dignidade. Chamam as coisas pelos seus nomes. Batem-se pelo direito à liberdade, pela independência, contra a exploração. E, sobretudo, porque não se calam.

Assembleia da República

Sector do vestuário Patronato ameaça direitos fundamentais

O patronato do sector do vestuário está a procurar impor às suas trabalhadoras um aumento do horário de trabalho para 54 horas semanais, proposta que, a concretizar-se, a par de outras de idêntica gravidade, representaria um sério atentado a direitos fundamentais da mulher trabalhadora consignados na Constituição.

O alerta para esta ameaça que paira sobre aquelas trabalhadoras, pondo em causa inclusive direitos inquestionáveis que lhe estão conferidos na sua qualidade de mães e cidadãs, foi deixado na passada semana no plenário da Assembleia pela deputada comunista Eduarda Fernan-

des, para quem tais medidas configuram simultaneamente um sério entrave aos exercícios do direito à igualdade no trabalho, no acesso ao emprego e à formação profissional.

Em causa estão, nomeadamente, lembrou aquela deputada do PCP, o desaparecimento do direito da mãe que aleita o seu filho de ser dispensada uma hora diária até o filho ter dez meses, a cessação do pagamento das faltas dadas aquando da assistência prestada aos membros do seu agregado familiar, o fim do pagamento e das justificações de faltas por deslocação a consultas médi-

cas das próprias e dos filhos até 14 anos, e ainda a redução do período de férias de 21 dias seguidos para 15 dias, quando a lei estabelece 21 dias como mínimo.

Apesar de continuarem a ser as mais mal pagas em toda a indústria transformadora — não obstante a importância económica do sector, hoje constituído por cerca de 3500 empresas com uma produção superior a 450 milhões de contos —, as trabalhadoras do vestuário vêem-se assim confrontadas com um conjunto de medidas que ofendem não só a sua dignidade como põem em risco, como sublinhou Eduarda Fer-

nandes, «o valor social da maternidade, o necessário equilíbrio da família, a sua saúde física e psíquica e a sua participação na vida social, política e cultural».

Ao pretender impor esta regressão nos direitos sociais — comportamento retrógrado que conta com o silêncio cúmplice do Governo — a associação patronal do vestuário volta assim a evidenciar a sua incapacidade para entender o sentido do desenvolvimento económico e do progresso social, pese as declarações insistentemente invocadas da alegada reestruturação e modernização do sector.

Conselho para as Ciências da Vida Governo prossegue colagem às iniciativas da oposição

A criação de um Conselho Nacional para as Ciências da Vida, assunto que há cerca de três meses fora já objecto de debate em torno de um projecto de lei do PS, voltou a ocupar a atenção da Câmara no final da passada semana, desta feita com a discussão de um diploma da iniciativa do Governo incidindo exactamente sobre a mesma matéria.

Reincidência que, como não podia deixar de ser — até pela frequência com que operações de idêntico teor têm sido realizadas nos últimos meses — foi interpretada por alguns partidos da oposição como uma irresistível tendência do Executivo ou da sua maioria parlamentar para efectuar uma «colagem sistemática às iniciativas legislativas da oposição».

Foi o caso do Grupo Parlamentar do PCP que pela voz do seu deputado João Camilo encorou esta colagem como uma espécie de «sofreguidão» de quem tudo quer monopolizar «com a veleidade de que é o único detentor da verdade e do acerto».

Uma obsessão, ainda assim, merecedora de eventual respeito e crédito não fosse o caso, como o vertente, de

não se descortinar nenhuma melhoria por mais pequena que seja às soluções anteriormente propostas no articulado do projecto socialista.

É que, como tratou de realçar João Camilo, a proposta governamental agora apreciada mais não é do que «uma caricatura ou desfiguração» da iniciativa legislativa já discutida, o que equivale a dizer que emerge do seu propósito a «governamentalização da comissão proposta».

O deputado comunista propôs à Câmara a este respeito um pequeno exercício comprovativo dessa evidência, lembrando tão-só que o presidente da referida Comissão é proposto pelo Primeiro-Ministro, enquanto, dos restantes 18 membros, cinco são designados pelos ministros do Planeamento, Justiça,

Educação, Adjunto e da Saúde, quanto, por órgãos dependentes de outros tantos ministérios e os restantes membros pela aplicação do método de Hondt na designação pela Assembleia da República e que naturalmente serão propostos pela maioria que apoiar o Governo.

Ao excluir-se na proposta governamental a designação do presidente da Comissão ou de qualquer dos seus membros pelo Chefe de Estado, está-se assim, na opinião da bancada comunista, a restringir a «amplitude legitimadora dessa «magistratura moral», sendo certo que resulta ainda do seu conteúdo, lembrou-o João Camilo, «uma clara ideia de restringir não só as possibilidades de pedido de parecer à Comissão como também a ampla divulgação da sua actividade».

Ainda no entender do PCP, para uma comissão que pretende no fundamental balizar eticamente a actividade dos que trabalham na investigação e na prática das ciências da vida, torna-se evi-

dente que faltam claramente na sua composição representantes das principais correntes de opinião com expressão nacional.

Sem querer pôr em causa a importância da criação de um tal conselho — dado até o vazio legislativo existente, permissor na opinião de João Camilo, de «todos os abusos e atropelos e também de decisões discricionárias e limitativas à investigação e à prática clínicas» — a proposta governamental não é no entanto susceptível de merecer o crédito unanimemente atribuído ao projecto da bancada socialista, uma vez que dela estão ausentes, para lá de outros aspectos negativos já referidos, as propostas de «legislação regulamentar equilibrada» que impeçam muitas situações que neste domínio são prática corrente do nosso país e que em face da falta de normas legais leva a que sejam criados «receios e perplexidades» a muitos médicos e técnicos», enquanto quase tudo é permitido a quem não tenha escrúpulos».

Via longitudinal do Algarve Surdo às críticas e protestos Governo leva a sua por diante

Indiferente aos protestos de quantos têm chamado a sua atenção para as consequências desastrosas da opção tomada, o Governo parece mesmo apostado em levar por diante a concretização do lanço da via longitudinal do Algarve (troço do nó de Tavira — Santa Rita), um dos troços mais contestados do traçado da Junta Autónoma das Estradas.

Tal é pelo menos o que se pode inferir do facto de o «Diário da República» do passado dia 12 ter publicado a declaração de início das expropriações correspondentes ao referido lanço, quando é certo que a iniciativa governamental continua a ser rodeada de alguns aspectos obscuros.

O líder parlamentar comunista, Carlos Brito, em requerimento dirigido ao Governo, levanta o véu a algumas dessas questões, pondo em relevo nomeadamente a circunstância de ainda não terem sido esclarecidas as fortes suspeitas que foram lançadas sobre as razões que levaram à localização do nó de Tavira.

Depois de manifestar a sua estranheza pela iniciativa do início das expropriações, Carlos Brito critica a sur-

dez das autoridades aos alertas feitos, devidamente fundamentados, quanto às consequências do traçado em causa em relação ao Vale do Asseca e ao regime das cheias do Rio Gilão, não deixando de lamentar por outro lado a liminar recusa do Governo em estabelecer um diálogo com os interessados e com os lesados.

Alvo de críticas por parte do dirigente comunista — que requereu, entre outras, informações sobre os estudos feitos relativamente ao impacto ambiental da construção da Via do Infante — foi ainda a forma displicente com que o Governo e a Junta Autónoma das Estradas se comportam no que diz respeito às normas comunitárias em matéria de ambiente e às informações requeridas pelas competentes instâncias comunitárias.

Quem retarda a concretização desta «via fundamental para o futuro do Algarve é assim, na opinião de Carlos Brito, não os que levantam estas graves questões, mas, e tão só, o Governo que mostrou uma «completa incapacidade política para ouvir e dialogar com as populações» e aceitou «uma opção que contraria os interesses da região».

Trabalhadores

Panasqueira

Forte movimentação social



O processo reivindicativo nas Minas da Panasqueira (foto de arquivo) coincide com uma ampla e diversificada movimentação sindical a níveis diversos incidindo principalmente no sector dos transportes, com as greves parciais na CP, mas abrangendo também empresas de menos vulto e vastos sectores da Administração Pública insatisfeitos com o novo regime retributivo, com o sistema de carreiras e outros aspectos negativos sublinhados diariamente por sindicatos representativos da Função Pública, incluindo o STAL, pelas organizações representativas dos médicos, dos professores. Em causa está o Governo, como grande empregador e mau pagador da FP, os conselhos de gerência de grandes empresas públicas ou nacionalizadas e todas as entidades que querem manter baixos salários, retirar regalias sociais, direitos e liberdades alcançados pelos trabalhadores organizados e pelas forças que os representam nos locais de trabalho, na sociedade. Todo o movimento sindical participa nessa intervenção activa, que privilegia o diálogo e a negociação.

Sindicato solidário com jornalistas italianos

Ao manifestar publicamente anteontem a sua solidariedade com os jornalistas italianos em greve, o Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, que recentemente foi recebido em audiência pelo Presidente da República, Mário Soares, considera a paralisação em Itália «um exemplo de luta pleno de actualidade em Portugal».

Assinado pela direcção do SJ, o telegrama de solidariedade, remetido para o jornal «La Repubblica», apoia a «greve contra a concentração empresarial na comunicação social». A forma de luta adoptada pelos jornalistas italianos destina-se, segundo o SJ, a «pressionar o poder político» no sentido de este «aprovar uma lei anti concentraçãoária de órgãos da comunicação social e a regulamentar o sistema televisivo».

Trata-se ainda, segundo a direcção do SJ, de «impedir o controlo de títulos independentes pelos grandes grupos

económicos» para os quais «a lógica do lucro fácil não se compadece com a qualidade de informação».

A mesma tentação existe em Portugal

A direcção do Sindicato dos Jornalistas acrescenta que «a tentação concentracionária é já visível em Portugal» onde «se anunciam projectos de investimento de grupos multinacionais no sector».

A semelhança do que sucede na Itália, não existe também em Portugal «uma lei antimonopolista, não obstante — refere o SJ — esta estar preconizada na Lei de Imprensa de 1975». Mas, até agora, «nenhum Governo a regulamentou».

E a direcção do SJ conclui: «Este vazio legislativo agrava-se actualmente com a extinção do Conselho de Imprensa e a limitação de competências dos conselhos de redacção, prevista na proposta de lei do Gover-

no sobre a Alta Autoridade da Comunicação Social. O SJ, ao manifestar-se solidário para com os companheiros italianos, recorda a necessidade de, em Portugal, serem asseguradas condições para garantir a não concentração empresarial no sector».

Bancários de Coimbra

Reuniram-se recentemente as direcções da União dos Sindicatos de Coimbra, organização intermédia da CGTP, e do Sindicato dos Bancários do Centro, com sede naquela cidade e que, como se sabe, é filiado na UGT. Os respectivos dirigentes assinaram em conjunto um comunicado à Imprensa, no qual se destaca uma preocupação manifesta «em relação à liberalização do mercado de capitais». No comunicado conjunto anuncia-se «uma iniciativa conjunta a curto prazo». Para acertar datas, conteúdo, local e apoio logístico, acrescenta o documento que foi nomeado um grupo de trabalho com dois elementos de cada organização. Os temas adiantados para essa iniciativa conjunta são «a União Económico-Monetária, Mercado Único e Carta Social Europeia». Um dos principais assuntos abordados na reunião de Coimbra foi a privatização, designadamente da indústria cimenteira, banca e seguros, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores.

Imprensa sindical

Entre os órgãos sindicais de informação e análise distribuídos recentemente destaca-se a publicação «Jornalismo» do Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, e o órgão da Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações — FCT, denominado «Vencer Distâncias». São ambos datados de Janeiro do ano corrente e de distribuição gratuita, como é habitual nestas publicações sindicais.

Patrão chama a PSP contra plenário legal

Ao sublinharem que «não perceberam» a atitude tomada por «alguém da administração» da Fábrica de Louças Taurus, que chamou a Polícia para evitar um plenário de trabalhadores, os dirigentes do Sindicato

Previsto o recurso à greve nas minas enquanto se agravam conflitos na CP, SN e sector da metalurgia e metalomecânica e ramo automóvel

Pela satisfação de reivindicações de carácter salarial e social os mineiros da Panasqueira, junto com o seu Sindicato, têm desenvolvido ultimamente várias diligências junto da administração da Beralt e do director da mina, que foi contactado por uma delegação com mais de 300 dos 731 trabalhadores actualmente empregados por aquela multinacional no nosso país. No sector da metalurgia, metalomecânica e minas merece relevo a luta na Siderurgia, a jornada de luta dos metalúrgicos marcada pela FSM MMP para 8 do corrente, e no sector dos transportes, as greves da CP, incluindo os maquinistas que iniciaram anteontem mais dez dias de greves parciais.

A Federação e os Sindicatos representativos dos ferroviários continuam, entretanto, a insistir na sua disposição, habitual aliás, para encontrar soluções que ponham termo ao conflito que desorganiza todo o sistema de serviço da CP. A Federação (FSTFP) «compreende e solidariza-se com os protestos da população (Cascais, Oeiras e Sintra, designadamente), mas tal situação é apenas e só — sublinha — da exclusiva responsabilidade do Governo e do conselho de gerência (CG) da CP, ao inviabilizarem o diálogo que possibilite encontrar soluções para o conflito». As questões que continuam em aberto são sobretudo de ordem salarial e relacionam-se também com as carreiras dos trabalhadores da CP, cuja comissão (CT) apelava entretanto à participação no acto que elegerá a nova CT em 14 do corrente.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte, que anunciou a realização de um plenário nas Minas da

Panasqueira, com a presença de 600 trabalhadores em 23 de Janeiro findo, divulgava entretanto uma moção ali aprovada onde se inclui o recurso à greve, hoje, dia 1, se não forem satisfeitas uma série de reivindicações, entre elas um aumento de 13 contos mensais.

Os mineiros reivindicam aumentos de 13 contos mensais

A esse aumento, que deve ser igual para os trabalhadores do interior e do exterior das minas, junta-se a redução dos horários de trabalho, que devem ser de 35 horas semanais na mina e 40 fora da mina. As reivindicações de ordem social incluem a reabertura do refeitório; o funcionamento total do hospital e a sua reabertura imediata ao fim-de-semana e feriados; a construção imediata de balneários; a reparação dos dormitórios, por forma a torná-los higienicamente habitáveis.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte divulgou em 19 de Janeiro findo uma extensa e pormenorizada exposição sobre a situação nas Minas da Panasqueira, na qual afirma a dado passo que a multinacional Beralt and Tin é «cavadora de riqueza em solo português à custa dos magros salários dos trabalhadores».

Refira-se, por último, que os dirigentes e activistas sindicais dos metalúrgicos da FSM MMP (Federação sindical que inclui também sindicatos mineiros) efectuaram uma «acção de denúncia pública» em 25 de Janeiro findo, protestando sobretudo contra «a má fé negocial do patronato».

Na jornada anunciada para a próxima quinta-feira, 8, a comissão executiva da mesma FSM MMP (Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal) «exige salários justos; 40 horas semanais; diuturnidades; condições de trabalho; estabilidade e segurança no emprego; desenvolvimento das empresas e do sector. O Governo é responsabilizado pela «cobertura que dá ao patronato na acção contra os trabalhadores e pelo desmantelamento do aparelho produtivo do sector».

Entretanto, os grupos empregador e trabalhador representados no CPSC (Conselho Permanente de Concertação Social) reuniam-se em Lisboa, representados respectivamente pelo recém-formado CNEP, que inclui a CIP, CAP e CCP e pelas centrais sindicais UGT e CGTP-IN.

dos Metalúrgicos do Porto esclarecem que o mesmo estava convocado «conforme o previsto na lei vigente» e que se efectuou no seguimento de uma deslocação de delegados sindicais à administração para obterem uma audiência. Perante a resposta (recusa textual de serem ouvidos), os responsáveis sindicais convocaram o plenário apenas para resolver com a administração «alguns problemas através do diálogo». O Sindicato considera «gravíssimo» o recurso à PSP e pergunta, muito oportunamente, se «a administração irá voltar à carga com a lei do chicote». Os trabalhadores da Taurus «estão, como sempre estiveram, preparados para darem democraticamente a sua resposta», conclui o Sindicato STIMMP.

Cantinas e refeitórios sujeitos à «lei da selva»

A direcção (CE) da Federação da Hotelaria (FESHOT), que fala em «lei da selva» para se referir a «empresas concessionárias de cantinas e refeitórios», acusa nomeadamente a Eures, Itau, Gertal, Uniself e Sinal Mais de «transferências abusivas, mesmo de delegados sindicais», de manterem «trabalhadores remunerados por níveis abaixo das suas funções», de não aceitarem a «assistência inadiável (faltas justificadas por esse motivo), de abusarem do aluguer de mão-de-obra e dos contratos a prazo. Essas situações verificam-se e serão combatidas, segundo a FESHOT, «em dezenas de locais de trabalho», em Lisboa, Porto, Coimbra e Aveiro.

A mesma Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT), anunciou para ontem, 31 de Janeiro, o encerramento de seis cursos de formação profissional, durante um almoço-sessão na Estalagem da Areia Branca, na praia do mesmo nome. Os cursos organizados pela FESHOT tiveram a participação de 100 formandos nas áreas de cozinha, mesa, bar e informática. A Federação convidou para o acto o novo titular da Secretaria de Estado do Turismo.

CGTP na URSS

Segundo o seu departamento internacional, a CGTP-IN contacta, entre 31 de Janeiro e 6 do corrente, data do regresso de uma sua delegação a Lisboa, com «as direcções dos diversos movimentos sindicais» da URSS, Polónia e Checoslováquia.

A delegação da CGTP-IN, que anunciou para ontem às 11 e 40 a sua partida de Lisboa, é constituída por José Luís Judas e José Ernesto Cortazo, membros da sua comissão executiva, e por José Manuel Carinhas, chefe do departamento internacional da Inter.

De acordo com a mesma

fonte, que emitiu uma nota à imprensa segunda-feira passada, o objectivo desta deslocação de uma semana é debater «a situação sociopolítica nos respectivos países».

A delegação da CGTP-IN efectuará ainda com os diversos movimentos sindicais daqueles países «a análise do papel do movimento sindical mundial face à nova realidade internacional», afirma o departamento que emitiu a nota em 29 de Janeiro findo.

De acordo com a mesma, a delegação da Central regressa a Lisboa no voo TP 525, às 18 e 40 de 6 do corrente.

PCP

Estatuto Político-Administrativo dos Açores

PCP apresentou projecto de alteração

Deu entrada no passado dia 19 de Janeiro na Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores o projecto do PCP de alteração do Estatuto Político-Administrativo daquela região autónoma.

Nas notas introdutórias do documento é chamada a atenção para dois aspectos essenciais:

«**Por um lado** há que considerar a entrada, em vigor em 8 de Agosto passado, da Lei de Revisão Constitucional portadora de importantes alterações no título VII da Constituição; **por outro lado**, há que ponderar a natureza, profundidade e resultados da precedente revisão estatutária que culminou com a publicação do actual Estatuto, considerado unanimemente como adequado, no fundamental, à aplicação do sistema autonómico constitucionalmente vigente.»

Ainda no dia 19 de Janeiro a Comissão Executiva da Direcção da Organização do Partido no arquipélago açoriano (DORAA) concedeu, na sede da Assembleia Legislativa Regional, uma conferência de imprensa para apresentação do projecto.

O deputado comunista **Paulo Valadão** destacou nesse encontro com os jornalistas as principais alterações constantes do projecto, salientando a dado passo: «**Não se trata nem de fazer outro Estatuto, nem de negar aspectos essenciais do actual**», acrescentando que «as propostas do PCP visam corrigir soluções deficientes, eliminar disposições caducas e aperfeiçoar disposições em vigor».

Melhorar, aperfeiçoar

O projecto apresentado introduz no Estatuto quer as propostas resultantes das alterações do **Título VII** da Constituição da República Portuguesa (Regiões Autónomas), especialmente no que toca aos poderes legislativos regionais, que foram significativamente ampliados, quer outras propostas destinadas a melhorar o funcionamento do sistema constitucional da autonomia.

Neste último aspecto são de sublinhar, entre outras, as propostas que visam criar as

patível com as suas responsabilidades constitucionais; as que se destinam a garantir a proporcionalidade e a representatividade eleitoral; as que apontam com firmeza para garantir a autonomia do Poder Local; e também as propostas que põem a tónica no acompanhamento da região na preparação de decisões comunitárias de incidência regional.

Diálogo para as melhores soluções

Na já mencionada conferência de imprensa, José Decq Mota, membro suplente da

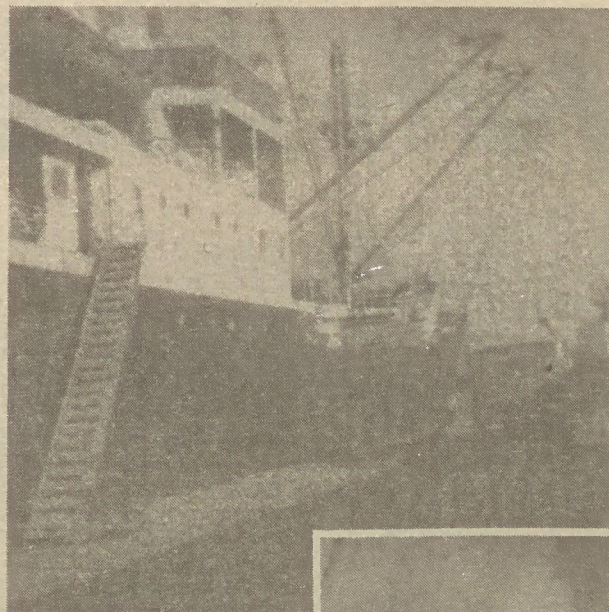
Comissão Política do CC e responsável da DORAA, declarou que «o PCP, hoje como ontem, está inteiramente disponível para, através do diálogo, contribuir no sentido de se virem a encontrar as melhores soluções que visem enriquecer o estatuto da região».

O dirigente comunista afirmou de seguida:

«Apesar da importância que o processo de revisão do Estatuto tem, já vai longe o tempo em que era crucial e urgente serem esclarecidos os juízos que se faziam do quadro constitucional da autonomia, evidenciando-se, no presente momento, que o centro de gravidade das dificuldades experimentadas se situa no plano económico-financeiro».

Decq Mota pormenorizaria ainda:

«Os desafios que podem fazer com que a autonomia saia enfraquecida ou robustecida estão na capacidade de dar, ou não, resposta à tendência para o agravamento do carácter periférico e dependente da economia regio-



«Os desafios da autonomia — **saír enfraquecida ou robustecida** — estão na capacidade de dar resposta, ou não, à tendência para o **agravamento do carácter periférico e dependente das economias regionais, no quadro da marcha para o mercado único**» (na foto: o porto de Ponta Delgada, S. Miguel).



nal, no quadro da marcha para o mercado único sem que os seus direitos estejam salvaguardados».

Após a entrega dos projectos de alteração ao Estatuto apresentados pelos quatro partidos representados na Assembleia Regional, será

constituída uma comissão eventual que analisará todos os projectos. Terminada essa fase o Plenário aprovará, sob a forma de proposta de lei, um conjunto de alterações que, nos termos constitucionais, subirá à Assembleia da República.

Uma conquista democrática

Tendo-se verificado, com a revisão constitucional, um reforço e clarificação do poder legislativo regional, resultado em relação ao qual o PCP desde o início do processo empenhou os seus esforços e capacidades, justifica-se plenamente que se proceda a uma rápida actualização estatutária que potencie e aproveite de forma plena essas modificações, o que procuramos fazer com várias propostas incluídas no presente projecto.

É de sublinhar, também, que tendo o PCP participado profunda e eficazmente no precedente processo de revisão estatutária (85-87), considera ser necessário manter e consolidar clarificações que então se alcançaram.

Não obstante esse facto, o actual Estatuto continua a conter normas resultantes de uma visão pouco abrangente da Autonomia Constitucional ou que não favorecem a sua consolidação, pelo que é de encarar as necessárias e adequadas alterações e aditamentos, o que procuramos conseguir com as correspondentes propostas.

Definido que está o âmbito, relativamente restrito mas importante, do projecto de alteração do PCP, importa ainda sublinhar que consideramos a Autonomia Constitucional uma conquista democrática fundamental que tem que ser defendida tanto das perversões de natureza centralista como das de cariz separatista, preocupando-nos, de forma determinante, que sejam dados passos concretos no sentido de se melhorar o Estatuto em várias normas correlacionadas com a natureza democrática do sistema autonómico, com a dignificação e eficácia dos órgãos de governo próprio e diversas outras áreas e questões.

(Do projecto apresentado pelo PCP)

Organização Regional de Lisboa

Sector público

A proposta de realização das assembleias das células da **EDP, CTT e TLP** e também de um encontro de militantes do sector foi um dos pontos salientes do intenso debate desenvolvido pela reunião plenária da direcção do **Sector Público** da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, realizada no passado dia 26 de Janeiro.

A situação das empresas, a ofensiva contra o sector público, os problemas dos trabalhadores e questões da vida e da acção do Partido estiveram em foco nessa reunião, que contou com a presença do camarada **José Casanova**, membro da Comissão Política do Partido.

Aquele dirigente comunista abordou, na ocasião, as conclusões da última reunião do CC, a situação política nacio-

nal e internacional e o início das actividades preparatórias do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP.

Sector da Saúde Iniciativa com A. Cunhal

O Sector da **Saúde** da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP promove **amanhã** (sexta-feira), a partir das 19 horas, uma iniciativa de convívio para entrega dos novos cartões do Partido (1990/91). O secretário-geral do PCP, **Álvaro Cunhal**, também participará neste encontro, a realizar no Centro Vitória, na Av. da Liberdade.

Um beberete-convívio, a entrega dos cartões e a intervenção política do camarada **Álvaro Cunhal** fazem parte da programação desta iniciativa.

DORS DO PCP comenta Verbas da CEE desviadas turismo prejudicado

«Numa atitude propositada de favorecimento e subserviência em relação ao capital multinacional, o Governo PSD/Cavaco Silva desvia verbas dos fundos comunitários para fins diferentes aos que estavam destinados, prejudicando os agentes de turismo e comprometendo o seu próprio Plano Nacional de Turismo».

A acusação é feita pela Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP, num breve comentário recentemente divulgado pelo seu gabinete de Imprensa a propósito de declarações prestadas a um matutino de Lisboa pelo ex-secretário de Turismo, Lício Cunha.

Segundo a DORS, as palavras do antigo membro do Governo confirmam uma vez mais a leviandade do Executivo PSD em matéria de gestão de fundos da CEE e

as suas opções em matéria de programas comunitários.

Desvios...

Os comunistas de Setúbal pormenorizam:

Para além de confirmar não ter havido em 1989 nenhuma aprovação pelo Governo de qualquer dos projectos de candidatura apresentados pelo sector turístico no âmbito do SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo), o

ex-secretário de Estado revela ter sido informado que os fundos comunitários concedidos ao sector turístico português foram, em 1989, desviados pelo Governo para o projecto FORD e para outras empresas estrangeiras.

Porém, quando o PNIACP (Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivo à Actividade Produtiva) foi aprovado pela Comunidade Europeia, ficou decidido que ao turismo, através do SIFIT, caberia um terço das verbas concedidas — ou seja, 20,5 milhões de contos — cabendo o resto ao Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) e ao Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno (SIPE), que também constituem aquele programa.

Democratas em diálogo no distrito de Viseu

O secretariado da Comissão Distrital de Viseu do PCP decidiu convidar outros partidos democráticos para reuniões a nível distrital, tendo como objectivo a análise da situação existente no plano autárquico e social, e possíveis formas de entendimento.

A revelação é feita numa breve nota divulgada há dias por aquele organismo do PCP aos órgãos da Comuni-

cação Social.

O secretariado da Distrital do Partido salienta ainda que decidiu reforçar a intervenção do PCP na região de Viseu, na área social, através da denúncia das situações de degradação existentes e, junto com outras forças políticas e sociais, incentivar a luta pela resolução destes problemas.

Na breve declaração que fez chegar aos jornalistas, o

secretariado da Distrital informa também que aprovou formas de relançamento no distrito da campanha dos 150 mil contos para a compra dos terrenos para a Festa do «Avante!». Discutiu também alguns aspectos do trabalho de direcção do Partido no distrito, no seguimento da reunião da Comissão Distrital, realizada no dia 20 de Janeiro.

PCP

Sardinha em lata ou comboios para passageiros?

Utentes da Linha de Sintra dizem: «Basta!»

• Concelhia do PCP toma posição

A Comissão Concelhia de Sintra do PCP apoia as comissões *ad hoc* de utentes que se têm manifestado e feito chegar os seus protestos aos governantes deste país e ao conselho de gerência da CP. Esta tomada de posição daquele organismo do PCP, divulgada no passdo dia 26 de Janeiro, surgiu na sequência do corte da circulação ferroviária na Estação de Queluz, acção espontânea de largas centenas de passageiros, que a Concelhia de Sintra do PCP considera de luta «por uma linha moderna e ajustada às necessidades actuais e futuras das populações».

Os comunistas do concelho de Sintra salientam que há vários anos se esforçam para que «todos os órgãos, desde a AR às autarquias, do movimento sindical às estruturas de trabalhadores do concelho, defendam a reestruturação desta fatídica linha junto do conselho de gerência da CP e do Governo, apresentando propostas muito concretas de que têm feito eco a comunicação social».

A Comissão Concelhia de Sintra do PCP recorda que as propostas do PCP têm sido anuladas na Assembleia da República pela maioria governamental e todas as recomendações e apelos aprovados na Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal têm sido ignorados.

A comissão de utentes *ad hoc* da linha de Sintra, entretanto recebida por representantes da CP, em esclarecimento divulgado à opinião pública sublinha que os protestos dos passageiros e concretamente a obstrução da circulação ferroviária entre as 8.20 e as 14.00 horas, em Queluz, no passado dia 25, têm a ver com «a situação degradante em que viajam diariamente», como sardinha em lata, num martírio que se acentuou nas chamadas horas de ponta.

Como repete a comissão dos utentes, «esta situação, agravada pelo actual conflito que opõe os trabalhadores da CP e o conselho de gerência, foi a gota de água que fez transbordar a saturação na qual vivem os habitantes da linha ao longo de todos estes anos.

Este protesto não se realizou contra os trabalhadores da CP, mas sim contra a in-

transigência e falta de capacidade para resolver a situação por parte de governantes e conselho de gerência, nomeadamente os atrasos permanentes, a supressão de comboios, a falta de segurança e mau estado do material circulante e a superlotação que obriga os utentes a viajarem em condições sub-humanas.

A população, desde o primeiro momento, pedia o diálogo com algum representante superior da CP, o qual só se realizou por volta das 13 horas com o eng.º Cabral e Silva, chefe do Serviço de Transportes da Linha de Sintra, que compareceu no local e se comprometeu a aceitar uma reunião com a direcção da Linha de Sintra, na Estação de Rossio.

Lamentamos a actuação de alguns agentes policiais, que detiveram três utentes, que, tal como todos, manifestavam o seu descontentamento. Conseguiu-se, no entanto, com a pronta solidariedade popular e o diálogo com as autoridades, sanear a situação.»

Linha do Corgo

De Trás-os-Montes às regiões do sul, a política de encerramento de ramais ferroviários está a suscitar, naturalmente, o protesto vigoroso das populações, das autarquias e de diversas entidades económicas e sociais.

Reunidos no dia 14 de Janeiro de 1990, por convite da Comissão de Defesa da Linha do Corgo, em Pedras Salgadas, sede da Junta de Freguesia de Bornes de

Aguiar, representantes da Câmara Municipal de Chaves e da Câmara Municipal de Vila Pouca e também das Juntas de Freguesias dos dois concelhos, aprovaram uma moção em que:

• **Condenamos o encerramento da Linha do Corgo (Vila Real-Chaves) ao tráfego de passageiros e exigimos a sua imediata reabertura;**

• **Consideramos que essa decisão da CP é tanto mais arbitrária e ilegal quanto vem desrespeitar o que anteriormente tinha sido acordado e se tinha comprometido; nem sequer foram ouvidas previamente as autarquias locais, nomeadamente as Câmaras Municipais;**

Considerando a importância da linha férrea para o desenvolvimento da região e salientando que a CP deve cumprir a sua missão de transportar pessoas e mercadorias quer na região quer de e para outras regiões do País, a moção reclama a renovação e modernização de material circulante, vias e outras infra-estruturas.

Outras decisões tomadas:

• **Enviar delegações aos diversos órgãos de soberania para apresentar esta moção e expor as razões do nosso protesto.**

• **Dirigirmo-nos às freguesias e concelhos cujas populações são afectadas pelo encerramento da linha para que aprovelem moções de protesto em relação a esta decisão da CP.**

• **Manifestar a nossa solidariedade para com os utentes de outras linhas também vítimas de encerramento.**

Com o objectivo de darmos mais força e unificarmos o nosso protesto a nível nacional decidimos

contactar as outras comissões existentes de defesa de linhas férreas e autarquias locais, destaca o documento.

A moção foi enviada ao Presidente da República; Comissão de Equipamento da Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Ministro dos Transportes; Ministro do Ambiente; Grupos Parlamentares com assento na AR e Conselho de Administração da CP.

Trabalhadores em luta no Porto

A luta dos trabalhadores em diversas empresas e sectores da região do Porto tem vindo a crescer nas últimas semanas. É a luta na «Ematextil» e a «Nacitex», pelo pagamento dos salários em atraso. Na «Soares da Costa», pela revisão intercalar dos salários. Na Siderurgia Nacional, pela revisão do AE e contra o desmembramento da empresa. Na Têxtil das Guardelras, contra o encerramento da empresa. Na «Taurjs», pela redução do horário de trabalho. Na Direcção Geral de Viação, pela reestruturação de carreiras e aplicação do novo sistema retributivo. Nos ferroviários, por aumentos intercalares, redução da idade de reforma e do horário de trabalho. Na «Mantex», pelo pagamento do 13.º mês, o que já aconteceu. Na «Mindelo», pelo pagamento de salários em atraso. Na «Profato» e «Supercorte», contra a imposição pelo patronato do contrato do Sindetex, o que o obrigou a recuar. No sector metalúrgico, pela contratação colectiva.

Reunidos no passado sábado em plenário, os militantes das células do sector de empresas da DORP do PCP saudaram os milhares de trabalhadores em luta e manifestaram-lhes a sua solidariedade.

Na mesma altura, dirigiram «um apelo a todos os trabalhadores da região do Porto para que intensifiquem e alarguem a sua acção nos próximos meses, para que reforcem a sua unidade e organização, como condição para o sucesso da defesa dos seus direitos e interesses».

Sendo um facto que o Governo procura prosseguir a sua política antitrabalhadores e antinacional, refere o documento aprovado no plenário, é também um facto, e de maior importância, que fruto da luta dos trabalhadores e das derrotas eleitorais inflingidas ao PSD em 1989, o Governo Cavaco Silva está hoje mais enfraquecido e isolado. É pois uma situação modificada que os trabalhadores entram em 1990, em

Dia 10, por iniciativa da DORL

Reunião distrital de células

No âmbito das actividades preparatórias do XIII Congresso (Extraordinário), a Direcção Regional de Lisboa (DORL) do PCP vai realizar no próximo dia 10 (sábado) uma reunião de quadros das células de empresa do distrito. A ligação do Partido aos trabalhadores será tema destacado deste encontro, anunciado no passado fim-de-semana, após uma reunião da DORL.

O camarada António Abreu, membro do Comité Central, falou aos representantes da Comunicação Social, apresentando as conclusões fundamentais daquela reunião.

Os graves problemas que os utentes das linhas da CP de Sintra e Cascais enfrentam no quotidiano e as lutas dos trabalhadores foram temas abordados pela Direcção Regional do PCP, que valoriza a concretização de um conjunto de acordos entre o Partido e o PS no processo de instalação e funcionamento de órgãos autárquicos, contudo, a DORL do PCP lamenta que diversas organizações do Partido Socialista tenham recusado as propostas de entendimento apontadas pelo PCP, insistindo na manutenção de acordos com o PSD.

A DORL anuncia, entretanto, a realização na primeira quinzena de Março próximo em Lisboa de um comício com a participação do secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal.

que «são mais favoráveis as condições para que, com a sua luta, consigam fazer frente à política do Governo e forçar Cavaco Silva e o grande patronato a ceder às suas justas reivindicações».

Contar com o PCP

«Sempre a seu lado e na primeira linha da luta pelos seus direitos e interesses, os trabalhadores do Porto poderão continuar a contar com a presença activa e combativa do PCP, afirma o mesmo documento».

«Num momento em que se verifica uma gigantesca campanha anticomunista, a pretexto de dificuldades, deformações e erros verificados na construção do socialismo em vários países e pelos

quais o PCP não pode ser responsabilizado, num momento em que se assiste a tentativas para fraccionar e dividir o PCP, é importante que todos os trabalhadores compreendam que, sendo o enfraquecimento e descrédito do PCP o objectivo imediato das forças da direita e de sectores oportunistas, o objectivo final de tais forças é o de conseguir debilitar a luta dos trabalhadores, desorientá-los e comprometer a causa da sua própria emancipação», destaca o documento.

«Por isso», afirma-se ainda, «a resposta à presente situação e às exigências que o desenvolvimento da luta dos trabalhadores coloca, passam também no imediato pelo reforço da organização e da intervenção do PCP».

Camaradas Falecidos

FRANCINE BENOIT

«Sentimos profundamente o desaparecimento da mulher ilustre, destacada militante e prestigiada intelectual que foi Francine Benoit» — este foi o telegrama enviado pelo Secretariado do Comité Central do PCP à família da compositora e musicóloga, falecida na madrugada do último sábado no Hospital de Santa Maria, em Lisboa. O funeral realizou-se na passada segunda-feira para o cemitério da Ajuda.

Conferencista e ensaísta, crítica musical, pedagoga exemplar, Francine Benoit, que contava 95 anos, foi uma das mais destacadas personalidades do mundo da música no nosso país.

Francine Benoit frequentou o curso superior de piano e composição do Conservatório de Lisboa, dedicando-se durante longos anos ao ensino e à actividade pedagógica,

iniciada nos anos 20. Em 1932 ganha o concurso para professora do Conservatório. No entanto, acabaria por não vir a ocupar o lugar. Motivo: a sua conhecida posição de apoio à democracia e à liberdade, contra a ditadura e a opressão. Vinte anos depois, em 1952, viu o encerramento pela PIDE do «seu» Orfeão de Crianças da Associação Feminina Portuguesa para a Paz.

Nomes sonantes da interpretação musical, como Maria João Pires, foram alunos de Francine Benoit, que trabalhou, a partir dos anos 50, na Academia dos Amadores de Música, ensinando disciplinas de iniciação, solfejo, história da música, contraponto e piano.

Mulher activa e batalhadora, Francine Benoit foi uma voz de coragem ao longo de décadas.

Participou em 1945 no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, orientou

o núcleo coral da Voz do Operário, integrou o Movimento Democrático de Mulheres (MDM). De origem francesa, Francine Benoit naturalizou-se portuguesa em 1929.

(Sobre Francine Benoit, ver caderno Em Foco)

Germano dos Santos Madeira

Com 66 anos de idade, faleceu em Setúbal, onde era muito conhecido e estimado entre os trabalhadores e os democratas, o camarada Germano Madeira. Com um longo passado de antifascista, o camarada foi, antes do 25 de Abril, várias vezes preso pelas suas actividades e pela sua luta pela democracia. Após a Revolução, fez parte da primeira direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal e foi o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião. No

funeral incorporaram-se muitos camaradas e amigos, além de democratas de outros partidos que lhe quiseram prestar uma última homenagem.

Udília Rodrigues

Natural de Santo Estêvão, Alenquer, faleceu recentemente a nossa camarada Udília Alves Dinis Rodrigues. Contava 77 anos. A militante comunista estava organizada na 3.ª zona/Campolide, em Lisboa.

Jofre Inácio Gomes

Membro da organização do Partido em Alhos Vedros, faleceu recentemente o camarada Jofre Inácio Gomes.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Conferência em Coimbra

A Comissão Distrital de Coimbra do PCP, na sua reunião plenária do passado sábado, debateu os princípios e objectivos fundamentais da reestruturação do trabalho do Partido no distrito e a preparação local do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP.

Quanto ao primeiro tema, aquela Comissão Distrital decidiu alargar a discussão das suas propostas a todas as Comissões Concelhias e outros organismos do Partido e marcar a realização de uma Conferência Distrital de Organização sobre este tema para o dia 4 de Março.

No que respeita à preparação do XIII (Extraordinário) a Comissão Distrital de Coimbra debateu os aspectos relacionados com a sua ordem de trabalhos e normas desde já aprovadas para inclusão no Regulamento, na sua fase preparatória, e decidiu solicitar a partir de agora contribuições com vista à elaboração das Teses a aprovar pelo Comité Central para discussão em todo o Partido.

A Distrital de Coimbra sublinhou a importância da participação de todos os militantes, sem excepção, num debate cuja calendarização irá ser iniciada em todos os concelhos.

Nacional

Apoio amplo no abaixo-assinado contra o bloqueio da regionalização

Autarcas de praticamente todos os quadrantes políticos subscreveram já o abaixo-assinado que apela à declaração de inconstitucionalidade por omissão do bloqueamento do processo de aprovação de legislação sobre a instituição das regiões administrativas.

Desde fins de Janeiro circula - nomeadamente entre os autarcas - um abaixo-assinado solicitando ao Presidente da República que peça a declaração de inconstitucionalidade por omissão relativamente ao bloqueio que se verifica na regulamentação da criação e instituição das regiões administrativas.

No início desta semana contavam-se já, entre os signatários deste documento, autarcas de todos os partidos

políticos representados na AR: os presidentes das câmaras municipais de Arcos de Valdevez, Arruda dos Vinhos, Aveiro, Benavente, Braga, Caminha, Celorico da Beira, Évora, Ferreira do Zêzere, Gavião, Gouveia, Guarda, Macedo de Cavaleiros, Marco de Canaveses, Murça, Nazaré, Pampilhosa da Serra, Penamacor, Ponte de Sor, Portimão, Reguengos de Monsaraz, Santarém, Sardoal, Vila do Conde e Vila Franca de Xira.

Também subscreveram o documento os presidentes das assembleias municipais de Aljustrel, Évora, Grândola e Viseu, bem como os ex-presidentes das câmaras de Alcobaça, Arganil, Cadaval e Peso da Régua, o presidente da Junta de Freguesia de São João (Tomar) e o secretário-geral da Associação Nacional de Municípios.

No documento - que publicámos na íntegra no último número - considera-se que o adiamento da criação das regiões administrativas está a prejudicar a democraticidade do Estado, a reforma administrativa, o desenvolvimento regional, a autonomia dos municípios e a tomada de medidas

necessárias para enfrentar os problemas do País, em particular os que são colocados pela adesão de Portugal à CEE.

A iniciativa deste abaixo-assinado, como o «Avante!» noticiou, partiu do encontro de autarcas do PCP realizado em 20 de Janeiro, mas teve desde logo a preocupação de obter apoios em todos os quadrantes políticos e ideológicos.

Nos termos da Lei fundamental, recorde-se, o PR tem poderes para requerer ao Tribunal Constitucional que «aprecie e verifique o não cumprimento da Constituição por omissão das medidas legislativas necessárias para tornar executáveis as normas constitucionais».

Contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete

Encontro no Montijo decide acções de luta

Teve lugar, sábado último, no salão nobre dos paços do concelho do Montijo, um encontro dedicado ao alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, promovido por uma comissão organizada constituída pelas câmaras de Alcochete, pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e o Partido «Os Verdes».

Os trabalhos previam a abordagem geral do processo de alargamento do campo de

tiro, a coordenação e direcção de acções de protesto, assim como a elaboração de um plano de acção e de um estudo alternativo.

Os participantes, que ali estavam em representação de mais de 40 organizações, incluindo câmaras, juntas de freguesia, associações ecológicas, sindicais, pacifistas, colectividades e partidos políticos, concluíram ser desajustado o alargamento do

referido campo, por afectar a população da região e ser contrário aos interesses do País, indicando ainda que este projecto põe em perigo o equilíbrio ecológico e constitui uma ameaça para a paz.

O encontro decidiu um conjunto de iniciativas a promover brevemente, nomeadamente, a realização a 10 de Março, em Palmela de um novo encontro, com âmbito mais alargado, com vista a aprofundar as

questões focadas; enviar uma carta aberta aos órgãos de soberania; criar a «Associação Contra o Alargamento do CTA, pela Defesa da Paz e da Reserva Natural do Estuário do Tejo», tendo sido eleita a respectiva comissão.

Foi ainda decidido efectuar diversas acções públicas, com destaque para quatro seminários e uma grande jornada de luta apontada para Abril.

ANMP exige Revogação do inquérito a Loures e Seixal

O inquérito parlamentar às Câmaras Municipais de Loures e Seixal, promovido pelo grupo parlamentar do PSD foi qualificado pelo Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), como uma «clara violação do regime de tutela estabelecido no âmbito do Poder Local, ofensiva do estatuto e da dignidade constitucional deste último e geradora de um grave precedente de dupla tutela».

A ANMP reclama a revogação ou suspensão do inquérito parlamentar em causa.

A moção contra o inquérito foi aprovada por unanimidade e aclamação pelos autarcas de todos os partidos presentes na reunião — facto particularmente significativo.

O documento aprovado pelo Conselho Geral da ANMP, sublinha ser «imprescindível e inadiável que tão flagrante violação do direito e da ética política seja revogada ou suspensa e arquivada». Apela ainda ao presidente da Assembleia da República para que promova a «reconsideração» da iniciativa e «o abandono, agora e sempre, da via dos inquéritos parlamentares às autarquias locais.

Recorde-se que este inquérito promovido pelo PSD, visava questionar auxílios ou apoios que as câmaras de Loures e Seixal teriam facultado à realização da Festa do «Avante!», cuja inegável dimensão sociocultural e popular foi oportunamente realizada.

Revolta de 3 de Fevereiro assinalada em Vila Real

Mal passados iam nove meses da instauração da ditadura e nasce um golpe militar que visava o seu derrube.

O golpe, a sublevação militar, abortou. As diversas unidades militares não saíram no mesmo dia, conforme o combinado. Algumas houve que só no dia 8 de Fevereiro o fizeram. Apoios que se davam como certos, à última da hora não apareceram.

Apesar de, no Porto, o general Sousa Dias sair ao Porto gritando «a revolução triunfou», tal não era infelizmente a realidade.

O RI 13 — Regimento de Infantaria de Vila Real — rompe com destacamentos para o Porto e Régua. No Porto participam no assalto ao Infantaria 18, queriam ir ao assalto do regimento da Serra do Pilar mas são impedidos.

O major Barão, comandante do RI 13, oferece resistência na Régua ao coronel Lopes Mateus (mais tarde ministro do Interior) que, com artilharia, vinha de Viseu em perseguição das tropas sublevadas.

O major Barão, o RI 13 e os civis que se incorporaram, avançam em direcção ao Porto e não conseguem passar em Penafiel. Cercados em Amarante, dá-se o combate e rendem-se perante o fracasso do movimento no resto do País.

Depois é a prisão e o exílio para muitos — Açores, Madeira, África. Alguns lo-

gram fugir e atravessam o Marão a pé em dias e noites de forte inverno.

Mais tarde vamos encontrar estes revolucionários nas imensas lutas contra o fascismo, na guerra civil de Espanha ou já na vida e nas lutas democráticas após o 25 de Abril.

O major Barão é mais tarde um participante na revolta da Madeira. Está sepultado em Vila Real, onde pela manhã do próximo dia 3 de Fevereiro os vila-realenses lhe renderão uma justa homenagem.

Francisco Araújo, um civil incorporado pelo RI 13 na revolta do 3 de Fevereiro, é ainda hoje, com 84 anos, um participante activo na vida democrática em Trás-os-Montes. Combateu na guerra civil de Espanha, na Catalunha, regressou a Portugal e participou em todas as grandes movimentações democráticas contra o fascismo, desde o MUD à CDE; foi preso diversas vezes, é hoje membro do Conselho Nacional da CDU.

José Fernandes, o outro sobrevivente do 3 de Fevereiro em Vila Real, por razões de saúde e da sua idade, não poderá estar presente nas comemorações deste ano.

É para recordar a data, homenagear os combatentes e reafirmar os ideais democráticos que se realiza um almoço de confraternização no próximo sábado em Vila Real, que contará com a presença de Francisco Araújo.

«Desenvolver Setúbal» critica PS

A coligação «Desenvolver Setúbal» considera «com alguma preocupação» o procedimento da maioria socialista na Câmara sadina, onde o PS está a recusar, na prática, qualquer distribuição de responsabilidades a outras forças.

Sem negar ao Partido Socialista «a legitimidade democrática que advém da maioria obtida no acto eleitoral», a coligação afirma que o PS, «no curto período de vivência que este mandato ainda tem, acumula já uma série de atitudes que são um misto de auto-suficiência e negação da participação democrática, contrariando sistematicamente as intenções, anunciadas nos discursos de circunstância, quanto a uma gestão aberta, participada e com empenho de todos os eleitos».

O PS, segundo uma nota da coligação «Desenvolver Setúbal» divulgada na semana passada, esquece as tradições de participação democrática da oposição e impõe uma Mesa da Assembleia Municipal monopartidária e juntas de freguesia igualmente monopartidárias

onde detém a maioria; concentra no presidente a delegação de todos os poderes legalmente permitidos; reduz substancialmente a participação dos membros da AM nas comissões de trabalho; concentra na maioria todos os vereadores em regime de permanência.

Abre, contudo, uma excepção, na administração dos Serviços Municipalizados: mas deixa de fora a coligação «Desenvolver Setúbal», que representa um terço dos eleitores.

A coligação classifica o procedimento do PS em Setúbal como «lamentável», afirmando que ele «contraria mesmo o sentido dos acordos feitos noutras autarquias onde o PS ou a CDU têm maioria, assumindo que é este entendimento das forças democráticas da esquerda que melhor serve os interesses das populações».

No passado sábado os eleitos do PS e do PSD não compareceram à sessão da Assembleia Municipal de Alcochete, voltando a provocar assim a falta de quorum e impedindo o funcionamento daquele órgão.

A comissão concelhia do PCP divulgou segunda-feira à comunicação social uma nota denunciando este comportamento e considerando que ele demonstra, por parte do PS e do PSD, «uma evidente falta de respeito, não só pelos órgãos autárquicos, como pela população que os elegeu».

Alertando para as «previsíveis consequências» desta atitude do PS e do PSD - nomeadamente quando impedem a AM de tomar decisões urgentes como as relativas ao quase encerramento do hospital concelhio e ao problema da ponte cais -, a concelhia comunista manifesta a sua solidariedade a toda a população afectada e declara-se disposta, «como sempre tem estado», para o diálogo tendente a resolver este problema, «recusando no entanto a entrar no caminho da chantagem política».

Internacional

RDA, neonazis em causa

Semanalmente, em Leipzig, grupos manifestam-se, avançando palavras de ordem anticomunistas e fascistas. *Slogans* que mesmo no local recebem a resposta de outros manifestantes — «fora com os nazis». Na RFA, o presidente dos neofascistas, Schoenhuber, gaba-se da grande influência que o seu partido teria na RDA, em particular entre a juventude. Entretanto, em Berlim, dia 14 de Janeiro, centenas de milhares de pessoas — numa das maiores manifestações registadas na RDA (mesmo tendo como pano de fundo estes meses de imensa expressão de luta política nas ruas) — saíram à rua para prestar homenagem aos fundadores do movimento comunista alemães, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg.

Factos contraditórios de uma mesma realidade em profunda transformação, em que entretanto ressalta um perigo que importa não menosprezar (nem carregar nas cores das suas verdadeiras proporções) — o perigo do neonazismo, da xenofobia, do renascer das velhas pretensões imperiais da «grande Alemanha».

O fenómeno tem naturalmente as suas razões de ser.

No plano interno, alimenta-se também de sentimentos de revolta gerados pelo conhecimento público da amplitude dos meios administrativos e policiais anteriormente utilizados na limitação das liberdades, da democracia, no socialismo. Meios que foram sendo cada vez mais utilizados, em particular a partir de 1985.

Não por acaso as instalações da STASI (organização policial de «segurança do Estado») foram alvo privilegiado da indignação popular. Culminando posteriormente com assaltos cujo carácter foi repudiado por todas as organizações políticas actualmente existentes no país.

Ao descontentamento, soma-se também, na prática, o seu aproveitamento político, na perspectiva das próximas eleições de 6 de Maio.

Mas, sobretudo, é de refe-

rir a manipulação de sentimentos de repúdio e confusão, em particular entre a juventude, por parte dos grupos nazis da RFA, mais con-

que contribuem para o renascer do espírito chauvinista.

Ideias e planos que entretanto não podem nem devem ser pura e simplesmente assimilados a pretensões de cunho nacionalista e/ou nazi. Pois há que ter em conta, quer o desejo generalizado de uma maior aproximação entre as duas Alemanhas, quer as ilusões alimentadas por diferentes sectores da RDA, de que a unificação levaria a um automático salto económico.

Ingerências

Os grupos de jovens que em Leipzig se manifestam com *slogans* nazis (e que

zig, para encontros com diferentes movimentos da actual oposição na RDA.

Neste contexto admite-se mesmo, para as eleições de 6 de Maio (mas não para futuros processos eleitorais), que os novos partidos possam beneficiar de uma ajuda financeira estrangeira.

Uma ingerência que, naturalmente, só poderá ter consequências mais significativas e a longo prazo, se na realidade própria da RDA encontrar terreno propício.

A imensa manifestação, em Berlim, de homenagem aos fundadores do movimento comunista alemão testemunha, entretanto, que se as grandes transformações propi-



Centenas de milhar de pessoas têm participado na RDA em manifestações antinazis

cretamente dos «Republicanos».

São fenómenos que de alguma forma andam também ligados a ideias e planos avançados (em particular pelo governo de Kohl) para a «unidade da nação alemã»,

não são apenas jovens da RDA), são um dos exemplos possíveis de diferentes formas de ingerência na vida interna na RDA.

Na verdade, neste momento, os diferentes partidos da RFA têm um papel directo na formação e desenvolvimento dos seus «congêneres» da RDA.

Limitando-nos apenas a dois exemplos.

Quase todos os dirigentes do SPD da RFA (com excepção de Oskar Lafontaine), Hans Jochen Vogel, Joannes Rau, Walter Momper, o burgomestre de Berlim Ocidental, foram oferecer ao seu pequeno congénere da RDA, todo o seu apoio material e político necessário.

Também o CSU, ramo da Baviera do CDU da RFA, enviou uma delegação a Leip-

ciam instabilidade e fenómenos negativos, geram também poder de resposta para que um salto em frente seja possível.

Naturalmente, um salto ainda não garantido, e sobretudo apoiado em novas formas de conceber a evolução do socialismo.

Não por acaso, no apelo do comité director do SED-PSD de Berlim, para a referida manifestação de homenagem, era citada uma famosa frase de Rosa Luxemburg: «A liberdade é sempre a liberdade dos outros pensadores».

PSUA-PSD que futuro?

Numa reunião maratona, convocada de emergência, o comité director do PSUA-PSD conseguiu, há cerca de 15 dias, ultrapassar a primeira crise política grave desde a sua eleição no congresso extraordinário realizado em meados de Dezembro de 1989. Em causa propostas no sentido da autodissolução do Partido.

Vingou entretanto a posição apoiada pelo actual secretário-geral, Gregor Gysi, que sublinhou a importância que a acção dos comunistas pode ter hoje, dizendo que a renovação democrática do país, a concretização de uma comunidade contratual entre os dois Estados alemães e o processo de unificação europeia «necessitam da existência de uma forte força de esquerda no leque político».

Foi ainda afirmado, que mesmo no contexto de batalha eleitoral, a prioridade deve ser dada à «renovação radical e consolidação do Partido».

Encontro na Namíbia

Delegações de Angola e da África do Sul conduzidas respectivamente por Pedro de Castro Van-Dunen (Loy) ministro das Relações Exteriores e Roelof «Pik» Botha, ministro dos Negócios Estrangeiros, reuniram-se em Windhoek, capital da Namíbia.

No encontro, a pedido da parte sul-africana, foi abordada a situação na fronteira angolana-namibiana e, segundo disse aos jornalistas o ministro Loy, debatidas questões relacionadas com o desenvolvimento dos acontecimentos no interior de Angola.

No encontro foi também abordada a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia, após a suspensão da retirada das tropas cubanas de Angola, na sequência da morte de quatro soldados cubanos num ataque da Unita na província de Benguela.

Para o ministro angolano a reunião foi «bastante útil» porque permitiu esclarecer algumas posições. Por outro lado, Pedro Van-Dunen lamentou o facto da Unita estar a actuar no sentido de prejudicar e pôr em perigo a implementação dos acordos de Nova York visando a pacificação do Sudoeste de África.

O ministro referiu-se ao recente ataque perpetrado pela Unita ao quartel de Nhamana, na província de Benguela, que provocou a morte de quatro soldados cubanos. «Esta acção constitui uma clara violação a uma das cláusulas do protocolo de Genebra» — frisou o ministro angolano.

O chefe da diplomacia angolana atribui a responsabilidade destes actos aos Estados Unidos da América e a todos aqueles que concedem apoio à Unita. «A Unita por si só — asseverou — não ousaria levar a cabo acções de forma sistemática contra as forças cubanas».

URSS respeita vontade dos povos do Leste, diz Chevardnadze em entrevista

O ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Chevardnadze, afirmou numa entrevista ao jornal búlgaro «Vetchni Novini» que o seu país «respeita a vontade dos povos da Europa de Leste que levam ao poder novas forças políticas».

Numa alusão às perdas de poder dos Partidos Comunistas o dirigente soviético fez notar que eles «continuam a ser os nossos vizinhos, aliados e amigos. Contamos com uma cooperação estreita e tradicional com eles. Qualquer outra política não corresponderia aos interesses dos nossos povos».

«Não é segredo para ninguém que estamos preocupados com o destino dos Partidos Comunistas na Europa de Leste», declarou Chevardnadze, que disse não estar surpreendido com as suas dificuldades e manifestou o desejo que eles atravessem rapidamente este «período de crise».

Chevardnadze atribuiu grande importância ao facto de todos os membros da organização do Tratado de Varsóvia (OTV) assinalarem que a necessidade desta organização decorre dos seus interesses nacionais.

A OTV é um elemento essencial da estabilidade no continente europeu, assinalou, destacando a sua transformação de Aliança militar-política para Aliança político-militar. A OTV continuará a lutar pela eliminação da confrontação e a desmilitarização da Europa, até à sua dissolução numa base de reciprocidade com a NATO.

Sobre a situação na URSS, o ministro negou categoricamente que a «perestroika» esteja numa situação de impasse. Para ele a «perestroika» continua a ser o fio condutor e classificou o actual período de dificuldades, como de transição e passagem do socialismo administrativo para o socialismo democrático e humanista.

Etiópia: mais de 3,4 milhões de pessoas correm risco de fome

A ameaça da fome para este ano sobre mais de 3,4 milhões de etíopes, afirmou a Comissão para a Reconstrução e Assistência à População, num comunicado ontem divulgado em Adis Abeba.

A falta de viveres deve-se à seca, às chuvas antecipadas e aos combates nas províncias setentrionais entre a Frente Popular de Libertação do Tigre e o Exército.

Serão necessárias 662,7 toneladas de géneros alimentares para prestar assistência aos sinistrados em todo o país, acentua a Comissão. O governo etíope está a tomar medidas para distribuir os viveres entre os necessitados e evitar a fome.

A Comissão acusa a FPLT de ter forçado os camponeses da província autónoma de Tigre a abandonar o trabalho, para pegar em armas. A frente segue uma política semelhante nas províncias vizinhas de Wollo, Gonder e Shoa do Norte. Os camponeses teriam podido fazer uma boa colheita, não fosse as acções da frente, realça a Comissão.

Yilma Kassaye, chefe da comissão, e uma delegação americana, encabeçada por um membro da subcomissão para os assuntos africanos da Câmara dos Representantes do Congresso dos EUA, examinaram a prestação de ajuda alimentar aos necessitados.

POUP

Cisão no Congresso

Reunido no passado fim-de-semana em Varsóvia, o 11º Congresso do Partido Operário Unificado da Polónia (POUP), decidiu a dissolução do Partido, criando um outro partido, denominado «Social-Democracia da República Polaca».

Foram aprovados novos estatutos, em que deixam de aparecer conceitos como «centralismo democrático», «ditadura do proletariado», «internacionalismo socialista». Afirma-se o objectivo de uma «plena democracia no interior do partido».

Foi também adoptada uma «declaração programática», em que o novo partido se pronuncia por eleições livres e democráticas, pela democratização parlamentar e o multipartidarismo, e ainda por uma economia de mercado com «elementos de intervenção e de responsabilidade social do Estado».

O congresso elegeu como presidente, Alexander Kwasniewski e para secretário-geral Leszek Miller.

O novo partido herdou todos os bens do POUP e man-

tém as suas células de empresa.

Deste mesmo último Congresso do POUP, e na prática resultante de um processo de cisão entre os comunistas polacos, saiu um outro partido — «União Social-Democrata da República Polaca», cujo dirigente é Tadeusz Fiszbach.

Para Fiszbach, o que distingue o partido que encabeça do «Social-Democracia da República Polaca», será a «inspiração cristã» que deverá enformar o futuro programa.

Internacional

À reconquista da paz no Cáucaso

O Azerbaijão e a Arménia vivem finalmente dias de relativa acalmia, depois dos confrontos e *progroms* que causaram dezenas de mortos. Mortos vítimas de conflitos étnicos que alguém atçou. Pacificação reconquistada, para que também muitos outros contribuam. Na verdade, foi possível minimamente concretizar, pelo menos de momento, os propósitos que Gorbachov havia referido: o Partido e o Estado Soviético agirão «de forma a ajudar os dois povos e a protegê-los».

Actualmente a situação nas Repúblicas caucasianas estabiliza-se pouco a pouco, mercê das medidas avançadas em particular pelo exército soviético, nomeadamente de organização do diálogo entre representantes das duas comunidades étnicas.

Em Baku, funcionam as empresas de laboração contínua e os serviços de primeira necessidade, bem como quase todos os transportes públicos, incluindo o metropolitano. Também a televisão e a rádio azeris reiniciaram as suas transmissões.

Não há notícias de confrontos, tendo sido entretanto criados destacamentos de voluntários civis, com a participação de reservistas.

Também noutras zonas um clima de paz se vai restabelecendo. No entanto, registam-se ainda roubos de armas, e sobretudo a deliberada difusão de boatos (um exemplo — numa fábrica, «Schmidt», onde funcionava um dos «centros de coordenação», foram apreendidos cerca de 10 mil folhetos, destinados exactamente a exaltar ânimos, na prática impedindo assim o debate dos verdadeiros problemas).

Prossegue entretanto a investigação dirigida no sentido de isolar as alas extremistas, em particular da Frente Popular do Azerbaijão.

Como se pôs termo ao morticínio

As primeiras notícias sobre uma acalmia da situação no

Cáucaso, e de reestabelecimento da actividade normal, vieram acompanhadas de outras, não menos significativas.

Por exemplo, enquanto se divulgava que em Baku os transportes públicos e o comércio de novo voltavam a funcionar, igualmente se informava que na capital azeri fora criada uma associação de cooperação e assistência ao comando militar para reestabelecimento da ordem. E ainda que o comando militar de Guianj tentava entrar em contacto com dirigentes da cidade, enquanto em Kasakh era negociado o cessar-fogo na fronteira das regiões de Ijevan, na Arménia e Kazakh, no Azerbaijão.

Entretanto, por intermédio das autoridades militares, procede-se a trocas de reféns arménios e azeris. A evacuação de habitantes de Baku é suspensa a pedido da Frente Popular do Azerbaijão, que garante então que nada acontecerá às pessoas em causa.

Factos que falam bem da sistemática aposta do governo soviético no diálogo como forma de solução dos mais agudos problemas, mesmo no quadro de um recurso ao exército, na situação extrema que se havia atingido.

Factos reflectem também a gravidade e dramatismo de que os acontecimentos se revestiram.

Esta política de diálogo foi desenvolvida em simultâneo com a colocação de tropas



O exército soviético contribuiu para criar condições para a pacificação no Cáucaso

soviéticas nas zonas críticas do morticínio no Cáucaso.

Foi em presença dos generais Sourkov e Fedossov, que se sucederam encontros entre autoridades e dirigentes dos PC da Arménia e do Azerbaijão.

A quem aproveita

Na conferência sobre problemas económicos, nestes dias realizada no Kremlin, com operários, camponeses e quadros técnicos, os acontecimentos no Cáucaso, então na sua fase mais aguda, foram naturalmente abordados.

Condenando vivamente «as tentativas de jogar com os sentimentos nacionais com fins egoístas», Gorbachov denunciou que «a tensão aproveita a um grupo de extremistas, aventureiros irresponsáveis e a agentes da economia subterrânea que pilham os dois povos. Eles opõem-se à perestroika, mas, como não podem fazê-lo abertamente, recorrem à tensão nacionalista».

As tensões nacionalistas têm naturalmente na sua base causas muito reais, e em particular o peso dos graves problemas que vêm da História.

Mas não se agudizam a este ponto por espontâneo desenvolvimento. Muito menos quando se avança na solução de tais problemas e se abrem amplas perspectivas de desenvolvimento para todos e cada um dos povos da URSS.

Quando da aprovação das medidas de excepção tomadas pelo governo soviético, deputados do grupo inter-regional questionaram a curiosa «coincidência» entre os acontecimentos no Cáucaso e o início de um acordo entre a Lituânia e Moscovo. É ainda realçado que todos estes dramáticos acontecimentos são desencadeados em vésperas de uma reunião decisiva do CC do PCUS, que deve adoptar, na perspectiva

do 28.º Congresso, um programa de acção e novos estatutos.

Tudo se passa como se, em véspera de projectados avanços no processo da perestroika, nomeadamente no que respeita à questão das nacionalidades e da federação, se estivesse a aproveitar uma oportunidade para travar tais processos. Mesmo que à custa do sangue, dos mortos, das sementes de inimizade lançadas entre os povos da região.

Em recente editorial da «Pravda», consagrado ao conflito interétnico, dizia-se: «dando a cada povo a sua própria dignidade, é necessário consolidar o que os une, a nossa Federação, a nossa União. Por outro lado cada nação deve desenvolver-se livremente. Para isso, a perestroika abre um amplo espaço. Só essa via nos permite alcançar uma sociedade humana e democrática».

Savimbi visita não é de paz

Jonas Savimbi, presidente da Unita, esteve estes dias em Portugal, onde, desde a sua chegada a Lisboa, foi acompanhado nas primeiras horas da sua visita, pelo presidente do CDS, Freitas do Amaral.

Na sua estadia em Portugal, Savimbi foi recebido por Mário Soares, por Cavaco Silva, por uma representação do PS, pelos generais na reserva Altino de Magalhães e Silva Cardoso e pelo director da Associação de Comandos. Teve ainda uma audiência com o Cardeal Patriarca de Lisboa e encontros com a UGT e a CAP.

Note-se que a visita se desenvolve num momento em que se registaram novos ataques da Unita em território angolano.

Desmitificando a imagem que se pretende promover de Savimbi, apresentado como uma possível figura de estadista e um defensor da democracia, um grupo de dissidentes da Unita em Portugal denunciou à imprensa os crimes cometidos pelo dirigente da Unita contra os que no próprio movimento apresentam discordâncias.

Em comentário à visita do dirigente da Unita ao nosso país, a Angop, sublinha que esta ocorre num momento «em que o processo interno de pacificação de Angola esbarra com a intransigência dos Estados Unidos da América e da Unita». E sublinha: «Adiada por diversas vezes, a deslocação é simplesmente o culminar de uma vasta campanha publicitária das forças paternalistas, saudosistas e conservadoras lusas, que continuam a apostar na Unita com o propósito de recuperar as posições perdidas em Angola».

No comentário manifesta-se ainda a esperança do povo angolano «de que a visita seja efectivamente privada e que não ponha em causa as privilegiadas relações entre os governos dos dois Estados soberanos e independentes».

«Os salários médios dos trabalhadores são incompatíveis com as actuais rendas de casa nas cidades. Por isso as famílias mais necessitadas são obrigadas a viver amontoadas em partes de casa, quando o desemprego, a doença ou o agravamento da miséria as não atiram para insalubres casebres. Deste modo, a multiplicação dos «bairros da lata» já transbordou das regiões periféricas das grandes cidades para as suas zonas centrais.

Na sua gritante miséria, um bairro da lata instalado em plena Avenida de Berlim, é, porém, uma presença incómoda para a grande burguesia vizinha confortavelmente instalada em habitações luxuosas, e uma impertinente acusação para o seu governo fascista. Por isso, sem mais delongas e depois de embolsar as rendas de Dezembro, a Câmara decidiu bruscamente a destruição das barracas naquela moderna avenida. Com o auxílio das forças repressivas, sem o menor respeito por crianças e velhos, alguns gravemente doentes, foram assim deixadas sem tecto e sem abrigo dezenas de famílias que a Câmara não tencionava de forma alguma alojar.

Durante a época invernal, a vida nos bairros da lata decorre no meio de sobressaltos e tragédias. Os desabamentos e os incêndios são desastres frequentes que devoram casebres e seres humanos. O último de que tivemos notícia ocorreu na madrugada do dia de Natal, nas barracas do Alto do Pina: dois mortos, entre os quais uma criança, além dos feridos, são vítimas inocentes a juntar à longa lista da criminoso política de habitação salazarista. Também eles eram «inquilinos» da Câmara Municipal de Lisboa!»

«Bairros da lata ou «a cada família o seu lar» - «Avante!», VI série, n.º 375, Fevereiro de 1967)

AVANTE! PROLETARIADO DE TODOS OS PAÍSES UNIDOS!

«Durante dezenas de anos a Sociedade Estoril arrecadou milhões à sombra do Estado fascista e explorando e servindo o mal o público, assim como os trabalhadores ao seu serviço. Agora que a concessão da exploração está atingindo o seu termo há que espremer até à última gota, de pouco se importando os capitalistas da Sociedade Estoril e o governo que as condições de transporte e das instalações sejam péssimas e que do mau estado da linha e das carruagens possam resultar atrasos e acidentes, acidentes que podem degenerar de um momento para o outro em tragédias como as da Gibalta, ou a do Cais de Sodré em 1963, que provocaram dezenas de mortos e muitos e muitos mais feridos.

Dada a pobreza franciscana a que se chegou quanto ao material rolante, do que resulta os passageiros viajarem como sardinha em canastra, a Sociedade Estoril foi forçada a adquirir umas tantas carruagens, algumas em segunda mão. Mas logo pensou em reaver o dinheirinho em 6 anos, tantos os que faltam para o termo da concessão. E assim, com a ajuda e cumplicidade do governo de Marcelo Caetano os preços dos bilhetes e dos passes sofreram aumentos que chegam a ultrapassar os 80%, modificaram-se horários, alteraram-se zonas e aboliram-se assinaturas semanais para os estudantes, desprezando completamente os interesses do público pagante. (...) Ajusta indignação dos muitos milhares de pessoas que são obrigadas a servirem-se dos comboios da Sociedade Estoril, expressa em várias manifestações e protestos massivos, obrigou esta e o governo a recuarem quanto a certos horários. Porém, a questão do aumento de preços das zonas, dos passes semanais para estudantes, da falta de carruagens e do mau estado de muitas em serviço, assim como da linha, que põe em perigo constante a vida dos passageiros, continuam de pé.»

«O escândalo da Sociedade Estoril» - «Avante!», VI série, n.º 412, Fevereiro de 1970)



O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, acompanhado por Domingos Lopes, suplente do Comité Central, recebeu na passada segunda-feira, no CT da Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da OLP, dirigida por Basam Abu Sharif, conselheiro político e porta-voz de Yasser Arafat.

Álvaro Cunhal expressou à delegação palestina a solidariedade dos comunistas portugueses à justa luta da OLP e do povo palestino pela criação do Estado palestino, salientou ainda a importância da elevação do estatuto diplomático da representação da OLP em Lisboa e considerou completamente inadequada na perspectiva da solução do conflito o envio, neste momento, de um embaixador de Portugal para Tel-Aviv.

Em Foco

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 840

1 de Fevereiro de 1990

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Avante! e o Congresso



Avante! e o Congresso

Como é divulgado na Resolução do Comité Central sobre a preparação do XIII Congresso (Extraordinário) inserida no último número, o «Avante!» irá publicar semanalmente um Suplemento especial integrado naquele trabalho.

Já no período de preparação do XII Congresso o órgão central do Partido dedicou o seu caderno «Em Foco» exclusivamente aos temas relacionados com o debate partidário, nele se incluindo a secção «Cartas do Leitor». Mas naturalmente que a vastidão e importância dos problemas que estão na origem da decisão de convocar um Congresso extraordinário recomendavam que se encarassem todas as possibilidades de alargar o mais possível o contributo do «Avante!». A Redacção elaborou assim um plano de trabalho bastante mais vasto e ambicioso que o de há um ano, cuja concretização se inicia já neste número, e que é no essencial o seguinte:

1. Abertura imediata da secção Cartas do Leitor.

Criada no período de preparação do XII Congresso, esta secção constituiu um significativo e apreciado contributo para o debate das propostas então apresentadas. Tal como fora inicialmente programado, a sua publicação cessou após o Congresso e, na verdade, terminados os trabalhos, foi praticamente nulo o número de cartas surgidas na Redacção.

Contudo, em várias reuniões de organização e em opiniões pessoais de numerosos militantes, tem posteriormente sido sugerida a sua reabertura, proposta que, naturalmente, surgiu com maior frequência em face dos acontecimentos nos países socialistas do Leste europeu, dos problemas por eles levantados. Por outro lado, tem vindo, desde o anúncio da decisão de convocar o XIII Congresso (Extraordinário), a ser enviada, quer para o «Avante!», quer para os organismos executivos do Comité Central, correspondência com propostas, sugestões, críticas e outros contributos que claramente apontam o desejo de participação e intervenção que anima o nosso colectivo partidário.

Nestas circunstâncias - e embora inicialmente se tenha previsto a reabertura da secção apenas no Suplemento a que a seguir se faz referência - decidiu-se fazê-lo desde já.

Considerando que os critérios estabelecidos há um ano se revelaram úteis para assegurar o maior número possível de colaborações, eles mantêm-se:

- as cartas devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60, espaços ou equivalente;
- o autor deve vir identificado, res-

peitando o «Avante!», se expresso, o desejo de o nome não ser divulgado;

- a Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda aquelas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor, mas referindo-se sempre a sua recepção nas nossas páginas;

- a Redacção do «Avante!», se necessário, assegurará igualmente respostas ou comentários.

- das cartas que contiverem sugestões ou propostas com vista directamente à elaboração dos documentos do XIII Congresso (Extraordinário) será dado conhecimento às respectivas comissões de redacção.

O facto de haver cartas recebidas cuja divulgação numa secção que eventualmente viesse e ser aberta no «Avante!» foi sugerida ou autorizada pelos seus autores permitiu que, simultaneamente com este anúncio, o «Avante!» inicie já neste número a sua publicação na pág. 15 do caderno «Em Foco». A partir de agora e até ao início do Suplemento, a penúltima e antepenúltima páginas daquele caderno serão dedicadas às **Cartas do Leitor**.

2. A partir do próximo mês de Março e até ao Congresso, o «Avante!» passará a incluir em cada número um Suplemento «Congresso» com um mínimo de 16 páginas inteiramente dedicado ao trabalho preparatório e ao debate.

Além do Suplemento «Congresso», o «Avante!» manterá, em princípio, os seus restantes cadernos («Editorial», «Semana», «Em Foco»



e «Agenda»), o que significará que o número de páginas, durante este período, subirá no mínimo das actuais 32 para 40.

O primeiro número do Suplemento «Congresso» publicará as **Teses** aprovadas pelo Comité Central na sua reunião do início de Março. A partir de então, para além das «Cartas do Leitor» e de rubricas que se venham a revelar úteis e necessárias, incluirá em cada número as seguintes secções:

- uma **mesa redonda** dedicada a um tema específico relacionado com os temas em debate no Congresso;
- uma **análise semanal** da cobertura pela comunicação social dos tra-

balhos preparatórios do Congresso;

- uma **secção de consulta** aberta a leitores que desejem esclarecimentos ou pormenorizações sobre questões factuais, aspectos específicos dos documentos ou temas em debate, etc;

- uma secção aberta a **artigos** enviados como colaboração para o «Avante!». A semelhança do que sucede com as cartas, igualmente aqui será necessário estabelecer alguns critérios: está previsto que cada artigo não exceda 150 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente e que a secção ocupe 2 a 3 páginas, o que significará a inclusão de 4 a 6 artigos em cada número. A selecção

dos artigos incluídos caberá, naturalmente, à Redacção, referenciando-se contudo sempre toda a colaboração recebida;

- no mínimo uma **reportagem** por número sobre o debate no Partido (reuniões, assembleias, sessões, etc).

A publicação do Suplemento «Congresso», lado a lado com a manutenção do conteúdo habitual do órgão central do Partido, envolve custos que se torna necessário compensar com um desejável e certamente possível aumento de tiragem. Aliás, já durante a preparação do XII Congresso se verificou um crescente interesse pelo «Avante!» que teve reflexos positivos nas suas vendas a partir de então. A experiência recolhida com o trabalho de organizações que obtiveram melhores resultados leva-nos a desde já recomendar algumas medidas de comprovado interesse e eficácia:

- preparar a promoção do «Avante!» e do seu Suplemento «Congresso» em todos os locais de venda e especialmente nos Centros de Trabalho. Com vista a apoiar estas acções, o «Avante!» editará durante o mês de Fevereiro um cartaz cujas encomendas as organizações podem desde já enviar para a Redacção;

- trabalhar desde já para reforçar os circuitos de distribuição com vista a aumentar as vendas, fazendo o mais depressa possível as encomendas para aumentos que se revelem possíveis;

- promover (nomeadamente nas regiões de organização mais dispersa) uma campanha de assinaturas que assegure a recepção do jornal apesar das dificuldades de ligações. Está a ser estudada uma **Campanha de Assinaturas XIII Congresso** sobre a qual daremos informações no próximo número. ■

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Av. 48 - São Vito - N.º 387
8 de Março de 1979

Preço 7200

SEMANÁRIO

Distribuição - CDE, R. Pedro Nunes, 1000 Lisboa

Dir./Red. - R. Soares Pereira Gomes, 1000 Lisboa-CODEX Tel. 76 87 25 - Telex 16390

Composição e impressão - Hestis Portuguesa

■ **António Filipe****Alta Autoridade para a Comunicação Social**

A nula autoridade do Governo

A discussão em curso acerca dos desenvolvimentos legislativos decorrentes da revisão constitucional em matéria de comunicação social, afigura-se crucial para a definição da configuração que nos próximos anos assumirá este sector, de transcendente importância democrática.

Este debate verifica-se porém, em condições extraordinariamente complexas. A somar às soluções negativas e governamentalizadoras adoptadas na revisão constitucional, designadamente a nível da composição da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Governo e a maioria PSD tratam de consumir o desmantelamento e leilão das empresas públicas de comunicação social, após terem partidariado e manipulado escandalosamente a atribuição de frequências à sombra da sua Lei da Rádio. Manipulam grosseiramente os órgãos de comunicação social sob o seu estrito domínio, com destaque óbvio para a Televisão e desencadeiam ataques ao funcionamento daqueles cujo controlo lhes escapa.

Entretanto, o Governo prepara-se para manipular a seu favor a próxima abertura da actividade de Radiotelevisão à iniciativa privada, apenas ao alcance de dois, quanto muito três, grandes grupos económicos e ao mesmo tempo, para governamentalizar todos os mecanismos e órgãos de fiscalização e controlo da actividade da Comunicação Social. A Proposta de Lei do Governo sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social, que a Assembleia da República aprovou na generalidade não deixa margem para grandes dúvidas a esse respeito.

A Alta Autoridade para a Comunicação Social foi criada na Segunda Revisão Constitucional, em Junho do ano passado, para substituir o Conselho de Comunicação Social. Entre as funções que constitucionalmente lhe foram atribuídas, contam-se as de, assegurar o direito à informação, a liberdade de imprensa e a independência dos meios de comunicação social perante o poder político e o poder económico, bem como a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião e o exercício dos direitos de antena, de resposta e de réplica política. Competir-lhe-á também, nos termos constitucionais, emitir parecer prévio à decisão de licenciamento pelo Governo de canais privados de televisão (não podem ser licenciadas candidaturas que não tenham obtido parecer favorável da Alta Autoridade) e ainda, emitir parecer prévio, público e fundamentado sobre a nomeação e exoneração dos directores dos órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado, a outras entidades públicas ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico.

No entanto, ao mesmo tempo que definiu a Alta Autoridade como órgão independente, a Revisão Constitucional, definiu-lhe um tipo de composição que fere mortalmente à partida as garantias dessa independência, assegurando desde logo ao Partido do Governo, tanto mais possuidor de uma maioria parlamentar monolítica, a designação da maioria dos membros da Alta Autoridade.

Facilmente se chega a esta conclusão. A Alta Autoridade será presidida por um magistrado, designado pelo Conselho Superior da Magistratura. Integrará cinco elementos eleitos pela Assembleia da Repúbli-

ca, o que no actual quadro garante um mínimo de três indicados pelo PSD. Outros três membros serão designados directamente pelo Governo. Os últimos quatro membros que devem ser representantes, designadamente, da opinião pública, da comunicação social e da cultura, serão escolhidos por forma a indicar na lei que for aprovada sobre esta matéria.

O quadro constitucional é já por si suficiente para pôr claramente em causa a independência da Alta Autoridade. Note-se que o PSD dispõe à partida da designação de 6 elementos num total de 13, e que, por maioria simples, poderá aprovar uma lei que lhe assegure os restantes quatro. E desses que agora se trata.

A possibilidade desta situação era uma evidência, já no momento em que se debateu a Revisão Constitucional. O PSD dispunha já da maioria parlamentar de que dispõe. Era já o partido do Governo. Precisava de uma maioria de dois terços que sózinho não possuía para rever a Constituição a seu contento. Nesta matéria, o Partido Socialista ofereceu-lhe de bandeja, cedendo em toda a linha, garantindo ao PSD uma clara maioria na designação dos membros da Alta Autoridade.

O PSD pretende porém ir mais longe na governamentalização. Nem outra coisa seria de esperar, conhecido como é o comportamento do PSD e do seu Governo. A proposta de lei governamental pretende adoptar a solução de cooptação para designar os quatro elementos representativos da opinião pública, da comunicação social e da cultura. Tal solução é inaceitável, não porque a cooptação seja um método antidemocrático, que não o é, mas porque neste caso conduziria à ampliação de uma maioria já existente, pondo muito seriamente em causa — para não dizer que mataria à

nascença —, a independência da Alta Autoridade perante o Governo.

Importa aqui salientar que o Projecto de Lei do PCP preconizou a designação dos quatro membros da Alta Autoridade, respectivamente pelo Sindicato dos Jornalistas (!), pelos sindicatos representativos dos trabalhadores da rádio e televisão (?) e pela Sociedade Portuguesa de Autores (!). Procurou-se dessa forma criar melhores condições para a independência desse órgão e assegurar uma composição que reflectisse a representação de sectores profundamente inseridos na problemática da Comunicação Social. A maioria PSD recusou liminarmente esta solução.

A composição não é, no entanto, a única questão importante em debate neste momento, nem é a única frente em que o PSD se empenha para garantir o seu domínio da fiscalização das actividades de Comunicação Social.

Com efeito, ao mesmo tempo que, na sua proposta, limita o alcance das próprias competências da Alta Autoridade em tudo o que poderia significar limitações aos poderes discricionários do Governo (não confere eficácia vinculativa a quaisquer pareceres ou deliberações da Alta Autoridade, à excepção dos que se refiram à matéria do direito de antena, de resposta e de réplica política), o Governo PSD propõe-se eliminar ou restringir os mecanismos e os direitos de fiscalização que escapam ao seu controlo estrito. Neste sentido se propõe eliminar o Conselho de Imprensa, recorrendo, para justificar tal atitude, a um conjunto de mistificações e falsidades.

Nada na Constituição indicia a necessidade de eliminar o Conselho de Imprensa. As atribuições da Alta Autoridade não conflituam com parte essencial das atribuições do Conselho de Imprensa. Nem a Constituição, nem na Proposta de Lei aprovada na generalidade.

O Conselho de Imprensa possui competências, para se pronunciar

sobre questões de deontologia profissional dos jornalistas, para organizar e divulgar o controlo de tiragem e difusa das publicações periódicas, para classificar essas publicações, para apreciar os recursos sobre a emissão da carteira profissional dos jornalistas, entre outras, que ninguém propõe que se atribuam à Alta Autoridade.

O Governo PSD pretende no entanto extinguir o Conselho de Imprensa, deixando um vazio de competências em vastas e importantes matérias. Vazio, que provavelmente o Governo se arrogará o direito de colmatar, uma vez extinto o órgão independente que dele se ocupa.

É de facto a natureza independente do Conselho de Imprensa que o Governo PSD não suporta, na ânsia de tudo governamentalizar. Um órgão composto por um magistrado; seis jornalistas indicados pelo respectivo sindicato; dois trabalhadores indicados pelos sindicatos representativos da imprensa, gráficos e da indústria do papel, dois administradores designados pelas associações da imprensa diária e não diária; dois directores de publicações eleitos pelas respectivas categorias profissionais; quatro cidadãos eleitos pela Assembleia da República; dois elementos cooptados por maioria de dois terços dos anteriores, e que, ainda por cima, funciona (desde há 15 anos) e se prestigia em Portugal e no estrangeiro (entre os seus congéneres), é um órgão que o Governo PSD não suporta.

Afirma o Governo, pela voz dos seus arautos na AR, não poder concordar com um Conselho de Im-

prensa criado por diploma legislativo, mas apenas com um hipotético Conselho, resultante tão só da vontade da «sociedade civil». Porém, o Conselho de Imprensa foi criado em 1975 pela Lei de Imprensa e alterado por lei de 1978, ambas votadas por unanimidade, PSD obviamente incluído. Partido que, ao mesmo tempo que para acabar com o C.I. invoca as virtualidades da «sociedade civil» esquece-se delas, para criar uma «Alta Autoridade» como lhe convém, estritamente governamentalizada.

As contradições não ficam por aqui. Na proposta governamental, o Conselho de Imprensa é extinto, mas a Comissão Consultiva da Rádio mantém-se. Por outro lado, as competências dos Conselhos de Redacção são limitadas inexplicavelmente, ao ser-lhes retirada, por uma disposição final constante da proposta do Governo, a prerrogativa de dar voto favorável à designação dos directores, sub-directores e chefes de redacção.

Em síntese, a questão suscitada pelo debate em torno da Alta Autoridade é de meridiana clareza. Trata-se de, num quadro constitucional já de si defeituoso, lutar por uma composição e um funcionamento desse órgão que lhe possam garantir um mínimo de condições para desempenhar um papel positivo, o que significa combater a sua estrita governamentalização, a extinção de órgãos e mecanismos de participação independentes (objectivos do Governo e do PSD), e defender uma Alta Autoridade dotada de um mínimo de eficácia e independência no exercício das suas atribuições. ■



■ Vitor Dias

Entendamo

Talvez haja quem pense que, ponderadas as linhas fundamentais que inspiram e caracterizam o que boa parte dos órgãos de comunicação social, com as inevitáveis variações e gradações, está publicando e divulgando sobre o PCP, não nos resta outra hipótese do que conformarmo-nos ou fazermos de conta que, como dizia uma personagem de má-memória, «está tudo bem assim e não podia ser de outra maneira».

Talvez haja quem pense que não adianta — porque só agravaria as coisas e despertaria novas más-vontades e incompreensões fazer a denúncia, a crítica e a desmontagem desse diversificado e multiforme empreendimento político e ideológico que visa a sistemática deturpação da situação, vida e funcionamento do PCP e a pertinaz demolição dos reais valores, identidade, projecto, orientações e métodos do PCP.

Acontece porém que, felizmente, os comunistas portugueses podem, contra sua vontade, serem vítimas mas não querem, voluntariamente, ser cúmplices; podem não ter os meios para fazer adequadamente frente ao cerco informativo que lhes movem e à maré de deturpações com que se pretende submergir, condicionar e moldar a opinião pública e desorientar e confundir os próprios membros do Partido, mas não têm vocação para a resignação e não estão dispostos a perder a capacidade de indignação em defesa da verdade e da honra do seu Partido; podem, estar cansados de não ver escutados os seus civilizados apelos à razão, ao bom senso, ao equilíbrio, ao rigor e à tolerância

democrática que tem dirigido a quem deles bem precisa, mas não desistem de fazer apelo e de confiar no espírito crítico e na inteligência dos seus concidadãos.

Tanto basta para que, uma vez mais, se tenha de voltar a dizer, com palavras serenas mas frontais, que aí está de novo em recrudescimento, com fortíssima expressão na comunicação social, uma violenta ofensiva contra o PCP que, previsivelmente, conhecerá uma ainda maior agudização com a aproximação do XIII Congresso (Extraordinário).

Uma vez que os seus traços actuais, no essencial, são semelhantes aos do passado, compreender-se-á que, pela nossa parte, reafir-

memos ideias e expressões já expostas noutras ocasiões.

Afastando fantasmas, desfazendo equívocos e desarmando melindres e susceptibilidades, reafirmamos que não está em causa, naturalmente, nem a liberdade de informação nem os direitos dos jornalistas, a cuja consagração constitucional e legal e a cuja defesa concreta o PCP está aliás indissolivelmente ligado.

Reafirmamos que o PCP não se julga acima do concreto exercício do direito de crítica, de comentário e mesmo de combate político através da comunicação social.

Reafirmamos que está completamente fora dos nossos sonhos ou desejos uma comunicação social que apenas falasse daquilo que o PCP eventualmente considerasse desfavorável ou desagradável.

Reafirmamos que não pretendemos agredir ninguém em particular, mas sim debater ideias, desvendar objectivos dissimulados e contestar critérios e métodos.

É exactamente em nome da liberdade de informação e do direito à crítica (de que, contra o que alguns julgam, também somos titulares) que entendemos ser nosso dever protestar e alertar para que, através da sofisticada articulação entre o que se silencia sobre o PCP e o que se fala e diz sobre o PCP, se procura instalar a falsa imagem

de um partido mergulhado numa crise profunda e irreversível, dividido, desorientado, paralisado, tão dominado por conflitos internos quanto ausente e calado sobre os problemas vivos dos portugueses e do País, tão envelado sobre si mesmo quanto insignificante na cena política nacional e nas perspectivas da sua evolução.

Alcançando a sua expressão mais brutal na RTP, a ideia que dominantemente se inculca no universo informativo português é a de que da política nacional, dos problemas e das soluções quem se ocupa e quem trata são, por ordem, Cavaco Silva, o Governo, o PSD e o PS.

Bem pode o PCP promover as mais diversas iniciativas objectivamente reveladoras do seu dinamismo, conhecimento dos problemas, sensibilidade para as questões mais candentes seja do quotidiano dos portugueses seja da actualidade social, económica e política.

Bem podem os comunistas continuar a desempenhar uma relevante acção reivindicativa e construtiva em todas as principais esferas da sociedade portuguesa.

Bem pode o PCP, sem prejuízo do que é conhecido, continuar a ser um partido com milhares de membros que, não tendo direito a manchetes e títulos na comunicação social, se mantêm unidos e solidários entre si e em torno do seu Partido e

que, no pleno exercício dos seus direitos e sem qualquer lesão na sua dignidade, se mantêm fiéis aos grandes valores políticos e ideológicos e às regras de lealdade e fraternidade que justamente consideram essenciais na fisionomia política e no funcionamento democrático do seu Partido.

A verdade porém é que a regra dominantemente instituída em muitos órgãos de comunicação social determina e faz cumprir que do PCP se fala apenas ou por causa dos acontecimentos dos países socialistas, ou por causa dos «críticos», ou por causa do INES, ou por causa da «sucessão» de Álvaro Cunhal.

Ao serviço de tais objectivos e na aplicação de tais regras está valendo tudo.

São os factos, os acontecimentos e realidade sobre o PCP a serem silenciados ou deformados até finalmente poderem caber nos esquemas e nos estereótipos, filhos do preconceito, do mais empedernido dogmatismo, da ignorância e da hostilidade, previamente fixados e estabelecidos sobre o PCP.

São princípios básicos e elementares da ética e da deontologia profissional a serem escandalosamente sacrificados e desprezados, seja por puro e simples desconhecimento do que tal coisa possa ser, seja devoradora pressão da concorrência entre os órgãos de informação, seja pela competição entre profissionais, seja por alegre submissão à ditadura do que «está a dar».

São as «sensacionais» revelações e os lancinantes dramatizados e apocalípticos relatos sobre aspectos da vida interna do PCP, normalmente baseados em «fugas» de informação que obedecem a uma evidente orientação e gestão políticas, e nos quais a alguns indispensáveis grãos de exactidão cabe o papel de proteger e facilitar a circulação de infundáveis mentiras, deturpações e invenções de situações e declarações, de ostensivas operações de intriga e intoxicação.

É uma impressionante incapacidade para ouvir o que o PCP diz e uma não menor dificuldade em entender o verdadeiro significado do que diz.

São as «notícias» que, sendo suposto deverem incorporar e transmitir factos verificados ou ideias ou afirmações feitas, se ocupam sobretudo a impingir, de forma não assumida, comentários, interpretações e especulações, no afã manifesto de não deixar que leitores, ouvintes ou telespectadores julguem por si próprios, libertos do asfixiante condicionamento de opiniões nada inocentes nem isentas nem desinteressadas, o que se traduz — triste sinal dos tempos — na deliberada ruptura com a regra clássica do jornalismo de que «os factos são sagrados» e «o comentário é livre» mas que as duas coisas não se devem misturar nem confundir.

É a vertigem de, semana após semana, insistir nas mesmas mistificações, inverdades ou mentiras, independentemente de claríssimos desmentidos, rectificações e esclarecimentos.

É o maniqueísmo de, se não para todo o sempre pelo menos para meia eternidade, haver quem de há muito tenha decretado, sem apelo nem agravo, quem são os heróis e os patifes, os anjos e os demónios, os belos e os monstros, os renovadores e os ortodoxos, os modernos e os arcaicos, os dialogantes e os sectários, os adeptos da



A RTP e a reunião do CC

1. O tratamento dado ontem pelos serviços noticiosos da RTP — Telejornal, Jornal das Nove e 24 Horas — à conferência de imprensa promovida pelo PCP para divulgação das conclusões da reunião do seu Comité Central, assumiu, em termos ainda mais escandalosos e agravados do que exemplos precedentes, o carácter de uma autêntica operação de desinformação, manipulação e agressão política e ideológica.

2. Da descarada deformação de afirmações feitas ao recurso a técnicas e truques de ostensiva manipulação ao nível da montagem; do prático silenciamento das verdadeiras conclusões da referida reunião à sua abusiva compaginação com outros assuntos dando a estes mais

tempo e relevância; da inacreditavelmente desonesta mistura de notícias com comentários grosseiros e especulações agressivas à transmissão no 24 Horas de uma peça especial com uma sequência de alucinante intoxicação sobre aquilo a que a RTP, de forma abusiva e ilegítima se permite qualificar de «crise do PCP» — a tudo isto e a muito mais recorreram os serviços ditos noticiosos da RTP, não obviamente para dar aos telespectadores a informação e as notícias que lhes eram devidas sobre as reais conclusões e decisões do órgão dirigente de um importante partido político nacional, mas para submergir os telespectadores numa avalanche de falsidades, insinuações, preconceitos e apreciações sectárias e hostis que a RTP está activamente empenhada em difundir sobre o PCP.

3. Trata-se, em rigor, de uma operação inserida numa orientação de sistemática calúnia, denegrimto e falsificação da vida, das actividades e das propostas e orientações do PCP que é absolutamente ilegal, inadmissível e intolerável num órgão de informação do sector público como a RTP.

4. Este comportamento da RTP, sendo — como é — uma grave ofensa ao direito à informação, um clamoroso espezinhar das mais elementares regras da deontologia profissional, uma deliberada ruptura com princípios básicos da convivência democrática, é também ao mesmo tempo uma lamentável tentativa de tutelar e condicionar o direito dos telespectadores a auizur soberanamente sobre o que o PCP faz, diz ou propõe sem a interferência totalitária das apreciações, comentários e

especulações que a RTP, em operação de contrabando, pretende fazer passar e impingir como se de notícias objectivas se tratasse.

5. Sobre esta matéria o PCP vai apresentar a competente queixa ao Conselho de Comunicação Social, confiante em que aquele órgão possa vir a ter uma intervenção moralizadora que contribua, como é imperioso, para enfrentar a arrogância e impunidade que a RTP lhe julga assegurada através do seu domínio pelo Governo e pelo PSD, para travar a manipulação e a intolerância veiculadas contra o PCP pela RTP e para defender a decência e a isenção da informação televisiva em Portugal.

25 de Janeiro de 1990
O Gabinete de Imprensa do PCP

-nos:

«perestroika» e os saudosos do estalinismo.

É, uma estranhíssima forma de homenagear a transparência e a «glasnost», a vocação para o clandestino e o gosto pelas sombras e pelo secretismo, mil vezes atestado pelo uso e abuso do recurso a «fontes» anónimas.

São os novos (!) cultos da(s) personalidade(s) sustentados pelo seguidismo acéfalo, pela vadiagem das ideias, pela superficialidade, pelo arrivismo, pelas idolatrias sinceras ou fingidas, que dispensam, por incómodo, qualquer esforço de distanciamento, de apreciação crítica, de ponderação rigorosa.

É o uso contra o PCP de processos, métodos e truques, de acusações e processos de intenção, de julgamentos definitivos sem audição nem direito de defesa, que, de facto, sem prejuízo de não serem exclusivos desse triste período e dessa desgraçada deformação, bem se podem considerar de matriz estalinista.

É o espírito verdadeiramente sectário e o universo fechado, concentracionário e mergulhado sobre oceanos de clichés e caricaturas anti-PCP, criando entre órgãos de informação um circuito autista de temas e de «fontes», praticamente imune a qualquer realidade exterior como seja o que o PCP realmente é, diz ou propõe.

Dito isto, entendamo-nos.

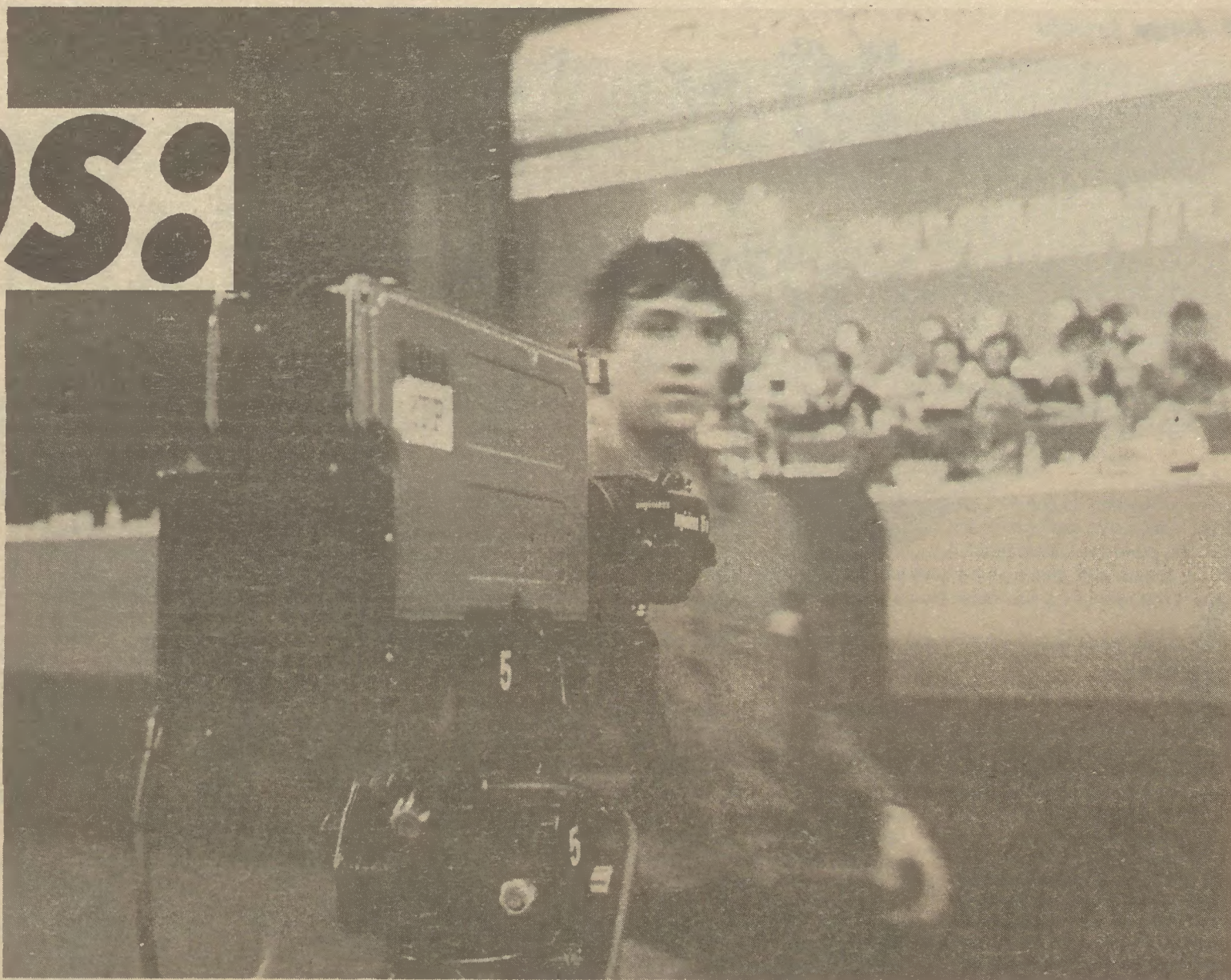
Não vemos os profissionais de informação como meros apontadores, transmissores ou porta-microfones em relação ao que o PCP, em actos por si organizados e convocados, entende afirmar ou valorizar. Reclamamos tão-só que alguns profissionais de informação deixem de encarar o PCP e os seus dirigentes como meros figurantes de textos, peças ou reportagens filmes que, no fundo, já vêm escritos e concebidos para actos promovidos pelo PCP e que, às vezes nem respeitam minimamente o que o PCP ou os seus dirigentes têm para transmitir à opinião pública.

Não pedimos concordância com o que somos, fazemos ou queremos. Reclamamos tão-só um honesto esforço de compreensão e reivindicamos o direito de não sermos apresentados como aquilo que manifestamente não somos, não fazemos e não queremos.

Não pedimos cumplicidade. Reclamamos tão-só algum rigor e respeito pela verdade.

Não pedimos aplausos, vénias ou reverências. Reclamamos tão-só uma reflexão serena sobre onde conduz uma agressividade, mesquinhhez e intolerância que inquinam o ambiente político e deslustram elementares padrões de convivência democrática.

Por último, mas como se fosse em primeiro lugar, importa dizer que neste difícil mas justo e imperioso combate do PCP contra a mentira, a intriga e a intoxicação, um papel decisivo tem de caber a todos os membros do Partido que, na legítima diversidade das suas opiniões e na indispensável unidade de acção, não podem deixar de entender que a batalha de esclarecimento sobre a nossa vida partidária, os nossos valores, ideais e objectivos é de crucial importância, no momento presente e na perspectiva, para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo e para a construção de uma sociedade de justiça, democracia e progresso social.



Outro exemplo

A singela troca de correspondência entre o Gabinete de Imprensa do PCP e a RTP que aqui se documenta é particularmente esclarecedora — até pelo facto de a segunda carta do PCP não ter tido qualquer resposta!

Exmo. Senhor
José Eduardo Moniz
Dlmo. Director do 1.º Canal
da Radiotevisão Portuguesa
Avenida 5 de Outubro, 197
Lisboa

Lisboa, 17 de Janeiro de 1990

Ex.^{ma} Senhor:

Pela presente vimos transmitir a V. Ex.^a que consideramos inteiramente justificado e adequado que a RTP/1 promova, com brevidade, uma entrevista de fundo com o Secretário-Geral do PCP sobre a situação política nacional.

Para além de razões relacionadas com o que deveria ser uma regular possibilidade de a opinião pública, através da RTP ter acesso às posições e propostas das diversas forças políticas, expostas com algum desenvolvimento, outros factores e circunstâncias reforçam a elementar justeza da presente sugestão e proposta.

De entre eles, são de destacar, abreviadamente, o facto de nos encontrarmos num momento subsequente a dois importantes actos eleitorais, a circunstância de se ter verificado recentemente uma remodelação governamental e ainda o próprio facto de a RTP ter transmitido ontem uma entrevista com o Primeiro-Ministro.

Recordando que há um ano que o Secretário-Geral do PCP não participa em qualquer entrevista de fundo na RTP, ficamos a aguardar o que se lhe oferecer sobre este assunto.

Com os nosso melhores cumprimentos, subscrevemo-nos

Atentamente
Pelo GABINETE DE IMPRENSA DO PCP
Vitor Dias

Gabinete de Imprensa do PCP
Rua Soeiro Pereira Gomes
1000 Lisboa

Ex.^{mas} Senhores

Serve a presente para levar ao V/conhecimento que o Canal 1 da RTP está a preparar uma ronda de entrevistas com os responsáveis dos vários partidos políticos com assento parlamentar.

É uma iniciativa editorial do Canal 1 da RTP que está a ser programada tendo em conta o calendário dos Congressos partidários, previstos, como é do conhecimento público, para os próximos meses.

Não queremos deixar também de registar a perplexidade deste Departamento pela posição pública assumida pelo PCP sobre a eventualidade de

uma entrevista do Secretário-Geral do PCP à RTP. Certamente terá escapado a esse Gabinete de Imprensa o facto de terem sido recusados nos últimos meses, convites sucessivos para entrevistas no Canal 1 da RTP dirigidos ao Secretário-Geral do PCP.

Com os melhores cumprimentos.

Chefe Dep. Noticiários e Actualidades
Canal 1
Fernando Maia Cerqueira

Ex.^{ma} Senhor
Fernando Maia Cerqueira
Chefe do Departamento de
Noticiários e Actualidades
do Canal 1 da RTP
Avenida 5 de Outubro, 197
Lisboa

Lisboa, 17 de Janeiro de 1990

Ex.^{ma} Senhor:

Em resposta à sua carta de hoje, que agradecemos, registamos com interesse a notícia de iniciativa editorial do Canal 1 relativa a uma ronda de entrevistas com responsáveis dos vários partidos com assento parlamentar, a ser programada como afirma «tendo em conta o calendário dos Congressos partidários previstos (...) para os próximos meses».

Entretanto, a nosso ver, um tal projecto em nada deve invalidar a realização urgente de uma série de entrevistas de fundo designadamente com os líderes dos partidos da oposição, o que, insistimos, tem plena justificação dado o actual momento político e tendo em devida conta o que deveria ser para a RTP um natural interesse em proporcionar à opinião pública o acesso às posições e propostas das principais forças políticas face à actuação do Governo e à situação e problemas do País.

A circunstância de, segundo a própria Constituição, os partidos políticos concorrerem democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político, deveria por si só bastar para que se compreenda que os partidos políticos devem ter a oportunidade de, com regularidade, poderem expor, através de iniciativas editoriais da RTP, e com algum desenvolvimento, as suas posições e propostas para a solução dos problemas nacionais, independentemente dos seus Congressos e respectivo calendário.

Quanto à perplexidade que V. Ex.^a nos comunica pela posição pública assumida pelo PCP, certamente terá escapado a esse Departamento a significativa diferença que existe entre breves entrevistas nos serviços noticiosos da RTP, sistematicamente solicitadas tendo como temas ou acontecimentos internacionais ou questões da vida interna do PCP, e entrevistas de fundo como a que acaba de ser proporcionada pela RTP ao prof. Cavaco Silva.

Com os melhores cumprimentos, subscrevemo-nos

Atentamente
Pelo Gabinete de Imprensa do PCP
Vitor Dias

■ Jorge Araújo

10 notas sobre o INES

A criação do Instituto de Estudos Sociais (INES) vem colocar questões que exigem alguma reflexão e, sobretudo, no que respeita ao posicionamento perante o Partido de um pequeno grupo de militantes que promoveram essa iniciativa e de muitos outros que a ela aderiram.

Pelos antecedentes que tem, pelas características que apresenta, pelos equívocos, confusão e desorientação que provoca, é matéria que não pode permitir desatenção ou indiferença, pois contém riscos demasiados sérios para a unidade do Partido e para o necessário reforço da sua influência na vida social e política do País.

Estas «Dez Notas sobre o INES» têm o objectivo de contribuir para essa reflexão.

1. Sem prejuízo da existência de declarações em diferente sentido, no momento actual é patente que o discurso oficial do núcleo promotor do INES (Instituto de Estudos Sociais) procura defender esta iniciativa de acusações de interferência na vida partidária, de tentativa de constituição de um grupo de pressão sobre o PCP, de uma fracção dentro do PCP ou de embrião de uma nova força política. Simultaneamente, são avançados nesse discurso oficial diversos argumentos visando reforçar a legitimidade e a correcção de membros do Partido terem tomado tal iniciativa e procurando dar ao INES a imagem de um mero espaço de reflexão e debate, de uma estrutura de composição e carácter pluralistas na área da esquerda.

2. Independentemente de numerosos aderentes, e até um outro participante do núcleo promotor e dinamizador do INES, poderem estar sinceramente convencidos da justeza de tais argumentos a verdade é que uma ponderação responsável e rigorosa do seu significado, alcance e reais objectivos não pode dispensar nem ignorar um importante conjunto de factos e circunstâncias que o discurso oficial dos seus promotores procura precisamente escamotear.

3. De entre eles, são de destacar os seguintes:

3.1. O núcleo promotor e dinamizador do INES começa por ser constituído unicamente por membros do PCP que, em regra, têm assumido desde a fase de preparação do XII Congresso comportamentos irregulares face às regras estatutárias de funcionamento do Partido e se têm apresentado publicamente, em graus e tons diversos, em discordância, contraste ou confrontação com a orientação do Partido e com a sua direcção, manifestando ao mesmo tempo afinidades de posições entre si.

3.2. Contrariamente a informações veiculadas, para órgãos de comunicação social no sentido de que a direcção do Partido há muito teria sido informada deste projecto, a verdade é que esta iniciativa foi preparada e desenvolvida por membros do Partido completamente à margem do Partido e sem qualquer conhecimento da direcção. Mas importa salientar que os membros do PCP ligados ao arranque desta iniciativa não se limitaram a concebê-la e a planeá-la à margem e sem conhecimento do Partido. Em numerosos contactos que estabeleceram com outros membros do Partido para que aderissem à iniciativa, designadamente na fase de recolha de assinaturas para a «Declaração de Princípios»,

era expressamente pedido sigilo com menção explícita a que o conhecimento por parte do Partido poderia complicar a concretização do projecto. O Partido só toma conhecimento da iniciativa e do texto da «Declaração de Princípios» em 13.12.89, dia em que foi emitido o comentário do Gabinete de Imprensa do PCP (que com as suas repercussões levou os promotores a anularem um acto público de anúncio previsto inicialmente para a terça-feira seguinte às eleições porque, conforme afirmaram, se tinha perdido o «efeito-surpresa»).

3.3. Entretanto, não é apenas o secretismo que marca a preparação do INES. Obviamente relacionado com esse secretismo, mas possuindo significado próprio, está também o facto de os membros do Partido promotores da iniciativa, no essencial, terem procurado para participar no seu arranque apenas os membros do Partido que, de uma forma ou de outra, realmente ou na suposição dos organizadores, tinham uma posição mais discordante, mais reservada ou mais distanciada em relação à orientação do Partido e à direcção. À luz destes factos, a informação que um membro do PCP, fundador do INES, prestou a um jornal de que ele próprio tinha convidado vários membros do Comité Central para aderirem ao INES não pode deixar de ser considerada uma habilidade carregada de alguma hipocrisia e apenas destinada a disfarçar o ostensivo «espírito de grupo» que está na origem da iniciativa. É facto que convites desses foram feitos, mas já depois de estar tomada a decisão de lançar o Instituto, de estar definido o essencial da sua fisionomia, de estar publicada a «Declaração de Princípios» e de o Gabinete de Imprensa ter divulgado um primeiro comentário manifestando as reservas do Partido.

3.4. Todos estes antecedentes deixam claro que a iniciativa de criação do INES está relacionada e tem evidentes conexões com as acções concertadas de carácter fraccionista que têm sido levadas a cabo. Entretanto, outros elementos confirmam e agravam esses antecedentes, designadamente o facto de tanto pelos objectivos atribuídos ao INES, como pelos projectos de estruturação orgânica já enunciados, como ainda pela dimensão de apoios que é activamente procurada, aquela iniciativa se configurar muito mais como uma verdadeira associação política do que como um mero Instituto de Estudos ou um simples espaço de reflexão e debate. Com efeito, na reunião do Fórum Picoas, falou-se já de estruturação a nível nacional (com a constituição de núcleos regionais); há todo um intenso esforço para criar uma base associativa de centenas de aderentes; um dos

promotores defendeu que no INES as «conclusões» se tirem por «consenso e compromisso» e são do domínio público, porque amplamente relatadas pela comunicação social, quer disputas ou fricções entre diversas sensibilidades ou grupos (constituídos por membros do PCP) quer os cuidados postos e as negociações necessárias para a repartição de posições e responsabilidades no INES.

Todo este conjunto de factos, elementos e características (bastante estranhos ou anómalos num inocente Instituto de Estudos) legitimam que, com sólidos fundamentos, seja de admitir como praticamente certo que, ao menos na perspectiva e nos planos de parte importante dos membros do Partido que concebeu este projecto e desempenha papel fulcral na sua concretização e desenvolvimento, existe o propósito de:

a) utilizar a criação do INES, as suas estruturas e actividades como capa protectora para o prosseguimento e desenvolvimento de actividades de carácter fraccionário em relação ao PCP;

b) aproveitar as iniciativas e conclusões do INES como elemento de pressão política e ideológica sobre a vida do Partido e o seu debate interno;

c) conceber o INES como uma estrutura disponível para futuras respostas, decisões ou iniciativas, de feição variável consoante a evolução dos acontecimentos e da situação no Partido.

Sublinhe-se a este respeito que estas intenções são perfeitamente realizáveis mesmo com a presença nos órgãos de direcção de independentes, de socialistas ou de membros do Partido que não estejam, nem queiram estar, envolvidos em actividades fraccionistas e mesmo que boa parte dos aderentes não tenha nada que ver com semelhantes propósitos.

4. Importa chamar a atenção para o que se poderá classificar como uma certa «divisão de papéis» entre o discurso oficial dos promotores do INES e a forma como a comunicação social apresenta o INES e aborda as questões a ele relativas. O discurso oficial, como se sabe, procura apresentar o INES como distanciado das questões da vida interna do PCP e situá-lo unicamente na esfera do legítimo exercício dos inalienáveis direitos cívicos dos cidadãos. Entretanto, a generalidade da comunicação social trata e apresenta sempre o INES integrando-o, situando-o e compaginando-o com as questões da vida interna do PCP e da sua alegada «crise». O discurso oficial cumpre o papel de tentar retirar credibilidade às apreensões e reservas do PCP e de favorecer o alargamento da base de apoio ao INES. O tratamento dado pela comunicação social assegura que publicamente se produzam as finalidades, os efeitos e as repercussões que o discurso oficial não pode ainda ou não quer ainda assumir. É o que tem vindo a acontecer e é o que, com altíssima probabilidade, acontecerá no desenvolvimento das actividades do INES. Onde for velada ou cifrada a linguagem e a mensagem em artigos de revistas, em debates ou seminários do INES, a comunicação social se encarregará de a descodificar e tornar explícita em direcção ao PCP e aos seus militantes.



5. Acresce ainda que já hoje é patente, quer como resultado natural da postura e de declarações de fundadores do INES quer das interpretações feitas pela comunicação social, toda uma artificial, falsa e injusta contraposição que visa denegrir, deturpar e falsificar as atitudes e orientações do PCP. É assim que se sugere, inculca ou afirma que

- de um lado, no INES, estariam os membros do Partido que compreendem a necessidade e a urgência de certas reflexões e debates; do outro, no PCP, os que fogem da discussão e a querem proibir ou impedir;

- de um lado, no INES, estariam os membros do Partido que seriam os bons interlocutores para o PS e os que têm capacidade de diálogo com cidadãos independentes ou de outras opções partidárias; do outro, no PCP, os sectários e dogmáticos incapazes de responder aos «novos desafios» que estão colocados à esquerda;

- de um lado, no INES, estariam os membros do Partido que se devotam à causa da sua renovação; do outro, no PCP, os prisioneiros do imobilismo e do dogmatismo;

- de um lado, no INES, estariam os membros do PCP que entendem que a militância partidária não pode sufocar a intervenção cívica dos militantes; do outro, no PCP, uma direcção crispada na obsessão de tudo controlar e tudo tutelar.

6. Esta última contraposição merece ser analisada mais demoradamente, porque se relaciona com um traço característico do comportamento de alguns membros do Partido desde há algum tempo e também porque é à volta dela que se procura justificar que a criação do INES possa ter decorrido à margem do Partido e sem o seu conhecimento, chegando-se mesmo a afirmar que «as apreensões vindas a público sobre a criação do Instituto, porventura baseadas em conceitos

restritos sobre a intervenção cívica limitando-a à militância partidária, essas apreensões, dizia, tem uma vantagem: demonstram que o INES não é uma iniciativa teleguiada partidariamente».

Sublinhando-se que tal afirmação implica deliberadamente um juízo e uma expressão desagradável e pejorativa («teleguiada partidariamente») sobre todas as iniciativas de militantes em relação às quais o Partido não manifesta apreensões e para todos as intervenções que membros do Partido desenvolvem de acordo ou coordenadamente com o Partido e as suas organizações e estruturas, importa destacar que o Partido não partilha de facto de tais conceitos restritos, não tem a pretensão de tutelar ou controlar todas as iniciativas dos seus militantes, antes pelo contrário estimula o seu criador desenvolvimento, naturalmente de acordo com as grandes orientações do Partido, designadamente nas áreas de intervenção mais importantes ou sensíveis.

O exposto nos pontos 3 e 4, bastaria por si só para tornar claro que o INES não cabe na inocente caracterização de «intervenção cívica» de militantes do Partido. Outros elementos mostram entretanto que esta iniciativa, pela sua própria natureza e enquadramento, não é daquelas em que se possa dispensar uma informação ao Partido e uma ponderação com o Partido.

É necessário ter presente que o INES, além de actividades de «reflexão, investigação e debate» nos «domínios social, político e económico», propõe-se dar «a maior atenção à apreciação crítica da teoria e da prática do movimento comunista (particularmente nos países socialistas) bem como dos movimentos sociais-democratas» e promover «o estudo e a reflexão sobre as principais mutações em curso na sociedade portuguesa» incluindo «as situações no domínio teórico e ideológico» bem como se propõe estimular «o exercício do direito constitucional de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do País». Reclama como sua vocação ser «ponto de encontro, debate e aproximação de militantes de toda a esquerda» e entre os factores novos que justificariam e possibilitariam o seu aparecimento invoca a «perestroika soviética» e «a vitória da Coligação "Por Lisboa" que exige de todos os nós uma atitude diferente, um diálogo e um debate mais profundo no seio da esquerda portuguesa».

Ou seja: a identidade concreta e a identificação partidária dos principais promotores (e da esmagadora maioria dos aderentes); o contexto político-partidário em que a iniciativa surgiu; o tema que obrigatoriamente passaria a constituir para a comunicação social e as previsíveis utilizações que lhe permitiria contra o PCP; os próprios objectivos fixados e as finalidades pretendidas designadamente as inseridas no «diálogo na esquerda» — tudo, mas tudo, convergia poderosamente para que, logo de início, os membros do Partido promotores do INES não pudessem ignorar que estavam a criar um importante instrumento de intervenção política, destinado a ter relevantes repercussões políticas e óbvios reflexos, directos e indirectos, sobre o Partido e a sua actividade.

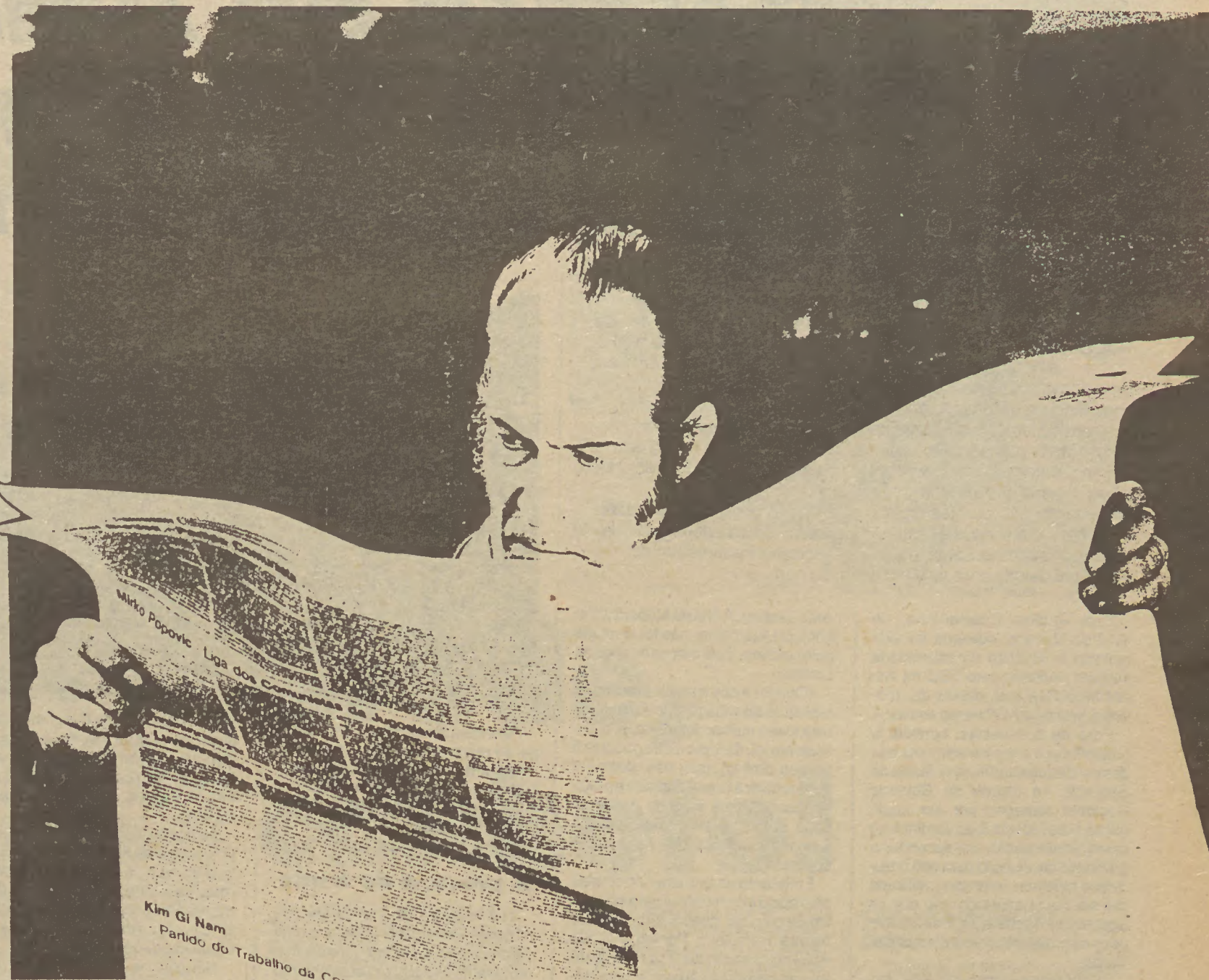
Assim sendo, tudo justificava e aconselhava que os membros do Partido envolvidos na promoção do INES tivessem informado o Partido e com ele ponderassem e examinassem a sua validade, correcção e oportunidade.

Na verdade, se uma iniciativa e um projecto, como o INES não precisa de ser ponderado com o Partido, então dificilmente se encontrará alguma área relevante de intervenção social, cívica, ou política dos cidadãos que são membros do PCP que o Partido deva acompanhar.

7. A defesa da legitimidade de membros do Partido planearem e lançarem uma iniciativa como o INES à margem e sem conhecimento do Partido só é possível, tenham ou não disso consciência os que o sustentam, num quadro de concepções e comportamentos já em avançada contradição com as mais elementares noções sobre o que representa ser militante do Partido.

Como em grande parte já decorre de outros comportamentos, o que está subjacente àquela defesa de legitimidade é uma estranha concepção que corresponderia a que membros do Partido conservariam todos os direitos inerentes a essa qualidade (com destaque para o de contribuir para a definição da linha política e orientação do Partido e de intervir no processo democrático de formação da vontade do colectivo partidário), mas simultaneamente alijariam e recusariam o cumprimento dos seus principais deveres, designadamente o de respeitar a orientação do Partido e agir leal e solidariamente com os seus camaradas.

É pressuposto básico da adesão a um partido que, por razão de ideais, de objectivos, de valores e de eficácia de luta e de intervenção, se opta por agir com outros e com outros partilhar direitos, deveres e responsabilidades e que com tal opção voluntariamente se abdica de alguma margem de afirmação ou intervenção política inspirada apenas pelo livre arbítrio de cada um. Mas parece evidente que hoje há membros do Partido que, mesmo nas áreas mais sensíveis, nas questões de maior melindre ou de mais forte impacto social e político, pretendem reservar para si próprios as prerrogativas e uma extensíssima margem de iniciativa e de afirmação individual que são inerentes aos independentes. E não será de admirar se, como fundamento de tal excepção, for invocado o facto de esses membros do Partido gozarem de notoriedade pública, de terem ou



pretenderem ter o seu peso político próprio e de, por isso, não poderem ser sujeitos a uma conjugação públicas das suas verdadeiras opiniões com as opiniões e orientações do Partido.

8. Apesar de no discurso de apresentação do INES no Forum Picoas se afirmar que «não existimos para superar problemas de falta de entendimento entre os partidos, não cairemos no pretensiosismo de querer definir plataformas «soi-disant» unitárias impossíveis de concretizar politicamente fora dos partidos», são de molde a suscitar sérias dúvidas as reais ambições do INES quanto ao «diálogo na esquerda». O Partido está profundamente empenhado em que se registem avanços sensíveis na convergência das forças democráticas e não ignora nem desvaloriza a contribuição que, aos mais diversos níveis de trabalho e relacionamento, os militantes podem dar para esse objectivo.

Porém, no caso vertente, as preocupações são legítimas tendo em conta as concepções e afirmações que alguns membros do Partido que são destacados promotores do INES têm manifestado nesta matéria. A título de mero exemplo, basta referir que um deles, sempre que é inquirido publicamente sobre as responsabilidades na falta de unidade das forças democráticas, sempre as reparte entre o PCP e o PS, de forma tão equitativa e salomónica quanto divorciada da verdade dos factos e da opinião do Partido; que outro, na mesma linha de pensamento, já escreveu que para haver unidade falta ao PCP aprender a democracia e ao PS aprender o socialismo; que um terceiro tem insistido em que a renovação da esquerda portuguesa passa, «a prazo», pela «re[?]unificação» no contexto da tese por si defendida de que «é admissível, é um objectivo válido, que a crise [da esquerda] venha a ser superada no âmbito de uma «nova síntese» que permita recolher

o melhor dos dois movimentos (social-democracia e comunista) que historicamente se dividiram mas que continuam a defender objectivos comuns» e de que «a luta por uma esquerda renovada é, com efeito, a luta por uma esquerda reunificada».

É também característico destes membros do Partido o terem procurado aparecer como tendo dado uma importante contribuição para a concretização da Coligação «Por Lisboa», tendo mesmo alguns semanários, na época, procurado apresentá-los como campeões desse objectivo em contraponto a uma alegada reserva da direcção do PCP.

Sobre esta matéria convém esclarecer o seguinte:

a) o processo que, percorrendo diversas fases, conduziu à formação da Coligação «Por Lisboa», é suficientemente conhecido para que valha a pena recordar o papel determinante desempenhado pela direcção do Partido, em representação de todo o Partido e no normal exercício das suas responsabilidades;

b) numa altura crucial do processo (isto é, quando o PS ainda resistia e rejeitava a solução coligação), esses membros do Partido defendiam de facto soluções diferentes das do Partido, como se atesta em três aspectos fundamentais: não falavam em coligação; admitiam com grande naturalidade e displicência ou a entrada de membros do Partido como candidatos independentes nas listas do PS ou o sistema das chamadas listas cruzadas (PCP para a Assembleia Municipal, PS para a Câmara Municipal); finalmente, como se o nó do problema estivesse na definição do cabeça de lista, defendiam que fosse o Partido a antecipar, quanto ao cabeça de lista, a solução que em rigor cabia ao PS apresentar e defender, como de facto veio a acontecer;

c) enquanto decorriam contactos e negociações entre delegações do PCP e do PS, esses

membros do Partido transmitiram em contactos pessoais as suas opiniões a membros e dirigentes do PS que depois as chegaram a usar para explicar a sua alegada surpresa com a firmeza com que o PCP defendia certos princípios, designadamente o da coligação.

A acentuação da expressão pública de «grupos e correntes» no PCP; o silenciamento de justas críticas ao PS e à sua orientação em resultado da concepção «diplomática» de que simpatia e consensos abrangentes são um aspecto decisivo para viabilizar a unidade; a insistência em concepções que, por um lado, insinuam que a pluralidade e diversidade partidária da esquerda é um mal a superar e, por outro, projectam sobre o PCP, a sua existência, a sua identidade, os seus valores e o seu projecto elementos de precariedade e transitoriedade — tais são, entre outras, atitudes e orientações que, longe de favorecerem a convergência e unidade das forças democráticas favorecem grandemente as concepções bipolarizadoras do PS, o seu projecto não abandonado de hegemonização da esquerda e de esvaziamento do PCP, a sua tese de que, tanto por razões de projecto, como sobretudo de eficácia e utilidade de voto e influência na área do poder, a esquerda se deve «unificar» no PS.

9. Não pode também deixar de constituir motivo de reflexão e preocupação o perigo realmente existente de, com a criação do INES, com a dinâmica que os seus promotores certamente lhe querera imprimir, com o desejo de afirmação política e ideológica que lhe é inerente, se acentuar gravemente um processo de afastamento de muitos camaradas da vida e das tarefas do Partido, traduzindo um ainda maior enquistamento em iniciativas de grupos e uma séria redução da sua contribuição construtiva para a reflexão e a acção colectivas no âmbito do PCP.

10. As claras responsabilidades de alguns membros do Partido na criação do INES e as evidentes motivações que impulsionam essa iniciativa, não dispensam o Partido e as suas organizações, face à situação criada e à iniludível circunstância de que centenas de militantes foram atraídos para este projecto, de procederem a uma reflexão atenta e exigente sobre o peso e influência que neste processo terão desempenhado reconhecidas debilidades e atrasos no nosso trabalho e funcionamento (no debate e na vida política das organizações, no trabalho com os sectores de intelectuais e quadros técnicos, no trabalho ideológico, no tratamento de questões de quadros, etc, etc.) que causam insatisfações, frustrações, ressentimentos e desconfianças susceptíveis de terem sido conglomeradas em favor de uma iniciativa como o INES.

Para além do debate e da reflexão que, no quadro da preparação do XIII Congresso (Extraordinário) é imperioso promover sobre estas questões, mantendo as apreciações já feitas sobre o INES e procurando ganhar para a sua compreensão todos os militantes do Partido, é entretanto indispensável que a adesão ao INES não seja considerada no trabalho do Partido como uma ruptura com o Partido e não se converta, por nossa iniciativa ou responsabilidade, num elemento de fractura, dificuldade ou impossibilidade de diálogo, de relacionamento e de trabalho.

Pelo contrário, é indispensável que, com serenidade, se desenvolva um grande esforço de esclarecimento de equívocos e deturpações sobre a orientação do Partido e da sua direcção que podem estar na base de atitudes de desconfiança e se continue a apelar — e a criar condições — para que todos os militantes se insiram no trabalho colectivo do Partido e contribuam para o acerto das suas orientações e decisões. ■

Política de Ambiente A MANCHA NEGRA!

Uma mancha de crude atingiu no passado dia 14 de Janeiro a ilha de Porto Santo. É o maior desastre ecológico alguma vez ocorrido no mar de Portugal. Para o deputado de «Os Verdes» na Assembleia da República, Herculano Pombo, a história de «incúria e negligência» que permitiu agravar uma situação à partida «de calamidade», vem de trás: «é a negligência e a incúria exemplificadas pelo PSD no Parlamento, quando recusou aprovar uma transferência de verbas por nós apresentada que permitiria dotar a Direcção Geral de Marinha de 668 mil contos para despesas com poluição no mar!». É também a irresponsabilidade do PSD por inviabilizar um inquérito parlamentar aos acontecimentos no arquipélago por uma alegada «desmotivação» causada pela antecipada visita do deputado dos «Verdes» ao Porto Santo, antes da Comissão Parlamentar do Ambiente decidir se lá se deslocaria, ou não...

Para António Casmarrinha, do PCP da Madeira, «deveria ter sido definida a situação de calamidade pública, rejeitada pelo PSD na Assembleia Regional, depois da proposta feita pelo PCP nesse sentido». Para os comunistas, também a negligência e a incúria estão por trás das consequências mais nefastas do acidente: «a atitude do Governo Regional começou por ser negligente, pois Alberto João Jardim teve muita preocupação em esconder a gravidade da situação para não prejudicar o turismo». Intenção justificada por ser nesta altura do ano que os agentes turísticos fazem as marcações de hotéis e de excursões para o Verão.

«Esta preocupação de João Jardim revelou-se no entanto excusada, pois é a própria verdade das consequências do acidente que demonstra que praticamente nenhuma zona turística foi afectada.

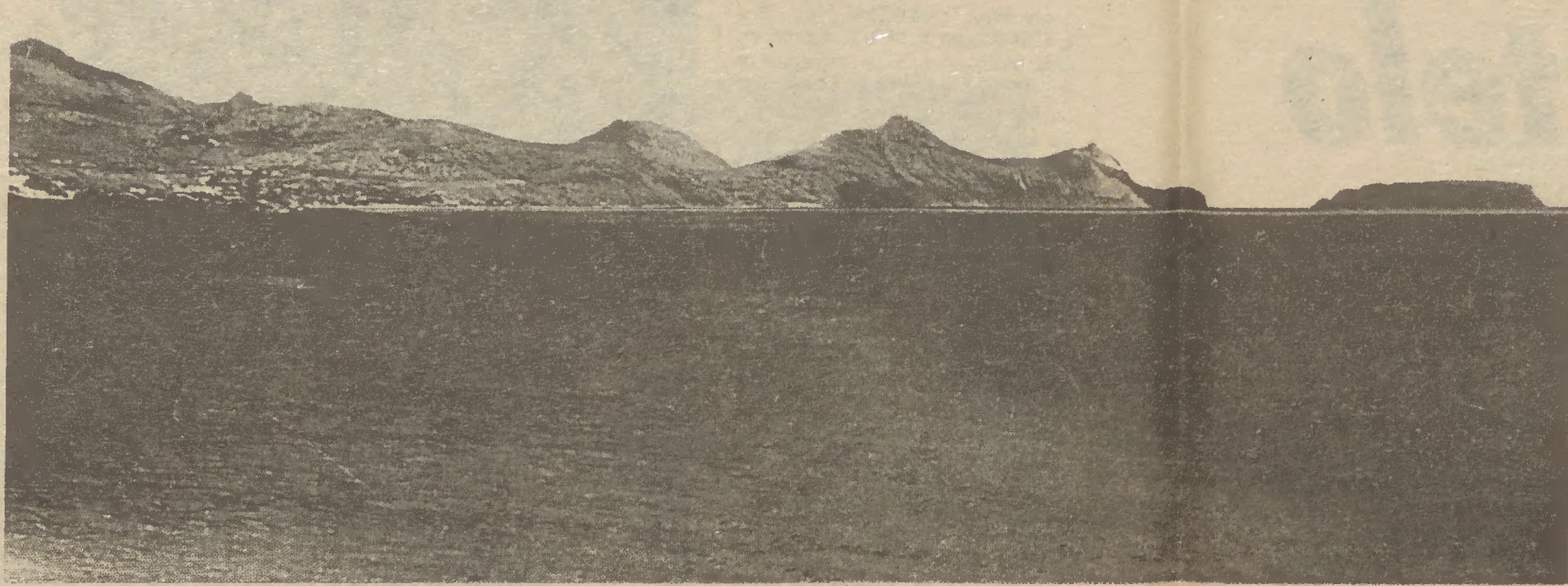
Aliás isto gerou uma contradição no próprio partido do Governo quando um representante do PSD no Parlamento Europeu, ao solicitar a ajuda da CEE, fez uma intervenção muito pessimista da situação vivida em Porto Santo, para assim conseguir mais facilmente as ajudas comunitárias».

De facto a praia turística do Porto Santo não foi afectada, (o que permitiu aliás um banho propagandístico a

João Jardim). A ilha da Madeira também, praticamente, não foi afectada pelo acidente, pelo menos na zona de turismo.

«Quanto a nós é preciso mostrar a realidade da situação, pois o turismo será assim melhor defendido, já que o acidente foi, de facto muito grave (e é preciso dizê-lo), mas não afectou a zona turística (o que também é preciso dizer). Com a verdade é que se pode defender o turismo», conclui Casmarrinha, que deseja evitar a especulação.

Entretanto as barreiras colocadas pelo apoio internacional para sustentar o acidente, quebraram, tal como previra Herculano Pombo, na sua visita no passado dia 22 a Porto Santo: «as barreiras são por si uma demonstração real dos meios da CEE; frágeis para tanto crude, ligadas por fios de nylon que nunca resistiriam muito tempo à acção do mar, nada condizentes com a realidade». E o deputado dos «Verdes» conta-nos um episódio, por si presenciado, passado com esse material, quando um dos trabalhadores perdeu uma «chave de bocas» apropriada para accionar algumas das máquinas de aspersão: «Não havia chaves daquelas na ilha, tiveram que ir desenganchar fora e assim passaram-se horas de espera!». Herculano Pombo lembra que Porto Santo fica, apenas, a uma hora de avião de Lisboa...



Para além disso, parece que Portugal só recorreu a auxílio estrangeiro muito tarde, depois de um representante do «Aragon», o navio espanhol que a recente análise ao crude, feita na Escócia, acusa de ser o autor do acidente, o ter aconselhado.

A procura do crude

The International Tanker Owners Pollution Federation Limited é uma empresa com sede em Londres que representa 96 por cento dos donos de petroleiros de todo o mundo, e foi ela quem primeiro o navio espanhol «Aragon» avisou do seu derrame, a 29 de Dezembro. Motivo: um rombo no casco causado pelo mau tempo, quando a embarcação navegava a 15 milhas a nordeste de Porto Santo. Só no dia seguinte o armador do cargueiro informa as autoridades portuguesas de que a embarcação navega acidentada, agora a 70 milhas a nordeste do Porto Santo, tendo derramado 25 mil toneladas de crude.

Nem a força aérea nem a Marinha detectaram a mancha antes de ela atingir o Porto Santo. Uma avioneta da ilha localiza a mancha derramada

pelo Aragon a 31 de Dezembro, mas deixa de a ver a um de Janeiro. A mancha apresentava-se então com 10 quilómetros de comprimento por três de largura, deslocando-se para sudeste.

Também desde 30 de Dezembro o único navio da Armada de Porto Santo procura o crude. A busca é interrompida a 5 de Janeiro, depois de a mancha ter sido de novo detectada a 3 de Janeiro. Dizem que o crude «foge» da terra.

Um porta voz da Armada diz que ela se afasta da Madeira e está em desintegração.

Dias antes, o petroleiro iraniano, Kharg V, derramara a 19 de Dezembro, setenta mil toneladas de crude, após uma explosão a bordo, 100 milhas a sudeste do cabo de São Vicente. O navio da armada portuguesa força-o a sair da Zona Económica Exclusiva portuguesa, sendo essa a razão apresentada para o abandono do acompanhamento da mancha do «Aragon», já que em Porto Santo, para além desse navio e da aviação, a Armada não possui outros recursos.

Motivos que levam Herculano Pombo a dizer que «a Marinha anda a

fazer omeletas sem ovos», tal a exiguidade dos meios postos à sua disposição. Profissionalismo e dedicação elogiados por este deputado dos «Verdes» que recusa a ideia de retirada de competências à Marinha, para entrega da defesa da poluição da nossa costa ao Ministério do Ambiente: «é que se entregam essa competência ao Governo, nem a pouca defesa que temos será assegurada. Será uma maré negra constante!», exclama Herculano Pombo.

Governo sabia?

Notícias de Lisboa afirmam entretanto que um cargueiro soviético terá alertado as autoridades portuguesas para a existência de crude junto à Madeira, dias antes de ele chegar a Porto Santo. Também uma multinacional do petróleo, utilizadora de um serviço de satélite, terá avisado as autoridades portuguesas da aproximação da mancha. Segundo essas notícias divulgadas por um se-

manário lisboeta, esses avisos terão sido ignorados.

A 13 de Janeiro pescadores de Porto Santo avistam nafta junto à costa e o cheiro faz-se já sentir na ilha. Toda a população toma conhecimento da proximidade da maré negra, nenhuma autoridade actua. A mancha tem então 20 quilómetros de extensão, por três de largura, maior que a própria ilha.

A 14 o crude está nas praias, o Presidente da Câmara avisa as autoridades marítimas e coloca todos os poucos recursos humanos e materiais disponíveis na limpeza das praias.

É afectada toda a zona Nordeste da ilha, entre o Ilhéu das Cenouras e o Ilhéu de Cima.

Para António Casmarrinha «a «irresponsabilidade» das autoridades começa com o próprio desastre do «Aragon», muito próximo da Zona Económica Exclusiva, ao não haver uma preocupação constante em seguir a mancha de petróleo por ele derramada».

Depois, outras «irresponsabilidades»: «não foram colocadas barreiras quando os pescadores alertaram toda a gente na ilha de Porto Santo da aproximação da mancha e o cheiro do crude já se sentia de forma intensa na ilha. Mesmo assim a aviação da Marinha não levantou vôo para detectar o óleo».

O cheiro do crude intensificou-se no dia seguinte, mas só se tomaram medidas quando o crude chegou à costa, e as primeiras medidas aplicadas foram as da Câmara Municipal, limitada de meios.

«Só na terça-feira, dia 23, houve uma reunião das autoridades e só na quarta um avião proveniente de Lisboa chegou à ilha com material que acabou por ser armazenado, porque não servia absolutamente para nada, atendendo à dimensão da tragédia», lembra Casmarrinha.

Antes a mancha chegara já à zona sudeste e sudoeste da ilha, unindo o Ilhéu de Cima ao Ilhéu de Baixo (toda a Baía de Porto Santo) passando a Ponta da Calheta até ao Ilhéu Ferro. Na Madeira manchas de óleo unem a Baía do Faial e a Enseada do Funchal, passando pela enseada de Santa Cruz (todo o leste).

São necessários, para combater este tipo de acidentes, bombas de aspiração, barreiras oceânicas, tanques flexíveis de armazenamento, tudo materiais não existentes no arquipélago.

Máquinas de terraplanagem abrem valas ao ar livre (a título provisório) para o despejo das toneladas de crude recolhidas com pás e baldes. Populares e militares, de forma incipiente, procuram desde o dia 14 vencer a mancha.

A 15 o Governo Regional toma conhecimento da situação. A 17 chegam os primeiros técnicos portugueses: o director geral da Marinha, o comandante naval da Madeira e o Chefe do Serviço do Combate à Poluição do Mar por Hidrocarbonetos. Concluem pela necessidade de auxílio estrangeiro. Levavam com eles cem metros de barreiras, geradores e bombas de aspersão de pouca ou nenhuma utilidade, atendendo à dimensão do desastre.

Há falta de tudo, mesmo de pás, galochas e buldozers. A 19 chega um representante do armador e um técnico da CEE. Após as suas opiniões, finalmente pede-se ajuda internacional.

A ajuda da CEE que Herculano Pombo diz «não ser desinteressada», pelo contrário, só a maquinaria utilizada «orça em 80 mil contos, e alguém terá de a pagar».

Para António Casmarrinha «neste momento está confirmado que houve negligência das autoridades, tanto do Governo Regional como do Governo da República, já que este é responsável pela segurança das águas territoriais, sendo representado nas ilhas pelo Ministro da República».

Só no dia 22 o almirante Martins Cartaxo, director geral da Marinha, declara ter as barreiras oceânicas, equipamento de recolha do crude e tanques de armazenamento a chegada de peritos comunitários.

Consequências, há as ecológicas e as económicas. Herculano Pombo lembra as dificuldades das pessoas que ali vivem, sem poderem beber a água canalizada, que vinha de uma estação de dessalinização do mar (o próprio deputado tomou banho de água salgada no chuveiro do melhor hotel da cidade), agora sujeitas a água e gasolina racionadas, «para além da liberdade informativa racionada pelo João Jardim».

Para António Casmarrinha «a ilha de Porto Santo é afectada também na área da pesca, na medida em que a mancha de crude destrói, pelo menos durante algum tempo, todo o pescado da zona. A alimentação do peixe desaparece junto da costa, e o peixe vai para longe, aonde não pode ir a frota de pesca da ilha, de tipo artesanal. Em relação ao turismo, podem acontecer alguns reflexos negativos, não muitos já que as praias e o mar utilizados pelos turistas estão limpos em grande parte, e estarão completamente limpos daqui a dois meses».

«Deve ser instituído um auxílio económico à população por parte do Governo Central através dos apoios vários disponíveis para o sector das pescas» defende este comunista das ilhas, que diz serem poucas as pessoas que dependem da pesca em Porto Santo, «mas são poucas porque a população activa no seu todo também é pouca», pelo que, percentualmente, a falta na pesca terá muito significado na economia local.

Entretanto o representante do armador do «Aragon» promete pagar todas as indemnizações necessárias, enquanto Fernando Real e Macário Correia, Ministro e Secretário de Estado do Ambiente, minimizam os acontecimentos, prometem vagamente «uns apolos», «um inquérito» e um «estudo de impacto ambiental». A repetição das promessas por cumprir quando do acidente na costa de Sines, há mais de seis meses.

E Herculano Pombo lança um aviso: «os acidentes de carácter ambiental vão-se repetindo, e serão cada vez mais e de maiores consequências, enquanto não mudarmos toda a estrutura sócio-económica em que vivemos!». ■



Crude, canhoto!

Se formos prudentes, poderemos dizer que todos os anos entram nos oceanos cerca de cinco milhões e meio milhões de toneladas de hidrocarbonetos, seja por desastres, limpeza, desperdícios e descarregamentos de petroleiros e outros navios, seja por acidentes com plataformas em mar e terra ou despejos de refinarias.

Na ilha de Porto Santo, tal como em qualquer outro derramamento do género no mundo, o crude, mais leve que a água do mar, impede a penetração solar e a fotossíntese das algas. Horas depois de ser derramado, o crude vai-se expandindo, aumentando de superfície e diminuindo de espessura. Por outro lado, pela força das ondas e do vento, a mancha terá cada vez mais tendência para se fraccionar, para se distorcer. Em contacto com o ar e o sol, os elementos mais leves do crude evaporam-se, enquanto outros, devido à agitação marítima, transformam-se em aerossóis. Elementos perigosos passam assim para a atmosfera, enquanto por cima do mar a mancha fica mais espessa e densa. Daí o facto de quando a mancha chegar à costa, conseguir eliminar a rebentação natural das ondas.

Também parte do óleo dissolve-se na água, sendo absorvido de forma fácil pela fauna e flora marítima, assim ingerindo precisamente os estratos mais tóxicos e perigosos de toda a maré negra.

Ao longo do tempo, sucede-se uma progressiva degradação da mancha. Dos componentes do crude «sobrevivem» os elementos mais resistentes que constituem aglomerados de nafta, também ela ingerida pela vida marinha, no mar e na costa.

Outro fenómeno que pode ocorrer com este tipo de derramamentos, é parte do óleo do crude chegar ao fundo das zonas menos profundas do oceano, com evidentes consequências no ecossistema da zona, ficando vestígios de petróleo nos depósitos naturais existentes no fundo do mar (sedimentos) que, também eles poluídos, poderão dar à costa.

Milhões de toneladas de crude passam por Portugal

Quase toda a costa portuguesa terá grandes probabilidades de ser atingida por manchas de petróleo de elevado

grau de toxicidade, já que no nosso país circulam anualmente, pelos mares da Zona Económica Exclusiva, navios carregados com qualquer coisa como 450 milhões de toneladas de crude. Aquando do acidente do «Marão», na costa de Sines, em 14 de Julho do ano transacto, ficaram ameaçadas pelo crude espécies únicas ou raras, como a lontra, a águia marinha, gaivotas e corvos marinhos, lapas, mexilhões, percebes, e, consequentemente, toda a fauna piscícola que viu a sua cadeia alimentar envenenada na origem: o plâncton. Apesar de hoje o mar e as praias da região se apresentarem limpos e prontos para receberem os turistas, a verdade é que se pensa que só um mínimo de uma dezena de anos poderá ser suficiente para que a recuperação ecológica da zona seja considerada total. E no entanto a quantidade de crude então derramado não ultrapassaria o milhar de toneladas.

Um estudo divulgado no final do ano passado pela Associação Portuguesa de Biólogos contabilizou como vítimas deste acidente ecológico ao largo de Sines, um corvo marinho e cerca de 20 imaturos de gaivota argentea. Ambas as espécies estavam em migração na Europa do Norte na altura do acidente, pelo que terão sido afectadas posteriormente, talvez pela cadeia alimentar. No balanço desta Associação refere-se que o crude poderá ter um efeito negativo na pesca, na sequência da mortalidade invulgar dos ovos e larvas dos peixes.

Este estudo assumia-se como parcial, e não como um estudo completo do impacto ambiental do acidente, que deve registar as diversas consequências a médio e a longo prazo, tal como a Câmara Municipal de Odemira havia solicitado (sem resposta) à Secretaria de Estado do Ambiente.

Diga-se a este propósito que a uma pergunta requerida na Assembleia da República pelo deputado dos «Verdes», Herculano Pombo, o Chefe do Gabinete do Ministro do Planeamento e da Administração do Território, Eduardo Zúquete, afirmava, peremptoriamente, que «não existem meios capazes de quantificar o impacto ambiental de um acontecimento desta natureza, que depende de inúmeras variáveis, muitas das quais aleatórias». E no entanto o actual Ministro do Ambiente, Fernando Real, prometeu já o tal estudo «impossível» de impacto ambiental do acidente de Porto Santo, várias vezes maior que o seu antecessor...

Toda a fauna marítima está ameaçada por envenenamento. Se sobreviver poderá contaminar a cadeia alimentar ou ser contaminada por essa cadeia. E diga-se, que o último elo das cadeias alimentares é o homem, não se sabendo até que ponto este acidente não terá consequências perigosas, a curto e médio prazo, para os próprios habitantes das ilhas.

Para já, mantas, moreias, golfinhos e tartarugas (estes dois últimos impedidos de virem à superfície respirar), violas, camarões vermelhos (contaminados pelo plâncton), espirográfos, lesmas-do-mar, todas as espécies existentes nas águas da região, correm riscos de sobrevivência. ■

Consequências imprevisíveis

Na ilha de Porto Santo, onde o derrame de crude deverá rondar as 25 mil toneladas, as consequências ecológicas são neste momento difíceis de apurar, sem o necessário estudo de impacto ambiental aprofundado. Na Reserva Natural de que fazem parte as Ilhas Desertas, as cagaras (espécie de gaivotas) estavam em período de migração no Atlântico Sul, pelo que não foram afectadas de imediato. Fortuna idêntica havia já «contemplado» as gaivotas de Sines, que na altura do acidente com o navio «Marão» estavam em período de migração na Europa do Norte. No entanto, cagaras e gaivotas foram e serão afectadas pelas alterações no seu ecossistema, na sua cadeia alimentar, podendo algumas ainda ser vítimas de envenenamento ou de escassez de alimentos quando do seu regresso.

Nas Ilhas Desertas o crude poderá ainda afectar uma dezena de lobos marinhos aí existentes. A direcção do Parque Natural da Madeira improvisou barreiras oceânicas para proteger as grutas desta espécie. Uma frágil protecção para tanto mar, tanto crude!

Os moluscos, nomeadamente as latas e os caramujos das praias afectadas, deverão ter morrido de imediato ao envenenarem-se no crude das pedras e das praias. Para além de fazerem parte de petiscos tradicionais da zona, estes moluscos são também alimento de outras espécies que se alimentam nas rochas.

A morte também terá atingido muitas das tartarugas aí existentes. A ausência prolongada de técnicos especializados no Porto Santo, motivou a população a tentar um «desesperado» salvamento dos animais, lavando a cobertura de crude com detergente e palha de aço...

Toda a fauna marítima está ameaçada por envenenamento. Se sobreviver poderá contaminar a cadeia alimentar ou ser contaminada por essa cadeia. E diga-se, que o último elo das cadeias alimentares é o homem, não se sabendo até que ponto este acidente não terá consequências perigosas, a curto e médio prazo, para os próprios habitantes das ilhas. Para já, mantas, moreias, golfinhos e tartarugas (estes dois últimos impedidos de virem à superfície respirar), violas, camarões vermelhos (contaminados pelo plâncton), espirográfos, lesmas-do-mar, todas as espécies existentes nas águas da região, correm riscos de sobrevivência. ■

O crime de Sines

Um erro de manobra na operação de entrada do navio tanque «Marão» esteve na origem de uma colisão entre o navio e as estruturas submersas do molhe oeste do Porto de Sines, a 14 de Julho do ano passado. Dos rombos abertos, saíram alguns milhares de toneladas de crude. A nafta derramada afectou quarenta quilómetros da costa alentejana. A acção das autoridades foi então considerada deficiente. Não houve prevenção. Falharam meios. Tal como agora em Porto Santo, seis meses depois...

No relatório apresentado, a Administração do Porto de Sines afirmou dispor «de meios do equipamento que considera suficientes para combater acidentes desta natureza, desde que as dimensões dessas poluições não ultrapassassem os limites considerados prováveis para acidentes do porto».

O limite apontado pela Administração do Porto de Sines (APS) é de, apenas, 500 toneladas de derramamento de crude. No entanto, por ali passam anualmente perto de mil navios que transportam dezoito milhões de toneladas de petróleo e um estudo de probabilidades aponta para a ocorrência de dois a três acidentes por ano, com possibilidade de um derrame total de 650 toneladas de crude.

Apesar disso a APS defende-se no relatório sobre este acidente dizendo que «em onze anos de exploração deste porto, a poluição (até ao acidente do «Marão») mais grave, verificada em Maio de 1987 com o navio/tanque

«Nisa», correspondeu a um derrame aviado em cerca de 400 toneladas».

Marinha sem meios

A verdade é que existiu o acidente do «Marão», que pelo menos derramou seis mil toneladas de crude e a própria APS chama a atenção para a possibilidade das consequências poderem ter sido ainda mais graves, já que o navio transportava 125 mil toneladas. Apesar de competir às autoridades marítimas combater este tipo de flagelo, a falta de meios leva a Administração do Porto de Sines, sob a direcção do Capitão do Porto, a executar praticamente todas as acções de combate à mancha, juntamente com as autarquias e as populações, mesmo quando o crude alastrou para fora da área da jurisdição do porto.

A concluir este relatório sobre o acidente com o «Marão», o Presidente do Conselho de Administração do Porto de Sines, António Emílio Costa, afirma: «os portos nacionais que movimentam hidrocarbonetos, não dispõem presentemente de meios de combate à poluição, quando a mesma ocorrer fora da zona operacional portuária e quando o acidente for de grande amplitude excedendo determinada dimensão».

E finalmente, o óbvio: «a resolução do problema nessas condições afigura-se nos transcender o âmbito de

competência das administrações portuárias», disponibilizando-se a APS a colaborar «com as autoridades competentes» na concretização das medidas necessárias que eventualmente o Governo definirá.

Não definiu, pelo menos até ao acidente de Porto Santo.

Não existe em Portugal um plano global de emergência para acidentes de grande dimensão na costa portuguesa.

A Marinha portuguesa apresentou em 1984 um projecto chamado «Mar Limpo» e em 1987 elaborou um estudo sobre o tráfego marítimo na costa nacional. Ai se fez a previsão dos riscos e dos meios necessários para os combater, ai se defendeu a construção de um navio oceânico polivalente, para combater a grandes acidentes na Zona Económica Exclusiva, desde os acidentes com poluição a incêndios de navios.

PSD não aprova verba para combate à poluição

Na discussão do Orçamento Geral do Estado deste ano, o PSD «reprova» uma proposta dos «Verdes» para a transferência de 668 mil contos que se encontram congelados por embargo das construções militares do alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, para dotar de verbas mínimas a Direc-

ção Geral de Marinha no que diz respeito a despesas com poluição no mar. Em contrapartida o Governo aprova a quantia de dois mil contos. Só o barco de combate a acidentes no mar proposto pela Direcção geral da Marinha, (que recebera o hipotético apoio do PSD) custaria mais de um milhão de contos.

Uma última recordação em relação a este acidente na costa alentejana: o Secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, desloca-se ao local somente uma semana depois do derramamento, qualifica de «muito grave» o acidente e promete medidas de prevenção a futuras ocorrências. Macário Correia defende a exigência de indemnizações aos responsáveis, e a realização de um inquérito a «concluir num mês», que apuraria todas as negligências, atrasos e responsabilidades no acidente e combate às suas consequências.

Indemnizações e inquérito são, seis meses depois, desconhecidos. A Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais não divulgou quaisquer resultados de qualquer inquérito nem há conhecimento de qualquer pedido de indemnização, apesar de um seu organismo, o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, ter proposto à Secretaria que exigisse aos proprietários do navio 25 mil contos por danos na Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano.

A empresa proprietária do «Marão» não satisfaz qualquer pedido de indem-

■ Carlos Nabais

CDU mais forte no distrito de Viana do Castelo

No distrito de Viana do castelo, após as eleições autárquicas de Dezembro último, as posições da CDU foram globalmente reforçadas. Aumentou o número de eleitos e ganharam-se mais três freguesias a saber: Soajo, Vilar de Mouros e Arcozelo. A reportagem do «Avante!» deslocou-se ao Minho e falou com os presidentes recém-eleitos nestas freguesias.

Soajo

Superar o isolamento da montanha

Perdido no coração do Parque Nacional da Peneda-Gerez, o Soajo, uma das 51 freguesias do concelho de Arcos de Valdevez, estende-se num vasto território montanhoso de rara beleza natural. Os seus atractivos, porém, permanecem desconhecidos do grande público e a afluência de visitantes está muito aquém dos anseios dos seus habitantes, que vêem no turismo uma possibilidade de superar o marasmo económico e social em que estão mergulhados. Há muito que as pessoas começaram a emigrar e hoje poucos se arriscam a empregar as suas poupanças na aldeia. A razão deve-se à ausência de infra-estruturas e de um plano de desenvolvimento que dê garantias às pessoas, disse-nos António Enes Domingues, cabeça de lista da CDU que pela primeira vez obteve a maioria dos votos na freguesia, em conversa com a reportagem do «Avante!».

A situação de isolamento do Soajo é um dos problemas mais sentidos pela população, que actualmente conta com cerca de duas mil e quinhentas pessoas, aumentando este número no Verão para perto de quatro mil. Até Arcos de Valdevez, a sede do concelho, são vinte quiló-metros de estrada esburacada e sinuosa, a falta de caminhos e os escassos transportes dificultam ainda a comunicação entre os sete lugares espalhados pela área da freguesia, que ultrapassa os duzentos quiló-metros quadrados.

Tradições comunitárias

A agricultura de subsistência domina como actividade principal, em que, tratando-se de uma zona de baldios, são ainda visíveis traços de comunita-

rismo. O regadio é limpo uma vez por ano por toda a população, existe uma eira comum, onde se encontram os famosos espigueiros, assim como é notável o espírito de ajuda mútua entre os agricultores. Antigamente o gado era levado para as pastagens da serra, permanecendo aí os meses de Verão. Para o guardar os aldeões rendiam-se à vez por períodos de uma semana. Actualmente esta prática extinguiu-se por haver menos cabeças de gado.

O relançamento do jornal «Voz do Soajo», por um grupo de homens progressistas da terra, como nos disse António Enes, testemunha o esforço de unir as pessoas para a resolução dos problemas. Hoje o jornal é editado pela recém-criada Associação Cultural Soajeira, velho sonho da população que a publicação ajudou a concretizar.

Foi numa reunião da direcção da Associação que encontramos o actual presidente da Junta de Freguesia, que nos falou das reivindicações e projectos da CDU para o Soajo.

Notando que as listas comunistas começaram por obter trinta votos nas primeiras eleições autárquicas, António Enes refere que as pessoas foram gradualmente apercebendo-se da justeza dos objectivos, da capacidade de realização dos candidatos da CDU, que sempre que tiveram oportunidade integraram, mesmo em minoria a Junta. No que lhe toca, antes de vencer nas últimas eleições, já tinha sido secretário, tesoureiro, chegando a desempenhar por uns meses as funções de presidente da Junta, devido à desistência em bloco dos membros do PSD. Nas eleições seguintes, a CDU fica a escassos seis votos da vitória na freguesia, apesar disso consegue eleger o secretário e o tesoureiro.

As razões da vitória

O bom trabalho realizado e as propostas apresentadas são, segundo António Enes, as razões da vitória da



Os espigueiros, tal como a eira onde se encontram, são propriedade comunitária dos soajeiros, e destinam-se à armazenagem e conservação das espigas, quase exclusivamente de milho grosseiro. As suas paredes apresentam fendas verticais para arejamento e assentam numa base de pés simples, rematada por cornijas ou capitéis salientes, de forma a impedir o acesso dos roedores. No Soajo os espigueiros são de pedra e na sua grande maioria remontam aos meados do século XIX, embora haja exemplares datáveis da 2.ª metade do século XVII.

CDU no Soajo. E, não obstante o PS e o PSD terem formado uma aliança para eleger o secretário e o tesoureiro, afirma tal não impedirá o cumprimento do programa da CDU.

O plano de actividades da CDU foi aprovado, estando já em curso o projecto de abastecimento de água, elaborado no curto período em que a Junta foi presidida pela CDU, bem como serão realizadas obras de saneamento, para o que existe um projecto concluído.

A construção de um centro polivalente, que custará entre vinte a trinta mil contos e inclui um posto médico, instalações da Junta e um jardim infantil, é outra das prioridades da freguesia. A Junta fez igualmente um pedido de uma ambulância à Inspecção Nacional de Bombeiros, por forma a resolver a actual situação em que a população dos

lugares, muitos deles a dez e doze quilómetros da sede da freguesia, é obrigada a alugar um carro de praça para ir ao médico.

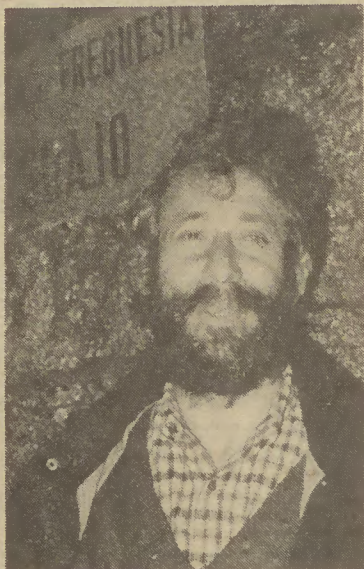
Para este e outros projectos da nova Junta, António Enes sabe que não há muito dinheiro. Os anteriores executivos camarários destinavam às freguesias dez por cento da verba recebida do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Para além destes meios, manifestamente insuficientes, a freguesia disporá de três mil contos de indemnização pela cedência de baldios à EDP para a barragem do Alto Lindoso, que está em construção e cuja albufeira inundará terrenos do Soajo.

O facto de o Soajo se encontrar dentro de um parque nacional condiciona o desenvolvimento da região a normas e restrições especí-

ficas, sem que existam quaisquer contrapartidas. Por isso, António Enes sublinha que o Poder Central tem responsabilidades especiais em relação às populações que vivem dentro do parque e disso não têm culpa.

A criação de infra-estruturas, sobretudo no que respeita a acessos, é uma exigência da CDU para a freguesia, como forma de incentivar o aproveitamento turístico da Serra do Soajo e permitir o progresso e desenvolvimento da região.

É neste sentido que a nova Junta de Freguesia vai lutar pela criação de uma zona de caça turística, pela abertura de mini-parques de campismo e outras estruturas, que despertem o interesse pela Serra, cuja beleza terá que contribuir para o bem-estar das populações residentes. ■



O Poder Central devia dar mais atenção à população que habita o Parque Nacional da Peneda-Gerez, defende António Enes, agora à frente da Freguesia do Soajo.



Preservar o património e criar infra-estruturas que beneficiem a população e valorizem o turismo na freguesia é um objectivo importante do novo executivo CDU. Nas fotos: Carlos Cunha Alves, presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, um aspecto da Assembleia de Freguesia, e a ponte romana da aldeia.



Vilar de Mouros

Fazer melhor com o apoio das populações

Vilar de Mouros, pertencente ao concelho de Caminha, é seguramente uma das aldeias mais conhecidas do país. Os festivais de música que ali decorreram, a par da sua natureza, contribuíram certamente de forma decisiva para a divulgação do local. Ali chegámos já de noite e fomos encontrar reunida, numa sala de aulas junto às instalações do Centro de Instrução e Recreio Vilarmourense, a nova Assembleia de Freguesia.

O plenário, aberto à população, discutiu e aprovou por unanimidade os documentos apresentados. Eram eles o plano de actividades e o orçamento da nova Junta. Este clima de entendimento entre as diversas forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia, na qual os eleitos CDU têm apenas a maioria relativa, deve-se, como afirmou o presidente da Junta, Carlos Alberto da Cunha Alves, ao comportamento dos autarcas da CDU ao longo de muitos anos, que sempre procuraram trabalhar com pessoas de ou-

tros partidos. Hoje são por isso respeitados e podem contar com o apoio da população.

De referir que os eleitos CDU, tendo obtido como se disse maioria relativa, convidaram um elemento do Partido Socialista a integrar a Junta de Freguesia. Contudo, o PS acabou por não aceitar o convite, assegurando no entanto que não faria aliança com o PSD. Desta forma, diz Carlos Alves, foi possível formar a Junta só com candidatos CDU.

À conversa com o novo presiden-

te de Vilar de Mouros, ficamos a saber que a aldeia tem grandes tradições democráticas. Já durante o regime salazarista, existiam aqui movimentos antifascistas, que deram a vitória a Humberto Delgado, candidato da oposição nas eleições de 1958. Após o 25 de Abril, foi criada uma comissão de moradores e surgiu depois uma cooperativa de construção civil, que presentemente emprega cerca de quarenta pessoas.

Hoje, a nova Junta aposta não só na sua competência e dedicação, como procura envolver as populações na resolução dos problemas. Por isso, convocou-se pessoalmente, por carta, todos os habitantes para assistir e pronunciar-se sobre as decisões da Assembleia de Freguesia e é intenção dos autarcas efectuar visitas periódicas mensais a todos os lugares da freguesia

para tomar conhecimento dos problemas dialogando com os residentes.

Um tractor para a freguesia

Para a aquisição de um tractor destinado a trabalhos de limpeza de vias e lugares públicos, a freguesia dispõe já de um cheque no valor de quatrocentos mil escudos facultado pela AECOD, Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas, assim como os ordenados dos membros da Junta relativos aos próximos três meses. De acrescentar que os membros da Junta cessante anunciaram perante a Assembleia que contribuiriam para este fim com os vencimentos correspondentes ao período de funções do mês de Janeiro. Está igualmente previsto criar comissões para angariar fundos junto da população.

A nova equipa de autarcas pretende arranjar de imediato todos os caminhos que servem as casas e lugares onde ainda hoje não são acessíveis ambulâncias, assim como está empenhada num projecto de estrada que seguirá a margem esquerda do Rio Coura e dará acesso às azenhas da aldeia, ponto de interesse turístico.

O progresso da região e melhoria das condições de vida dos habitantes, liga-se, também aqui, ao desenvolvimento do turismo. Preservar os edifícios históricos e os inúmeros locais de lazer, zelar pela conservação do meio ambiente, são pois tarefas que se revestem de grande importância para o futuro de Vilar de Mouros, por onde passam anualmente milhares de visitantes. A nova Junta CDU está consciente destes problemas e está à altura de uma resposta competente.

Arcozelo

O bom trabalho é que vale



António Fiúza é o novo presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo. A escola secundária foi uma importante conquista da freguesia. Agora a Junta exige da Câmara Municipal a construção de uma nova escola primária que garanta condições de segurança às crianças.

António Fiúza foi convidado por todas as forças partidárias concorrentes para encabeçar ou integrar as suas listas às eleições autárquicas de 17 de Dezembro. Contudo, o actual presidente da Junta de Arcozelo permaneceu fiel ao seu partido e à sua coligação e, consciente do risco, lançou um desafio aos eleitores. A sua aposta foi ganha e a população ganhou uma Junta CDU.

Desde 1985 que é o cabeça de lista da CDU em Arcozelo, freguesia da margem esquerda do rio Lima, defronte à sede do concelho, Ponte Lima. Nessa altura, António Fiúza foi o único candidato da coligação a ser eleito para a Assembleia de Freguesia. É na sequência de entendimentos entre os PS e o PSD, mais fortemente representados naquele órgão, que aceita o convite do PSD para integrar o executivo da Junta, desempenhando as funções de tesoureiro. O seu trabalho torna-se assim conhecido da população e prestigia a lista CDU agora à frente dos destinos da freguesia.

A freguesia com os seus cinco mil habitantes é a maior do concelho a nível de população e depara-se hoje com muitas carências, cuja resposta exige antes de mais uma reorganização administrativa de forma a aproximar as pessoas da Junta e efectivar a sua participação, nomeadamente através da criação de comissões nos cerca de trinta lugares dispersos pela freguesia.

O projecto da CDU define prioridades em áreas como o ensino, em que exige a construção de uma nova escola primária, que substitua

as actuais instalações degradadas, e visa criar mais um jardim de infância.

Nos planos prevê-se igualmente a construção de um pavilhão gimnodesportivo junto à escola C + S recentemente aberta, assim como envia esforços para estender a rede de saneamento básico a vários lugares da freguesia e generalizar o abastecimento de água.

A Junta quer ainda continuar a assegurar a exploração das pedreiras situadas em terrenos baldios e que presentemente empregam trezentas pessoas, bem como manter os contratos com a Administração Florestal para, através do Plano de Acção Florestal, reflorestar as áreas queimadas, promovendo a plantação do pinheiro, carvalho e castanheiro. De notar que a colaboração com a aquela entidade oficial fez entrar na freguesia vinte mil contos resultantes de um corte de madeiras em terrenos baldios. Com o fim de criar postos de trabalho para a população residente, a Junta pretende também desanexar algumas parcelas destes terrenos e entregá-los a empresários para a instalarem unidades industriais na região. ■

■ **Henrique Custódio**

MONTIJO

Um «buraco» por herança, o trabalho por resposta

Vemos encontrar a Câmara Municipal do Montijo em acelerada pré-rotura financeira, afirmou-nos José Rocha Caria, o presidente da CDU que tomou posse no início do mês de Janeiro, na sequência da vitória eleitoral de Dezembro passado onde a Coligação Democrática Unitária arrebatou ao PS esta autarquia do Distrito de Setúbal. A situação é tal que, como nos informou também José Caria, na última reunião de Câmara verificou-se unanimidade no sentido do poder vir a ser deliberado um pedido de auditoria à situação económico-financeira da autarquia, através do MAI, proposta que irá ser formalizada por ele próprio na reunião de Câmara do próximo dia 7.

O novo executivo da edilidade montijense integra três elementos da CDU (incluindo a presidência), dois do PS e dois do PSD e a unanimidade já alcançada em diversas decisões — nomeadamente a que aponta para uma auditoria ao passado recente da Câmara — constitui um bom começo de mandato. Os problemas não estão no presente, mas no passado. A «herança» que transitou do mandato anterior quantifica-se em qualquer coisa como 710 000 contos de dívidas, bloqueamento de fornecimentos e um défice que chegou ao ponto de as receitas correntes não cobrirem as despesas correntes. Daí que se pense rever também o Plano e Orçamento da Câmara para este ano. Entretanto enquanto se averigua e fazem contas, vão vindo ao cimo trampolines de vários calibres despreocupadamente praticadas pela gestão anterior, onde o exagero dos dinheiros gastos em restaurantes é quase só um «fait-divers». Quanto ao novo executivo, aí está ele igualmente a responder às questões urgentes, como tapar buracos abertos pelos temporais ou desbloquear fornecimentos e devolver à Câmara o seu bom nome, de reconhecida «pessoa de bem»...

Um bom exemplo do estado em que encontrámos a Câmara está na decisão tomada pelos seus principais fornecedores em Dezembro passado de congelarem os seus fornecimentos à autarquia por falta de pagamento de facturas, algumas já de Maio de 1989, explicou-nos José Rocha Caria na introdução da breve conversa que manteve connosco no seu gabinete, onde imperava uma vasta secretária inundada de documentação.

A situação era tão grave que nem sequer já havia papel para o economato... É claro que o problema foi atacado de imediato pelo novo executivo:

De momento estamos a negociar com todos os fornecedores e nestes 20 dias decorridos desde a nossa tomada de posse já desbloqueámos todas as situações. Elaborámos um plano de pagamento mínimo das dívidas, começando por satisfazer compromis-

sos com firmas indispensáveis para o funcionamento da autarquia.

Entretanto as despesas correntes da Câmara não conseguem ser cobertas pelas despesas correntes, «percalço» que a anterior gestão resolvia deslocando verbas de investimento para suportar as despesas correntes, com os belos resultados que se estão mesmo a ver...

É por isso que o novo executivo anda denodadamente a ver, no quadro do esforço de saneamento financeiro, se resolve outros problemas bichudos e imediatos, estando por exemplo já a ser feitos contactos com diversas entidades que possam fornecer crédito à Câmara, como também informou o novo presidente do executivo.

Almoçaradas

A situação financeira da Câmara é tão alarmante que na sua última reunião verificou-se unanimidade no sentido de poder vir a ser deliberado um pedido de auditoria à sua situação económico-financeira, através do MAI, proposta que irá ser formalizada pelo presidente José Caria na reunião do próximo dia 7.

A unanimidade foi igualmente encontrada na última reunião do executivo na aprovação de uma deliberação para que seja feito um inquérito a todas as movimentações de pessoal desde Janeiro de 1988, altura em que se começaram a verificar ilegalidades, o que conduziu à actual situação de haver um quadro de pessoal absolutamente empolado, como sublinhou

o nosso interlocutor. Esta é outra questão importante a enfrentar pela nova gestão, mas de imediato são as dívidas que mais a preocupam. Só no que já se apurou, essas dívidas são de 70 000 contos em relação a empreiteiros, enquanto o SMAS tem uma dívida comprometida de 30 000 contos (o que vai exigir a decisão, a tomar esta semana, de actualizar as tarifas de água e saneamento) e a dívida global da autarquia ascende, neste momento, a quase 711 000 contos enquanto a verba que o município receberá este ano do FEP não chega aos 460 000 contos...

Quase não tenho feito outra coisa que receber credores! ilustraria José Caria, quando lhe falámos nestes números.

Mas como se chegou a tal situação? Há comportamentos da anterior gestão, já detectados, que ajudam a perceber o desastre. Um deles tinha a ver com a prática instituída de toda a gente levantar materiais sem as devidas requisições, o que levou à acumulação descontrolada de dívidas, agora de difícil contabilização. Outra «originalidade» da anterior gestão foi pôr-se a comprometer subsídios para os quais não havia verbas cablmentadas no Orçamento, enquanto se desrespeitava uma norma camarária que obrigava que a libertação de verbas superiores a 400 contos tivesse de ir a deliberação de Câmara; ora há neste momento facturas na Câmara por pagar, que ultrapassam, todas, esse montante e deviam, portanto, ser objecto de aprovação. Não o foram, é claro — a tal ponto que ninguém sabia delas (a não ser quem as assinou...).

Neste quadro é quase uma baga-

tela referir que o anterior executivo gastou em restaurantes, de Janeiro a Julho de 1989, qualquer coisa como 3693 contos (e 189 escudos, já agora...).

O recomeço do trabalho

Percebe-se assim que o novo presidente da Câmara Municipal do Montijo considere a autarquia em pré-rotura financeira, o que não inibe a sua nova gestão de atacar o problema a fundo, antes pelo contrário, como o atesta a notável «fornecimento de materiais ou a busca de créditos, enquanto a autarquia vai assumindo os seus compromissos, nomeadamente em relação às dívidas contraídas pela anterior gestão.

Neste capítulo José Caria realçou o começo do pagamento do que classificou de dívida política à Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS), dívida que tem uma expressão material bastante concreta: 2650 contos que o anterior executivo ficou a dever à AMDS quando em 1986 tomou a «brilhante» decisão de se separar desta associação distrital autárquica — medida, aliás, já em vias de revogação pelo actual executivo, com a apresentação, pelo presidente e em reunião de Câmara, da reintegração do município do Montijo na AMDS, tendo-se os vereadores do PS e do PSD pronunciado afirmativamente para quando, e logo, a situação económico-financeira da Câmara estiver sanada.

Entretanto o novo executivo não tem cruzado os braços: além de estar activamente a resolver o problema da degradação dos pavimentos provocada pelas últimas chuvas (acorendo, de emergência e com trabalhos de terra batida, a zonas como o Cais dos Vapores, o Largo da Rodoviária, as estradas Real, da Base até ao Seixalinho, da Atalaia, Cova da Loba, Bairro das Areias, etc.), está a desenvolver uma série de actividades nas áreas da cultura e do desporto, enquanto enfrenta outras emergências como a luta contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete (em coordenação com outros municípios afectados), a situação nas colectividades, nas cantinas escolares, etc. ■



... Neste momento já desbloqueámos todas as situações de corte de fornecimentos e, no quadro do esforço de saneamento financeiro, estão já a ser feitos contactos com entidades que possam fornecer crédito à Câmara

Lopes Graça

Na morte de Francine Benoit



Duas palavras sobre Francine Benoit, que a morte acaba de nos roubar? A mim, não me bastariam duas palavras para dizer quanto teria a dizer sobre uma amiga querida de há seguramente sessenta anos, sobre uma colega ilustre que à sua arte, a música, prestou relevantes serviços, já como pedagoga, já como musicógrafa, já como jornalista — isto sem esquecer que era também compositora, tão dotada quanto discreta.

Pessoa de trato afabilíssimo mas sem transigências acomodaticias nas suas ideias e nas suas convicções, o que não excluía uma fina ironia quanto a propósito, Francine Benoit

era ainda de um comportamento profissional exemplar, como o podem testemunhar os seus colegas de ofício e os seus alunos, muito embora sofrendo por vezes os choques de um meio nem sempre complacente com as atitudes dos espíritos rectos. Ainda sob a dolorosa impressão do triste sucesso, não me encontro com a serenidade de espírito suficiente para transmitir as muitas palavras que seriam e serão devidas à memória da amiga e da camarada há pouco desaparecida. Outros não deixarão certamente de o fazer. Esperemo-lo.

Parede, 29 de Janeiro de 1990

Fernando Lopes Graça

OM.D.M. manifesta o seu pesar face ao falecimento de Francine Benoit membro do Conselho Nacional deste movimento, desde 1977.

Francine Benoit, nasceu em França em 30 de Julho de 1894. Em 1906 chega com os seus pais a Portugal, vindo a naturalizar-se portuguesa em 1929 com 35 anos.

No Conservatório Nacional tira os cursos superiores de Piano e Composição.

Entre 1920 e 1931 é professora de música na Escola Oficina Nº1 de Lisboa. São então os primeiros anos de uma vida inteira dedicada ao ensino da música. São estas as primeiras gerações de muitas e muitas outras que se lhe seguirão a descobrirem com Francine Benoit esta arte.

No início da década de 30 é fundadora e animadora de um Orfeão de Crianças na Associação Feminina Portuguesa para a Paz, que vai continuar e dinamizar até ao encerramento desta Associação pela PIDE em 1952.

Em 1932, com 38 anos concorre a professora no Conservatório. Tendo ganho o concurso, este é invalidado por ostar ser uma mulher coerente, por assumir ser anti-fascista.

No início dos anos 30 inicia a crítica musical no Diário de Lisboa.

Conferencista e ensaísta musical colabora em muitas publicações como: «A Batalha», «Ilustação», «Seara Nova», «Vértice», «Gazeta Musical», «Os Nossos Filhos», etc.

Desde 1969 a sua participação de crítica musical faz-se em «A Capital» e nos últimos anos também no «Expresso» e «O Diário».

Dirigiu desde 1950 o Núcleo Orfeónico da Voz do Operário.

É também em 1950 que Francine Benoit inicia a sua acção como professora de iniciação musical, solfejo, harmonia, história de música, contraponto e piano na Academia de Amadores de Música.

É nesta Associação que Francine deu muito da sua arte, do seu saber.

Compositora, musica poemas de

autores portugueses (António Sardinha, Eugénio de Castro, António de Sousa, Alberto de Serpa) e compõe «O Caçador e a Princesa» e «Partita», Fantasia — Suite, sonata para violino e piano.

Publicou um opúsculo didático «Dos Acordes na Arte e na Escola» e publicou um livro sobre Beethoven destinado aos jovens.

A sua intervenção social desenvolveu-se também noutras organizações femininas. Em 1945 adere ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Foi membro do Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres desde 1977, e agraciada com a Ordem da Liberdade.

Francine Benoit não foi só uma amiga querida, foi também uma companheira que escolheu o nosso País como seu, e corajosamente trilhou o caminho da luta pela igualdade, pela Democracia e pela Paz. ■

O Secretariado Nacional do Movimento Democrático de Mulheres

Faleceu Francine Benoit. Militante comunista, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português dirigiu à família da camarada o telegrama cujo texto reproduzimos:

«Sentimos profundamente o desaparecimento da mulher ilustre, destacada militante e prestigiada intelectual que foi Francine Benoit».

2.º Congresso FSTIEP

Emprego e direitos sociais: Defendê-los no presente

para garantir o futuro

A defesa da estabilidade de emprego e do exercício dos direitos conquistados pelos trabalhadores das indústrias eléctricas foram problemas centrais no 2º Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal, que decorreu sábado e domingo na Sociedade Musical União Paredense, com a participação de cerca de 200 delegados.

O Congresso, em que participou o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, aprovou o relatório da actividade desde Dezembro de 1986 (1º Congresso), o programa de acção da FSTIEP para este triénio e uma plataforma de medidas imediatas, alterou alguns pontos dos Estatutos e elegeu o Conselho Nacional da Federação.

Nas indústrias eléctricas trabalham cerca de 60 mil pessoas. Os sectores mais importantes são o da energia eléctrica e o da fabricação de material eléctrico e electrónico. O relatório de actividades sublinha o lugar de destaque deste ramo na indústria nacional, considerando as indústrias eléctricas como «indústrias do futuro», com sectores de grande dinamismo, fortes investimentos e um papel-chave para o desenvolvimento económico.

Este é um ramo de actividade em que se estão a verificar fortes alterações dos processos e das relações de trabalho, particularmente em consequência da adesão de Portugal à CEE.

Desde 1986 foram liquidados mais de 9 mil postos de trabalho só no sector dos fabricantes. Numerosas empresas encerraram, mais de 7 mil trabalhadores viram os seus vínculos laborais precarizados. Como se isto não bastasse, o Governo anuncia publicamente que pretende despedir 6 mil pessoas até 1992 só na EDP — e no quadro da ofensiva para o desmembramento e privatização da empresa.

Actividades como a fabricação de lâmpadas e respectivos suportes, balastros e transformadores de baixa capacidade, foram eliminadas do tecido industrial português. As multinacionais ganham posições e aumenta a dependência do País em relação ao estrangeiro.

Ao tempo, verifica-se uma intensa circulação de trabalhadores e uma profunda instabilidade de emprego.

A FSTIEP defende a passagem a permanentes de todos os trabalhadores que ocupam postos de trabalho estáveis e duradouros. Por outro lado, a Federação propõe-se intervir, através dos sindicatos, junto das novas empresas que têm surgido para que estas admitam prioritariamente trabalhadores do sector que estão desempregados.

No programa de acção critica-se a posição de alguns governos da CEE, entre os quais o de Portugal, relativamente à dimensão social europeia. A FSTIEP defende a «necessidade urgente da concretização do espaço social europeu, através de uma Carta que tenha carácter vinculativo» para todos os Estados membros e que «permita aos trabalhadores do sector e suas organizações evoluírem para a harmonização das suas condições sociais e de trabalho tendo em conta as situações mais favoráveis».

Mudam as máquinas esquecem as pessoas

A introdução de novas tecnologias e métodos de trabalho é nas

indústrias eléctricas um problema de grande importância e especial actualidade, e esteve em foco no Congresso.

As empresas do ramo das indústrias eléctricas sofrem actualmente fortes modificações tecnológicas — constata-se nos documentos aprovados — mas não dão o devido valor à formação profissional dos trabalhadores, havendo mesmo situações de discriminação, nomeadamente de mulheres, no acesso a conhecimentos mais amplos sobre os novos meios e técnicas de produção.

Muitas empresas, beneficiárias de significativas verbas do Fundo Social Europeu destinadas a acções de formação profissional, aplicaram-nas em rubricas desconhecidas, proporcionando aos trabalhadores apenas curtos treinos de adaptação às novas condições de trabalho.

Por outro lado, o patronato procura impedir o acesso das mulheres trabalhadoras a estas iniciativas, uma vez que isso implicaria uma maior qualificação profissional, com eventuais reflexos nas categorias e carreiras profissionais.

Para responder em particular a estes reflexos — que, com a reestruturação das empresas e a introdução de novas tecnologias, tocam cada vez mais trabalhadores em todo o ramo — foi decidida a criação de um **grupo técnico de análise de funções**, coordenado pela FSTIEP e ao qual caberá estudar as novas realidades profissionais para, em articulação com a revisão da contratação colectiva, intervir na criação de novas profissões, carreiras e enquadramentos, «num processo de valorização e qualificação dos trabalhadores face às exigências colocadas pela crescente complexidade do trabalho».

A competitividade no mercado externo (em especial nos sectores da electrónica e instaladoras eléctricas) não deve ser obtida à custa da mão-de-obra barata e dos horários de trabalho longos, mas com uma adequada modernização das empresas, com melhor formação e qualificação profissionais, com o consequente aumento da produtividade e a necessária melhoria dos salários — sublinham os delegados.

Defender e reestruturar a EDP

A FSTIEP, nos documentos aprovados no seu 2º Congresso, manifes-

Carvalho da Silva: «Boas condições e muitas razões» para lutar em 1990

«Em 1990 os trabalhadores portugueses têm boas condições e muitas razões para reivindicar melhores condições de vida, reivindicar em todos os sectores e em todas as empresas» — afirmou o coordenador da CGTP-IN no encerramento do 2º Congresso da FSTIEP.

Manuel Carvalho da Silva apresentou as grandes linhas de orientação da Intersindical Nacional para a luta reivindicativa neste ano (em que a central celebra o seu 20º aniversário).

A CGTP vai bater-se pela **alteração da política salarial**, uma vez que «a conjuntura económica do País exige que haja em 1990 aumentos salariais superiores aos de 1989». Estes aumentos deverão incidir, disse Carvalho da Silva, sobre o que os trabalhadores efectivamente ganham nas empresas, e não sobre as tabelas mínimas.

A Interpretende a redução da semana de trabalho para

o máximo de **40 horas**, sublinhando Carvalho da Silva que «a questão central é a redução, não é a liberalização nem a flexibilização».

Exige a CGTP-IN que a **produtividade** seja considerada «com objectividade» nas negociações salariais, e recusa que sejam os trabalhadores a pagar por níveis de produtividade baixos, já que estes «são resultado da falta de modernização do aparelho produtivo».

Em 1990, revelou o coordenador da CGTP-IN, a central defende que, «para além dos mecanismos normais de actualização, os **salários mínimos** devem ter um aumento intercalar».

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses reclama também uma actualização extraordinária das **pensões de reforma** e vai insistir com mais força na necessidade de melhorar a **protecção social** e os serviços de saúde. ■



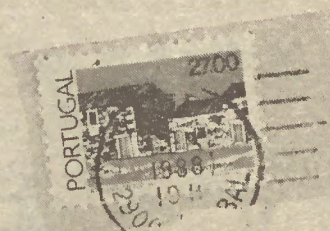
ta-se contra a política do Governo e do conselho de gerência, que tem por objectivo o desmembramento e a privatização da Electricidade de Portugal, e propõe a reorganização da EDP na perspectiva do aproveitamento das capacidades dos seus trabalhadores e da manutenção da empresa no sector empresarial do Estado.

Para coordenar a actividade sindical em defesa da EDP, dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, o Congresso aprovou uma alteração nos Estatutos, possibilitando a criação de uma **Comissão Nacional específica** no âmbito da direcção da FSTIEP.

A Federação lutará pela autonomia de Portugal no que respeita às necessidades nacionais de energia eléctrica e pela elaboração do Plano Energético Nacional de acordo com o desenvolvimento necessário ao País.

Com o objectivo de analisar a situação actual da energia eléctrica em Portugal e o seu futuro, no quadro da CEE, a FSTIEP propõe-se levar a cabo, ainda neste semestre, um **seminário internacional** em que sejam debatidos os problemas deste sector na perspectiva da autonomia de cada país e da defesa do emprego.

No segundo semestre deste ano, para analisar a situação económica e tecnológica no sector das instaladoras e nos sub sectores de cabos, pilhas, baterias, elevadores e electrónica de consumo e telecomunicações, a Federação irá promover **encontros específicos** de trabalhadores e seus organismos representativos.



Cartas do leitor

Um amplo debate

Da leitura do comunicado do Secretariado do CC de 14 de Novembro, inferi que a Direcção do Partido concluiu que os recentes acontecimentos em países socialistas «exigem e exigirão uma análise mais profunda e rigorosa em cada caso concreto», tendo avançado de imediato algumas linhas gerais para essa análise.

É neste sentido que endereço à Direcção do Partido alguns pontos que reflectem a minha opinião de comunista, como modesto contributo para essa análise.

1. Necessidade de abrir um amplo debate dentro do Partido, que permita armar ideologicamente os militantes, reforçar-lhes a confiança no ideal comunista e corrigir os erros dos camaradas que se têm vindo a opor à linha do Partido.

Este debate deve ser desencadeado logo após as eleições autárquicas.

A semelhança do que ocorreu na preparação do último Congresso, esse debate deve sair para fora da Organização, nomeadamente reabrindo nas colunas do Avante a secção de cartas.

2. Reflectir criticamente sobre a orientação assumida na batalha ideológica após o 25 de Abril, nomeadamente:

- A Organização sempre centrou a sua atenção exclusivamente sobre a etapa actual da revolução portuguesa.

- O PCP sempre se recusou a contrapor o seu projecto à prática das sociedades socialistas, contrapondo-o sim à sociedade capitalista.

- Tal como no resto do movimento comunista, regista-se um vazio teórico relativamente às formas assumidas pela luta de classes durante o período da ditadura do proletariado e sobre a problemática da construção do socialismo.

3. Analisar as condições históricas que, contrariamente ao apregoado pelos ideólogos da burguesia, explicam a inexistência no Partido da maior parte dos aspectos negativos do período estalinista, nomeadamente:

- Formação de parte do actual núcleo dirigente durante um período em que não havia contacto com a IC.

- O facto da luta anti-trotskista nunca ter assumido grande expressão.

- Ausência de métodos administrativos para afastar camaradas da Direcção.

- Tradição de trabalho colectivo na Direcção.

- Ausência do culto da personalidade.
- Firme defesa do ideal democrático, encaixando sempre a luta antifascista.

4. Reconhecimento de que no momento actual a prioridade da luta ideológica é o combate ao desvio de direita, defendendo firmemente:

- A validade do marxismo-leninismo.
- O centralismo democrático.
- A regra de ouro da maioria operária nos órgãos de direcção.

- A luta de massas.
- A organização nos locais de trabalho.

5. Cumprindo o seu dever internacionalista o PCP deve apoiar a renovação e as alterações surgidas nos países socialistas que vão no sentido do reforço da democracia, do controlo dos trabalhadores sobre os meios de produção e no aprofundamento do socialismo.

Deve demarcar-se das cedências ao imperialismo e das explicações simplistas dos problemas, apresentando as dificuldades actuais como resultado de erros pessoais, cometidos logo após o desaparecimento de Lênine e ignorando as condições históricas específicas em que os mesmos foram cometidos, limitando-se a remetê-los para a personalidade de Estaline.

6. Um dos objectivos do debate deve ser recuperar a maior parte dos camaradas que manifestam desvios de direita, isolar os elementos irrecuperáveis e forjar nesta luta os elementos mais jovens da Direcção, prestigiando-os face à Organização e à opinião pública, para que no momento oportuno estejam aptos a substituir os camaradas mais idosos.

L. Carvalho Oliveira — (Amadora)

Tópicos acerca da situação nos países socialistas

1. Constata-se que não se construiu o homem novo.

Isso não nos deve fazer pensar que tal tarefa é impossível. Tal tarefa é possível e urgente. Mas tal tarefa tem que se basear na

imutabilidade somática do homem (pelo menos nos últimos 50 000 anos) da qual decorrem pulsões imutáveis (designadamente a agressividade). E tem que se basear também no que as ciências humanas (psicologia, sociologia) nos ensinam sobre os mecanismos de formação da opinião.

2. A propósito: com esses mecanismos pode-se fazer a mentira parecer verdade. A nós essa utilização não nos interessa. Mas a verdade por si só não chega. **É necessário utilizar esses mecanismos para que a verdade seja ouvida, para que a verdade passe por verdade.**

3. A desinformação nos países socialistas acerca do que é o capitalismo e o imperialismo resulta em parte de não se utilizarem sistematicamente tais mecanismos e em parte da óbvia infiltração de reacçãoários nos meios de comunicação social. Tal desinformação é uma importante causa das perturbações a que se assiste. Por outras palavras: se a TV de um país socialista só mostra de Lisboa o Rossio é um erro, se de Lisboa só mostra os bairros de lata e as pessoas mudam imediatamente de canal é outro erro; o que é necessário é mostrar o Rossio e mostrar os bairros de lata duma maneira que interesse as pessoas.

4. A ciência é um factor que faz evoluir o mundo a uma velocidade há poucos anos impensável. Mas a ciência não é só os computadores, a electrónica, a engenharia genética. **São também estes mecanismos psicológicos e sociológicos de formação da opinião pública que é indispensável dominarmos.**

(...)

9. O binário desinformação/erros económicos e políticos, sobretudo económicos, provocou o caos a que se assiste nos países socialistas.

A desinformação/deficiente preparação ideológica e os erros económicos por si só já incomodam. O caos já incomoda mais. **Mas o mais preocupante de tudo é que a sombra desse caos as forças reacçãoárias avançam. A meu ver este perigo está a ser subestimado.**

10. Na própria URSS isso se verifica. Já se sabia que a Polónia e a Hungria estavam cheias de reacçãoários. Que houvesse tantos na URSS é novidade. A sua presença em força nos meios de comunicação social, sindicatos, meios científicos e artísticos é evidente. Chegarão (ou já estarão?) a altos postos no Estado e no Partido? Ou a altos postos nas FFAA? Ou à Segurança do Estado?

Talvez seja literário dizer que a URSS é a luz do mundo. Mas não é literário, é um facto expresso com palavras simples, dizer que **a URSS é o bastião da civilização e da Paz**, barreira contra a barbárie hoje como nos tempos do nazismo. O oscilar dessa barreira não pode deixar de causar a maior preocupação.

11. O socialismo e o comunismo representam o homem irmão do homem, a utopia milenária, e realizável, da humanidade, a causa a que milhões de homens, dos mais ilustres aos mais simples, consagraram as suas vidas. Não há um pontinho dum i a mudar a isto. **A meu ver nunca são demais as ocasiões de erguer este estandarte.** Talvez nos países socialistas isto tenha caído algo no esquecimento e se pense que se trata somente do confronto de dois sistemas económicos e de dois estilos de vida quando na verdade é muitíssimo mais vasto do que isso: trata-se do confronto entre os que querem transformar o mundo e os que querem deixá-lo afundar-se no egoísmo, na mediocridade e na opressão.

Leitor devidamente identificado

Sobre o INES, através de um artigo de Barros Moura

O artigo em referência (**O espaço do Partido Comunista**) constitui uma peça interessante de **forma qualitativamente nova** como alguns militantes do Partido entendem desenvolver a sua actividade «cívica». O processo de lançamento do INES, os artigos e as declarações dos seus promotores, permitem analisar de forma mais objectiva a **natureza política dessa organização** e a sua função.

A aplicação, ao INES, do qualificativo de «associação cívica» contém, no caso, uma significação contraditória que importa reter: ao mesmo em que se define enquanto associação de carácter cívico, é assumido enquanto **complemento** de uma actividade partidária. Pretendem estabelecer uma fronteira entre o exercício da actividade política (que é, ela própria, uma actividade cívica) e o exercício de uma actividade «cívica», onde, estranhamente, se

desenvolvem apenas acções de **carácter predominantemente político**.

Embora queiram fazer crer que a criação do INES é estranha a qualquer objectivo ou forma de acção de carácter político-partidário, tal se afigura como óbvio, se analisarmos o seu processo de lançamento e as declarações dos seus promotores.

É um facto público o INES não ter outro veículo de base com a realidade social e política portuguesa, para além do de ser uma **estrutura de apoio** ao desenvolvimnto de uma **crítica sistemática** à orientação do Partido, onde, mais do que constituir um organismo de investigação (que exigiria dos seus membros, como condição de acesso, um perfil determinado pelas capacidades reais de exercício da actividade científica), constitui-se numa organização política, definida em função do **ser ou não ser contra a direcção do PCP**.

O INES assume (embora os seus promotores não o queiram dizer), pela lógica do seu processo de criação e pela sua inserção no universo sociopolítico, uma clara definição de classe (de uma **élite intelectual** de média burguesia) o que é visível tanto pela origem de classe da maioria dos seus promotores (e virtuais dirigentes) como pelo **sentido real** da sua acção: pretender **transformar o PCP** num partido **sem natureza de classe**. Tal é patente também no facto de concretizar, o INES, a aceitação da tese da **separação entre a sociedade política e a sociedade civil**. É a afirmação da tese da existência de uma classe política, a quem compete o exercício da **democracia parlamentar** (i.é, a quem compete o exercício do poder).

Barros Moura afirma, correctamente, que «o debate público nunca será uma operação intelectual desinteressada, mas uma forma de luta política». Tal é a função do INES: desempenhar um papel na luta política, **servindo os interesses** das classes e camadas sociais interessadas no **enfraquecimento da natureza revolucionária** do PCP. Interessadas na **diluição da sua natureza de classe** e no abandono das suas referências ideológicas. Em suma, **interessadas na sua capitulação**.

(...)

Seria interessante questionar o autor sobre o significado oculto da passagem em que, depois de atribuir, pela boca de terceiros, à direcção do Partido a responsabilidade por transformar o Partido numa caricatura («um Partido Comunista rígido de estrutura e de radical teoria, de linguagem obreirista, dogmático e envelhecido...»), diz que «se o PCP fosse só essa caricatura, não teria essa impressionante flexibilidade táctica...» Qual o significado da palavra «só»? Essa caricatura é, para o autor, realidade? Quem está atrás da pequena palavra «só»? O próprio! Qual a origem então, da «impressionante flexibilidade táctica»? Ele mesmo?

Sendo o artigo em referência a síntese mais conseguida das questões levantada pelos chamados «críticos», agora associados no INES, **que ilusão pode restar quanto à natureza política desse movimento?** Que dúvida quanto à função deste «Instituto»?

Quando um dos seus promotores afirma publicamente (no acto do seu lançamento que **é no INES que se irá realizar a renovação do PCP**, demonstra, sem necessidade de explicações, que aquele «Instituto» irá desenvolver uma actividade de carácter para-partidário, onde se observa, desde já, uma **sobreposição** de planos de acção (o político e o dito «cívico»). Essa sobreposição cria, para já, uma situação de **incompatibilidade natural** pela **acumulação de funções orgânicas** em situações **concorrentes**, no caso, o INES e o PCP.

É um problema de **ética social**. A existência de situações de incompatibilidade não assumidas gera um constrangimento real que limita e empobrece o debate preparatório do Congresso constituindo uma situação que deverá ser tida em conta na definição das formas de concretização do grande esforço de análise colectiva em que nos empenhamos. Põe-se de forma aguda o **problema da confiança** que implica a palavra camarada, confiança indispensável ao funcionamento do colectivo partidário.

Alexandre Branco (Lisboa)

O XIII Congresso

O anúncio da decisão do CC de convocar para o primeiro semestre de 1990 um Congresso Extraordinário (Resolução de 20.12.89) poderá ter vindo a surpreender centenas ou mesmo milhares de membros do Partido, sobretudo pela circunstância de tal decisão **poder** eventualmente incluir na opinião pública,

nas bases do Partido e, pelos vistos, no próprio CC — como foi notório e público — a ideia de que tal decisão significaria, para utilizar terminologia agora em voga, «ir a reboque dos críticos».

Desde já afirmo que, no que me diz respeito, a minha primeira reacção «a quente» se orientou... freneticamente no mesmo sentido.

Entretanto, uma feliz conjugação de disponibilidades de tempo permitiu-me reler e recordar com o possível cuidado todos os principais materiais do XII Congresso do Partido concluindo, rapidamente, quão errada era essa primeira opinião, tomada no «calor dos acontecimentos».

A primeira e reconfortante conclusão a que chegamos após a leitura dos materiais referidos é a de que julgo poder afirmar-se que **não carecem** (os Estatutos ou o Programa do Partido) **de qualquer alteração**.

Do que se trata, então, segundo julgo, é de convocar um XII Congresso (extraordinário) do PCP para **tão-só**, elaborar e aprovar uma **nova** Resolução Política e, eventualmente, outros documentos sectoriais.

Não obstante, o sublinhar que diz de expressões **tão-só** e **nova** indicia, desde já, que, na minha opinião, o facto de, sendo eventualmente «apenas» essa a tarefa deste Congresso Extraordinário, ela não é, nem por isso, talvez menor do que foi a de elaborar e aprovar a Resolução Política do XII Congresso; e que, ao mesmo tempo, ela não deverá apresentar um simples conjunto de meras alterações, actualizações ou adaptações formais àquele valioso documento, mas, ao contrário, constituir a elaboração de uma **nova**, uma **outra** Resolução Política: a Resolução Política do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP.

Isto significa, na minha opinião, que a Resolução Política do XII Congresso estava no fundamental absolutamente correcta em Dezembro de 1989, configurou exemplarmente a análise teórica de longe mais profunda da realidade nacional e internacional jamais feita pelo Partido desde 1965 (sem paralelo com a de qualquer outro partido) e era baseada no conhecimento da realidade, **disponível verificável** àquela data.

Mais ainda, ela apontava um enquadramento geral das previsões **possíveis** para o curto e o médio prazo e não podia legitimamente antecipar-se a determinados acontecimentos que, **mesmo intuídos**, viriam a revelar-se dramaticamente inesperados e surpreendentes, na sua grandeza, tornando absolutamente decisivo o ano de 1989 na esfera internacional.

Nestas circunstâncias, segundo penso, a Resolução Política do XII Congresso, constituindo um precioso material de trabalho para o

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

**Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX.**

próximo Congresso, **não carece de alterações**. Nem de **anexos, adendas ou erratas** ! Creio que **não é para isso que se convoca o XII Congresso (Extraordinário) do PCP!**

Reforçando um pouco mais a ideia, julgo que seria completamente desajustado que, perante o colectivo partidário e a opinião pública, a realização do Congresso Extraordinário e a elaboração prioritária de uma Resolução Política constituíssem um recuado e defensivo «emendar de mão» em relação a algo que tivesse erradamente sido concluído no XII Congresso. O que, não significando que não se confirme grandíssima parte do que ali foi afirmado e aprovado, também não exclui, antes pelo contrário, a necessidade de uma cuidadosa autocritica acerca de relevantes aspectos da análise política da Direcção do Partido sobre **Indícios ou factos** eventualmente julgados por ela de forma demasiado solidária ou acritica. Esta rigorosa autocritica, assim feita, contará, como sempre, com a solidária corresponsabilização de todo o colectivo partidário.

Manuel Jorge Veloso (Lisboa)

CEE por um canudo

«Não só ganhamos menos que os trabalhadores dos outros países da CEE, como se agrava o fosso entre os salários de lá e os que são praticados em Portugal». Ao denunciar esta situação, Carvalho da Silva afirmou no Congresso da FSTIEP que há empresas estrangeiras no País pagando um quarto ou um quinto do que pagam aos trabalhadores dos seus países; além disso, em 1988 os salários na Comunidade subiram, em média, 2 por cento, ficando-se apenas por 0,9 por cento em Portugal, números que em 1989 passam para 1,3% para os doze e uma descida de 0,8% em Portugal. É caso para qualquer trabalhador português, recordando uma anedota já velhinha, perguntar a quem espreita pelo canudo da futurologia política e fica extasiado pelas maravilhas da CEE: — E não vê por lá o meu ordenado?

Pesos

Dan Quayle, o vice-presidente dos EUA que ficou célebre na

campanha eleitoral que o elegeu por se subtrair à clareza de raciocínio com a mesma eficácia com que se safou da guerra do Vietname através duma oportuna comissão militar na Guarda Nacional, foi ao Panamá dizer coisas. Uma foi acerca da «disposição» do presidente George Bush de retirar «quanto antes» as tropas norte-americanas que invadiram este país da América Central em 20 de Dezembro passado; outra foi que essa retirada «está dependente da salvaguarda da segurança pública panamiana e da consolidação da nova força pública do país». Considerando a habilidade deste vice-presidente nas retiradas, o anúncio tem o seu peso. Dada a experiência deste vice-presidente em segurança pública, o anúncio pesa que se farta.

Modelo

Pedro Santana Lopes, o novel secretário de Estado da Cultura cuja primeira medida interna foi privatizar um dos dois elevadores do edifício da Secretaria, reservando-o assim para a visita, algures nessa manhã, de um outro membro do Governo, saiu à rua e fez a

sua primeira aparição pública no cargo. Para isso dirigiu-se à sessão inaugural das jornadas de informação designadas «Media 92» (ao que supomos não utilizando o elevador, pelo menos durante o trajecto) e, segundo os jornais, salientou uma coisa: «o papel da indústria audiovisual europeia no futuro da construção política europeia». De governante, isto é muito mais que modelo. É um remodelo.

Dados

Segundo dados divulgados esta semana pelo gabinete de Estatística da CEE (Eurostat), em Bruxelas, o valor da inflação em Portugal atingiu, no último ano, valores duas vezes superiores aos da média comunitária, com apenas a Grécia a registar valores

superiores ao nosso país. De qualquer modo sempre estamos à frente, né?!...

Incentivos

Miguel Macedo, secretário de Estado da Juventude, foi à cerimónia de posse da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica para descobrir que «os nossos estabelecimentos de Ensino Superior estão superlotados, o que desincentiva alguns jovens (este **alguns** é uma pérola) de estudarem para a licenciatura mas, mesmo assim, Portugal está em penúltimo lugar, a nível europeu, em estudantes universitários». Em compensação somos os melhores em concentração por metro quadrado. E dando-nos ao luxo de desincentivar alguns por fora...

Pontos Cardeais

Gazetilha
por Ignotus Sum

Entremez

P'ra gerir a função do jornalismo (esse bicho perigoso de verdade) fez-se um órgão com laivos de alpinismo: uma Alta... Autoridade.

Independente?
Claro, pois então?
Garantiram à gente
quando reviram a Constituição...

A Alta Autoridade é um estremez.
Por acto de... magia
dos seus treze elementos há só três
que ao governo não dão a garantia.

Independência? Há aqui duas letras a mais.
Não é nada difícil saber quais...

Poluição

Jardim entrou na contra-informação.
Gesto nada feliz.
Ora eu cá desconfio que ele não
sabe bem o que diz...

Enfim. Para mostrar que a situação
não é tão má como a imprensa o quis,
Jardim foi praticar a natação
mergulhou na água, azul de tão feliz...

Não nutria o cacique por Marcelo
especial desvelo
mas copia o mergulho de Belém.

Jardim, Marcelo... A poluição não dorme.
Arrisca-se a TV ao perigo enorme
— e mergulha também...

Maré negra

A maré negra avança.
Dia a dia dilata-se a grangrena.
Enjoa, obsoberve, rança
desintegra, envenena.

Eu não falo ao falar desta maneira
(sem querer diminuir a gravidade tal)
da maré negra em ondas, na Madeira.
Falo da maré negra e tarimbeira
do Telejornal

Higiene

John, perdão! o Jonas
está nas lonas.
pensa que talvez pegue
(arte de crocodilo!)
pela conversa conseguir aquilo
que pela força nunca mais consegue...

Ei-lo aí, farfalhudo e insofrido,
a ser recebido
por garantes do Estado
a «título privado».
Que é que isto quer dizer?
Que doutra forma poderia ser?...

Se eu acho mal? Pois que ninguém se espante.
A coisa entendo bem.
O Jonas é importante.
O currículo imenso que ele tem!

Foi colaborador, e excelente,
da PIDE. E não direi nada de novo
pois sabe-o toda a gente,
que traiu o seu povo.

Do *apartheid* que os negros espezinha
recebe uma ajudinha
fraternal.
E beija as mãos (as mãos e os pés) da CIA
que lhe envia
trinta dinheiros, para o seu bragal.

Eis pois, o Jonas
em Portugal. Nas lonas.
Recebido por garantes do Estado
a título privado.

Há quem lhe aperte a mão? Sim, por desgraça.
Vai um conselho que pode bem servir:
se alguém lhe aperta a mão, pois que o faça
— mas lave as suas mãos logo a seguir...



Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 840

1 de Fevereiro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Reunião em Braga

Realiza-se no domingo, por iniciativa da Comissão Distrital de Braga do PCP, uma reunião distrital de quadros nas instalações da Escola Preparatória André Soares.

A reunião tem início às 15 horas e da ordem de trabalho consta a discussão da situação política e principais iniciativas e tarefas para 1990 e ainda a preparação do Congresso Extraordinário.

No Porto

A JCP/Porto promove amanhã, sexta-feira, um convívio assinalando a reabertura da sede, após as obras ali realizadas. Na Av. da Boavista, 601, com início às 21.30.

Na mesma noite realiza-se no Centro de Trabalho do Partido na Av. da Boavista um plenário de médicos comunistas. Às 21.30.

No distrito de Aveiro

Nos próximos dias a Comissão Distrital de Aveiro promove reuniões e convívios em várias localidades do distrito. Hoje mesmo, às 21.30, tem lugar no Centro de Trabalho de St.ª Maria da Feira uma reunião concelhia de quadros em que participa o camarada Sérgio Teixeira, da Comissão Política do CC.

Amanhã, sexta-feira, às 21 horas, realiza-se um plenário concelhio de militantes de S. João da Madeira, também com a participação de Sérgio Teixeira.

No jantar de confraternização marcado para sábado às 19 horas em Sever do Vouga estará presente o camarada Artur Ramígio, da Comissão Distrital.

Ainda no sábado: plenário concelhio de militantes em Águeda, no Centro de Trabalho, a partir das 21.30. Participa Sérgio Teixeira.



Plenários no Montijo

Para sábado, dia 3, estão marcados os seguintes plenários de militantes em freguesias do concelho:

— em Foros do Trapo, a partir das 15 horas, no Café Churrasqueira;

— em Pegões — na casa de Jaime Carrasqueira — também a partir das 15 horas;

— no Montijo, no Centro de Trabalho, às 21 horas.

Convívio em Amarante

No restaurante «Avião» a CDU local promove amanhã, sexta-feira, com início às 20 horas, um jantar de confraternização de activistas para que ainda é possível fazer inscrições.

Lisboa

Álvaro Cunhal com o Sector da Saúde

Realiza-se amanhã, dia 2, a partir das 19 horas no Centro de Trabalho Vitória, um beberete-convívio dos militantes do Sector da Saúde da ORL para entrega de cartões do Partido 1990-91. Convidado a participar, o camarada Álvaro Cunhal fará na ocasião uma intervenção política.

Plenário da Mague/Vila Franca

Em instalações da Casa da Cultura e da Juventude de Alverca realiza-se amanhã, sexta-feira, um plenário de militantes da Mague de Vila Franca de Xira, com o objectivo de discutir a situação política e as tarefas do Partido à luz das conclusões da última reunião do CC.

Neste plenário, que começa às 21.30, participa o camarada Daniel Branco.

Entrega de cartões em Lisboa...

Plenários-convívios para entrega dos novos cartões do Partido 1990-91 prosseguem na zona de Lisboa.

Esta semana é a vez das freguesias de Arroios, com convívio no próximo sábado a partir das 15 horas no Centro de Trabalho de Arroios, e de St.ª Engrácia, com um plenário-convívio que decorrerá no Centro de Trabalho da Graça, também no sábado, a partir das 15.30 e com a participação do camarada Júlio Filipe.

... e em Cascais

Neste concelho realizam-se esta semana convívios em Carcavelos e S. Domingos de Rana:

— o de Carcavelos vai ter lugar no Centro de Trabalho local, no sábado às 15 horas, e terá a participação do camarada Alexandre Teixeira;

— em S. Domingos de Rana o convívio (animado pelo conjunto musical «Ases de África») terá lugar no domingo a partir das 14.30 na colectividade «Amigos do Zambujal» e conta com a participação e intervenção do camarada Agostinho Lopes.



TV O Programa

Quinta

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez (inclui «Rua Sésamo»)
12.05 - Fera Radical (32º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Um Anjo na Terra (29º epis.)
14.15 - Palavras Cruzadas (107º e 108º epis.)
15.15 - Os Planetas (5º epis.)
16.40 - Hospital Central (96º epis.)
17.25 - Brinca Brincando
18.25 - Rua Sésamo (64º epis.)
18.55 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Vale Tudo (40º epis.)



21.05 - Justiça Cega (4º epis.)
22.45 - 24 Horas
23.15 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas (398º epis.)
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Benji, o Príncipe Extraterrestre (5º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - Meu Pé de Laranja Lima (31º epis.)



18.30 - Os Henderson (7º epis.)
19.30 - Clássicos da TV («O Homem da Carabina», 65º epis., e «O Homem Invisível», 11º epis.)
20.25 - Primeiro Andamento
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Emoções (2º epis.)
21.55 - Hora da verdade
23.05 - Quinta Dimensão (8º epis.)
23.30 - Patinagem Artística - Campeonato da Europa

Sexta

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez



12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Gloss (31º epis.)
14.15 - Palavras Cruzadas
15.15 - Os Planetas (série, 6º epis.)
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.20 - Rua Sésamo
18.50 - Chegar, Apostar e Vencer (curso)
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico



20.20 - Vale Tudo
21.30 - Missão Impossível (19º epis.)
22.35 - Telemundo
23.00 - Chefe, Mas Pouco (26º epis.)
23.30 - 24 Horas
24.00 - Remate
00.10 - Pela Noite Dentro - «A Testemunha Perdeu a Memória», real. John L. Moxey (EUA/1983, 111 min.)

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - 3, 2, 1 Contact (19º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.30 - Haja Música
19.30 - Clássicos da TV
20.20 - As Cidades e as Terras
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - D. Beija (20º epis.)
23.00 - Acerto de Contas
23.30 - Rotações
00.30 - Patinagem Artística - Campeonato da Europa

Sábado

RTP1

09.00 - Juventude e Família



12.00 - Sinfonietta
13.00 - Notícias
13.10 - Oito e Basta (19º epis.)
14.00 - Parlamento
14.30 - Crime, Disse Ela (31º epis.)
15.15 - Sessão da Tarde - «Uma Amiga do Passado», real. Robert Day (EUA/1984, 93 min.)
17.15 - Vivamúsica
18.00 - Ricardina e Marta (19º epis.)
19.10 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.15 - Boletim Meteorológico
21.30 - A Morgadinha dos Canaviais (4º epis.)
22.30 - Paul Simon em S. Sebastian
23.30 - Cinema da Meia Noite - «Guerrilheiros do Inferno», real. Karel Reisz (EUA/1979, 121 min.)

RTP2

09.00 - Via Rápida
10.00 - O Jogo dos Disparates
10.45 - Compacto «O Meu Pé



de Laranja Lima»
13.15 - Musical - Malcom MacLaren
14.05 - Circo
15.00 - Estádio
19.00 - Music Box Especial
19.40 - Meu Filho, Meu Filho (8º e últ. epis.)
20.45 - El Cabrero
21.15 - Estádio/Edição da Noite

Domingo

RTP1

09.00 - Juventude e Família
10.15 - TV Rural

10.30 - 70x7
11.00 - Missa
12.00 - Juventude e Família
12.30 - O Mar e a Terra
13.00 - Notícias
13.10 - Grandes Tormentos (2º epis.)
13.35 - Espaço 1999 (2º epis.)
14.25 - O Posto (2º epis.)



15.00 - Primeira Matinée - «O Apartamento», real. Billy Wilder (EUA/1970, 120 min.); às 17.05: «Fúria das Armas», real. Raoul Walsh (EUA/1953, 80 min.)
18.35 - Desenhos Animados
18.55 - McGyver (19º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Querido John (17º epis.)
21.05 - Sofia e Constança (série, 1º epis.)
22.20 - Domingo Desportivo

RTP2

09.00 - Troféu
13.00 - Caminhos
13.30 - Novos Horizontes
14.00 - Troféu
17.00 - Sobrevivência (21º epis.)
18.00 - Quem Sai aos Seus...
18.30 - Imagem e Imagens
19.00 - Café Central (últ. progr. da presente série)
20.00 - Os Trintões (17º epis.)
20.45 - Grande Plano de... - Eduarda Dionísio
21.55 - Cineclube - Ciclo Luis Buñuel no México: «Os Esquecidos», (1950)

Segunda

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - A Rota de Howard (30º epis.)
14.20 - Palavras Cruzadas
15.15 - Os Planetas (últ. epis.)
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
18.25 - Rua Sésamo
18.55 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.20 - Vale Tudo
21.10 - Clube dos Subscritores



21.35 - Casino Royal (3º epis.)
22.40 - Quase Adultos (3º epis.)
23.40 - 24 Horas
01.10 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Os Cinco (21º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.30 - Perigo na Escola
19.40 - Clássicos da TV
20.30 - Elogio da Leitura
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Ópera - «Fidélío», de Beethoven, produção de Peter Hall para o Festival de Ópera de Glyndebourne, com os cantores solistas Ian Caley, Elizabeth Gale, Elizabeth Soderstrom, entre outros, e a Orquestra Filarmónica de Londres



Filmes

«A Testemunha Perdeu a Memória» - 6ª, 00.10, RTP-1
«Uma Amiga do Passado» - sáb., 15.15, RTP-1
«Guerrilheiros do Inferno» - sáb., 23.30, RTP-1
«O Apartamento» - dom., 15.00, RTP-1
«Fúria das Armas» - dom., 17.05, RTP-1
«Os Esquecidos» - dom., 21.45, RTP-2
«Duas Mulheres em Nova Iorque» - 3ª, 21.30, RTP-2
«Serpico» - 4ª, 21.25, RTP-1

Ópera

«Fidélío» - 2ª, 21.30, RTP-2

Música

Quinta
20.25, RTP-2: Primeiro Andamento

Sexta
18.30, RTP-2: Haja Música

Sábado
09.00, RTP-1: Via Rápida
13.15, RTP-2: Malcom MacLaren
17.15, RTP-1: Vivamúsica
19.00, RTP-2: Music Box Especial
22.30, RTP-1: Paul Simon

Terça
18.20, RTP-2: Via Rápida

Quarta
23.20, RTP-2: Música n'América

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (23.15), 6ª (24.00), 2ª (00.15), 3ª (23.35), 4ª (00.20))
Rotações - RTP-2, 6ª, 23.30
Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.15
Troféu - RTP-2, dom., 09.00 e 14.00
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.20
Campeonato da Europa de Patinagem Artística - RTP-2: 5ª, 23.30; 6ª, 00.30; sábado e domingo nos programas «Troféu» e «Estádio»

Terça

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Dallas (70º epis.)
14.15 - Palavras Cruzadas
15.15 - Portugal de Nome Inteiro (série, 1º epis.)
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Rua Sésamo
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Vale Tudo
21.10 - Primeira Página
22.05 - Crónica do Crime (21º epis.)
23.05 - 24 Horas
23.35 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas (11º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.40 - Music Box - Via Rápida
19.30 - Clássicos da TV
20.25 - Cine Magazine
21.00 - Jornal das Nove



21.30 - Cinemadois - «Duas Mulheres em Nova Iorque», real. Claudia Weill (EUA/1978, 85 min.)

Quarta

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Colt em Acção (34º epis.)
14.15 - Palavras Cruzadas
15.15 - Portugal de Nome Inteiro
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Rua Sésamo
18.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Vale Tudo
21.10 - Vamos Jogar no Totobola
21.25 - Lotação Esgotada - «Serpico», real. Sidney Lumet (EUA/1973, 125 min.)
23.50 - 24 Horas
00.20 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Os Campbells (18º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.30 - O Homem na Terra (4º epis.)
19.30 - Clássicos da TV
20.20 - Lusitânia Expresso
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Histórias de Poterhouse (série, 1º epis.)
22.30 - Século XX - «Coragem para Falhar» (os pioneiros da cirurgia cardio-vascular)
23.20 - Música n'América

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Margarida do Monte, de Marcelino Mesquita**, adapt. e encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca. **Comuna**, Pr. de Espanha. **Sala 1** - As 21.30 (fecha 4ª); dom. às 17. **A Pécara**, de João Mota. **Café Teatro** - Sáb. às 24.00. **Festival da Oitá**, de Carlos Paulo. **Instituto Franco-Português**, Av. Luís Bivar, 91. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Les Bâtisseurs d'Empire**, de Boris Vian, enc. Daniel Beauron (até 4/2). **Ritz Clube**, Rua da Glória, 57. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom.

às 16. **O Regresso de Bucha e Estica**, enc. Mário Viegas. **Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira. **Teatro da Politécnica**, Rua da Escola Politécnica, 58. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **D. João e a Máscara**, de António Patrício, enc. Mário Feliciano, interpr. Eunice Muñoz, João Grosso, Estrela Novais, entre outros. **Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson. **Teatro Villaret**, Av.

Fontes Pereira de Melo. 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16.00 e 21.30. **Ora Bate...Batman'so** (revista)

• ESTORIL

Casino. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **What Happened to Madalena Iglésias?**, texto e encenação de Filipe La Féria (até 4/2)

• LOURES

Teatro Malaposta, Olival Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Render dos Heróis**, de José Cardoso Pires, dramaturgia de Mário Barradas, encenação de José

Martins, pela companhia do CDIAG (até 4/2)

• PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Jardim das Cerejeiras**, de Anton Tchekov, dramaturgia Carlos Porto, enc. Rogério de Carvalho.

Para crianças

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. **Sala 2**. 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Pregação**, de João Brites, pelo Grupo o Bando

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e enc. de Carlos Correia.

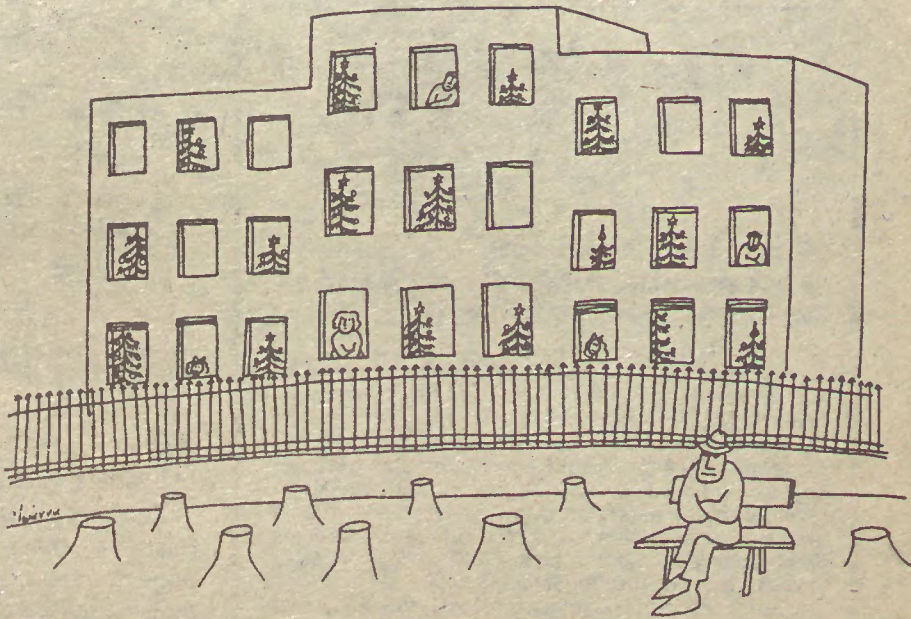
Cinema

A selecção

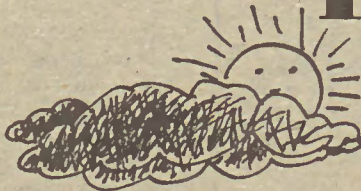
		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Bela de Dia	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
B	Chuva Negra	—	—	★	—
C	Cinema Paraíso	—	★★★	—	—
D	O Processo do Rei	—	★★★	—	—
E	Regresso ao Futuro II	—	★	—	★★
F	Regresso a Viena	—	★★★★	★★★	★★★
G	Sexo, Mentiras e Vídeo	★★★	★★★	★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A—Real. Luis Buñel **Forum Picoas** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) **Lisboa**.
B—Real. Ridley Scott **Alfa/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — **Berna** (15.00, 18.00, 21.30) **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Las Vegas/2** (15.30, 18.45, 21.45), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **dial/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.30), **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Lisboa**.
C—Real. Giuseppe Tornatore — **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Quarteto/4** (14.30, 17.00, 19.21.45, 24.00) — **Lisboa**.
D—Real. João Mário Grilo — **Forum Picoas/2** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) **Lisboa**.
E—Real. Robert Zemeckis — **Alfa/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras/3** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 00.15), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **City Cine** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Fonte Nova/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Império** (15.30, 18.30, 21.30), **S. Jorge/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
F—Real. Axel Corti — **Quarteto/3** (14.30, 17.00, 19.30, 21.00, 24.00) — **Lisboa**.
G—Real. Steven Soderbergh — **Amoreiras/5** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — **Lisboa**.



Tempo Fim de Semana



Períodos de céu muito nublado, vento moderado de norte ou noroeste, aguaceiros que serão de neve na Serra da Estrela.

Exposições

• LISBOA

Albertina Sousa - Pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 7/2)

Amália Rodrigues - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até 28 Março)

Ana Campos - Jóias. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mór, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 26/2)

António Bretaño Pestana - Pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário,

13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (de 2 a 24/2)

Artur Bual - Pintura. Galeria Santa Justa, Rua de Santa Justa, 93, 2.º. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 17/2)

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da valiosa colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até Abril)

Colectiva de tapeçaria. Galeria Tapeçarias de Portalegre, Rua Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

David Tremlett - Desenho. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a



Gravura cubana: só até segunda-feira na Gulbenkian

sáb. das 16 às 20 (até 11/2)

Gerhard Merz - Escultura. Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 17/2)

Helena Mártires - Gravura. Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 19/2)

Jacqueline Kiang - Aliança Française, Rua Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19.30 (até 23/2)

Jorge Viriato - Pintura. Espaço Interni, Rua Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a sáb. das 10 às 14 e das 15 às 19.30 (até 3/2)

José Francisco Azevedo - Fotografia. Gal. Ether, R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 17/2)

José Frazão Duarte e Feliciano Morgado - «Pintura Digital». Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 3/2)

Lançar Smedo - «Veneza e Lisboa», pintura. Gal. Miron, Rua do Mirante, 14, r/c. Esq. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 26/2)

Manuela Jardim - Pintura. Sala de Arte Templários, Rua Flores de Lima, 8. De 2.ª a sáb. das 12 às 15 e das 20 às 23 (até 24/2)

Nicolau Tudela - Pintura. Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 3.ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20 (até 17/2)

Noronha da Costa - Pintura recente. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-A. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às

19.30 (até 8/2)

Pintura, escultura e fotografia contemporâneas da América do Sul (Uruguai, Argentina, Brasil, Chile). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Romualdo - Galeria Novo Século, Rua do Século, 23. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 24/2)

Rosa Almeida -

Desenhos a tinta da china. Loja do Desenho, Rua da Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 3/3)

Rui Viana - Pintura e desenho. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13 (até 12/2)

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Tomás Mateus - Pintura e desenho. Gal. Triângulo, Av. Vasco da Gama. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 2/2)

Três Séculos de Gravura Cubana - da colecção do Museu Nacional Cubano (sécs. XVII/XX). Galerias das Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 5/2)

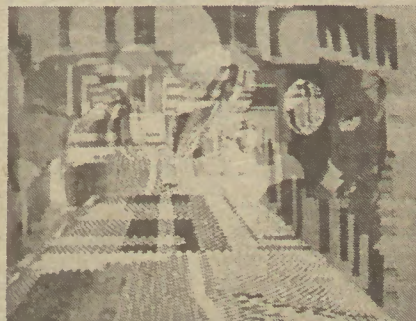
• **PORTO**

Alberto Chissano - Escultura em madeira. Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1.

Baltazar Torres - Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boa-



«Pintura digital» de Frazão Duarte e Feliciano Morgado



vista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 17/2)

Manfred Reiter - Desenho e aguarela. Galeria Labirinto, R. Nossa Sra. de Fátima, 334-1.º.

• OUTRAS LOCALIDADES

Jules Heyndels - Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 9/2) - ALMANSIL

Colectiva «Suporte Papel - Figurativo» (Armanda Passos, Ema Berta, Helena Lousinha, Isabel Sabino, Maria Gabriel, Paula Rego e Rosa Fazenda). Galeria Arcada - ESTORIL

Isabelino - Pintura. Galeria de Arte do Casino Estoril. Das 15 às 24 (até 4/2) - ESTORIL

Azulejos do Concelho de Loures (sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3.ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 - LOURES

O Desenho Animado - exposição internacional comemorativa do 50.º aniv. do «Office National du Film du Canadá». Galeria de Exposições do Teatro Malaposta - LOURES

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10 às 13 e das 14 às 17 - QUELUZ

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

A **Orquestra Gulbenkian** com o maestro **Barry Tuckwell** apresenta-se hoje às 21.30 e amanhã às 18.30 no Grande Auditório da Fundação para dois concertos durante os quais serão interpretadas obras de Elgar, Kodaly, Mozart e Haydn (a Sinfonia nº 104).

Na mesma sala têm ainda lugar nos próximos dias os seguintes concertos:

- na segunda-feira o **Schonberg Ensemble** com a meio-soprano **Jard Van Nes** em composições de Weber, Berg, Debussy e Mahler, entre outros;

- na terça, recital de piano por **François-René Duchable**, com um repertório de que constam obras de

Beethoven, Schubert, Brahms, Verdi/Liszt e Chopin;

- finalmente, na quarta, outro recital: **Mischka Malsky** em violoncelo e **Martha Algerich** em piano cumprem um programa integralmente preenchido com obras de Beethoven.

Os concertos referidos acima têm todos início às 18.30 e os bilhetes são a 900\$00, 750\$00 e 600\$00.

Bailado

Teve ontem início e prossegue até dia 3 a série de espectáculos que o **Ballet Gulbenkian** preparou como seu 2.º programa da temporada para o Grande Auditório Gulbenkian.

Este programa é constituído pela reposição de «Cinco Tan-

gos» de Hans van Manen/Astor Piazzolla e por dois bailados em estreia: «Isolda», música de Wagner com coreografia de Olga Roriz e «Ad Vitam», música de Richard Strauss-António Emiliano com coreografia de Paulo Ribeiro.

Os espectáculos programados realizam-se hoje às 18.30, amanhã às 21.30 e no sábado às 16 e 21.30, com bilhetes de 900\$00 a 600\$00.

Entretanto, noutra sala, a do **S. Luiz, a Companhia de Dança de Lisboa** apresenta hoje às 21.30 e domingo às 16.30 um espectáculo constituído por três bailados: «O Derradeiro Beijo», música e coreografia de Paulo Ribeiro, «Hammerklavier Adágio», de Beethoven/Mark

Haim, e «Bizâncio» do mesmo coreógrafo sobre música de Vitor Joaquim.

Cinema no Malaposta

A **Flecha Quebrada**, de Samuel Fuller, é o filme programado para este fim de sema-

na no Espaço Cinema do Teatro Malaposta. No sábado e no domingo às 21.30.

Entretanto, na sexta-feira à noite, tem ali lugar um debate subordinado ao tema «A edição de cinema em Portugal». Participam autores e críticos e um representante do Instituto Português de Cinemas.



Isabel Sabino e Maria Gabriel numa colectiva de pintoras no Estoril



a TV

O mal pior é perder a memória. A partir daí, todos os crimes são possíveis.

Não será talvez indignação a palavra mais apropriada. Felizmente a língua portuguesa é fértil em expressões de descontentamento.

A situação na RTP apresenta, porém, uma tal gravidade que não será esta a melhor altura para despejar sobre a informação o ácido das palavras agressivas. Primeiro, porque, neste caso, quem não tem ouvidos não é a mulher honesta, bem pelo contrário. E depois porque a tarefa principal, agora, é alertar todos os democratas para os riscos desta informação viciosa.

Pertencendo esta coluna a um jornal partidário, é natural que seja dado mais relevo aos casos relacionados com o PCP. Mas a verdade é que a agressão não atinge apenas aquele partido, mas todos os partidos democráticos.

Basta ver, para citar apenas um caso, o tratamento dado à sessão de posse da Coligação «**Por Lisboa**» na Câmara de Lisboa...

Fiquem todos os democratas certos: a paranóia anti-comunista não é senão o primeiro passo para outras espécies de paranóias. A História confirma. Duas séries sobre a ascensão de Hitler ao poder - **Christabel**, de origem inglesa, e os **Oppermann**, de origem alemã, acabam precisamente de refrescar algumas memórias.

Não há nada que mais favoreça os ditadores do que a perda de memória das vítimas.

...E nunca mais se falou nas eleições. Sim, para quê falar em coisas tristes?

A frequência com que os responsáveis da RTP apreçoam a sua **isenção e independência** seria a todos os títulos desnecessária, se eles fossem de facto independentes e isentos. Quem tem olhos azuis não anda sempre a jurar que tem olhos azuis.

Vejamos apenas um exemplo da tal «independência».

Logo após as eleições decidiu a RTP organizar um debate na **Primeira Página**. Que sucedeu? O debate foi cancelado e substituído por algo que nada tinha a ver com isso.

Pasme-se: até ao momento, ainda tal debate não se realizou! Talvez com o argumento de que já não é actual...

No entanto, **Primeira Página** não deixou de entrevistar Cavaco Silva. Justificava-se a entrevista? Vejamos: o Primeiro-Ministro, de importante, nada disse; nem mostrou que o tivesse para dizer; nem mostrou vontade de dizer.

O entrevistador foi de uma passividade lamentável. Os comentários na imprensa e na rádio desancaram-no. Unanimemente...

Na RTP ninguém reagiu. Ficou tudo caladinho como um rato. E o governo lá continua, na televisão, a levar a carta a Garcia...

Quinze segundos, para um lado; dois minutos, para outro. E assim vai indo a informação.

Agora foi a reunião do Comité Central do PCP onde, para além da marcação do Congresso extraordinário, se procedeu a uma análise aprofundada da situação política.

Considerando o direito de todos os cidadãos a uma informação correcta e atempada, sem a qual não será informação, pergunta-se: satisfaz a RTP esse direito? Ficaram os portugueses a saber o que **de facto** aconteceu nessa reunião?

A experiência mostra que tudo quanto acontece serve à RTP apenas como pretexto de campanha anti-comunista. Chega-se ao absurdo de utilizar contra o PCP as iniciativas do próprio PCP...

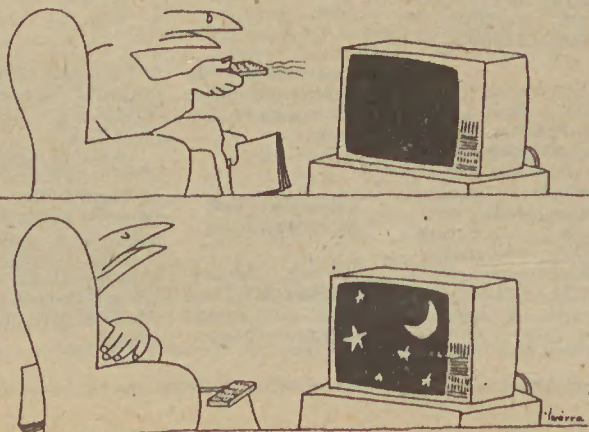
Repare-se: algumas palavras em directo de Álvaro Cunhal ouvimo-las no **Jornal das 9**. Algumas, poucas, quase nada. Pois bem: no **Telejornal**, nem isso. Apenas reproduziram a parte referente à situação de um deputado. Para quê! Para ir ouvir o deputado, está claro. Para acirrar. Para intrigar, para confundir.

Com um pormenor significativo: a intervenção de Álvaro Cunhal levou 15 segundos; a entrevista com o dito deputado levou **dois minutos!!!**

Depois disto, qualquer comentário seria redundante. A RTP pode continuar o seu jogo de intriga entre os **duros** e os **moles**? Pode continuar a desenvolver o seu anticomunismo sem perigo para a democracia?

Respondam os democratas.

■ **Ulisses**



Síntese semanal da IMPRENSA

O Mergulho II

Enquanto o crude alastrava pelas costas da Madeira, tingindo-os de negro, os governantes tentavam convencer-nos de que nada de grave se passava. Houve mesmo quem mergulhasse nas águas madeirenses para provar ao mundo que o mar madeirense estava limpo. Tempos idos, outra figura da nossa praça mergulhou no Tejo para convencer os lisboetas de que ia limpá-lo. Uma questão de argumentos?...

Está tudo bem

Provar que está tudo bem é a intenção de Alberto João Jardim que hoje se desloca à Ilha de Porto Santo para participar numa reunião de trabalho relacionada com as operações de limpeza da costa da ilha afectada pela maré negra.

«Verifica-se com satisfação que todas as zonas turísticas do arquipélago não foram atingidas com qualquer gravidade, permanecendo assim a oferta turística completamente inalterável», afirma um comunicado distribuído pelo gabinete de João Jardim. O mesmo documento louva o esforço desenvolvido por centenas de pessoas envolvidas nas operações de limpeza e constata «uma melhoria» da situação, embora, «como é normal, se preveja a continuação do aparecimento de alguns problemas ao longo das próximas semanas», reconhece.

Diferente é a posição do PS da Madeira, cujo secretário-geral, Emanuel Jardim Fernandes, se deslocou ontem ao Porto Santo onde esteve reunido com responsáveis autárquicos locais.

Além da reclamação do estatuto de «calamidade pública» para a zona atingida pela maré negra, o PS defende

na mesma proposta a adopção de medidas de combate e a concessão de várias formas de apoio, incluindo financeiras.

(«o diário», 24.1)

Pôr fim aos fantasmas

O chefe do Governo Insular sobrevoou a zona afectada pela maré negra, entre as ilhas da Madeira, Desertas e Porto Santo e anunciou a sua intenção de dar um mergulho na praia, para pôr cobro a «fantasmas».

Também o ministro do Ambiente, Fernando Real, que na terça-feira visitou a ilha, afirmou que a situação estava totalmente controlada, ao mesmo tempo que foi reforçada a capacidade de trabalho das equipas de limpeza do crude.

Certo é que ainda faltam recolher cerca de 15 mil toneladas de crude, concentrado junto à costa, conforme declararam entidades oficiais em Porto Santo.

Fernando Real declarou que o Porto Santo terá as suas praias limpas «no próximo verão», época em que uma equipa de cientistas deverá ocu-

par-se nos estudos do impacto ambiental causado pela maré negra.

(«Correio da Manhã», 25.1)

Contra-informação

Alberto João Jardim esteve ontem, pela primeira vez, na «ilha dourada», 11 dias após a chegada da maré negra que as autoridades marítimas admitem, agora, atingir as 15 mil toneladas, após terem afirmado, há dias, que apenas «algumas centenas de toneladas» teriam atingido Porto Santo.

«A defesa dos interesses económicos da Madeira» foi a razão alegada pelo presidente do Executivo da região autónoma para recorrer aos citados «meios de contra-informação».

Na sua visita de ontem não repetiu as acusações de «empolamento» da maré negra que fizera à Comunicação Social, declarando, inclusivamente, que «a Imprensa, de um modo geral, fez uma cobertura isenta» da maré negra.

O presidente do Governo Regional disse que «o meu diferendo é apenas com a RTP», que criticou por ter vendido a outras cadeias de televisão imagens do desastre em Porto Santo.

Ontem, Alberto João Jardim mergulhou no oceano, em Porto Santo, perante as câmaras da RTP/Madeira e a delegação de jornalistas que o acompanhava. Alberto João Jardim escolheu uma zona da praia longe da costa poluída, para esse efeito, mas situada a menos de dois quilómetros da zona do areal que chegou a ser atingida, por várias vezes, pelo crude.

O governante regional justificou, ainda, a sua vinda a Porto Santo, 11 dias após a maré negra, afirmando que «no local só deve estar quem trabalha» e por não querer retirar «dividendos políticos» do facto. Falando aos jornalistas, afirmou, no entanto, ter vindo encontrar uma situação «grave», mas que temia ser pior.

(«Diário de Notícias», 25.1)

Um, dois e...



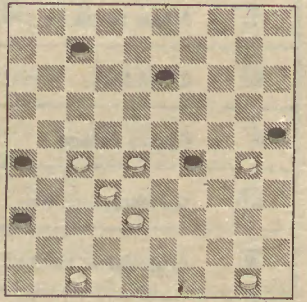
(«Diário de Notícias», 25.1)



Damas

CCXXXIX - 1 de Fevereiro de 1990
Proposição N.º 239
Por: Mazure - 1948

Pr.: [6]: 7-13-25-26-29-36
Br.: [6]: 27-28-30-32-38-47-50



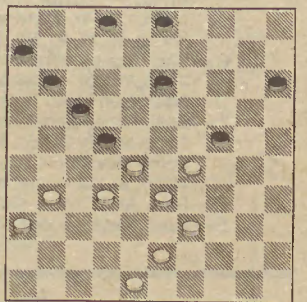
As Brancas jogam e ganham

Golpe N.º 239

Por: A. de M. M. - França, 1981
(contra: A. Slaby)

Pr.: [9]: 2-3-6-11-13-15-17-22-24

Br.: [9]: 28-29-31-32-33-36-39-43-48



Jogam as Pretas e ganham material

Soluções do N.º CCXXXIX

N.º 239 (M.): 27-21 e 32-27 e 47-41 e 27-22 e 22x2=D e 2x39 (6x44), 50x39+

Golpe N.º 239 (A. de M. M.): 13-18 (29x20) 15x24: (ameaçando: 24-29!)

— Se (39-34), 24-29 (34x21), 11-16!... =D

— Se (31-27), 22x31 e 17-22 B+1

A. de M. M.

Xadrez

CCXXXIX - 1 de Fevereiro de 1990

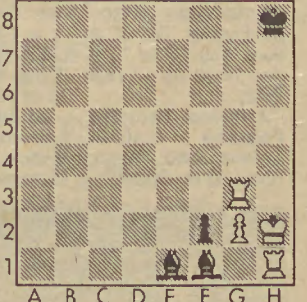
Proposição N.º 239/A

Por: Georg Ernest

«Frankisches Volksblatt», 1911

Pr.: [4]: Pf2-Bs.él, f1-Rh8

Br.: [4]: Pg2-Ts.g3, h1-Rh2



Mate em 4 lances

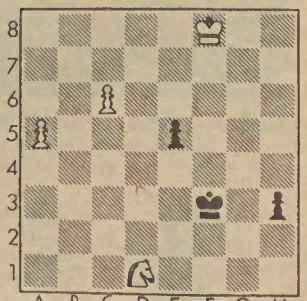
Proposição N.º 239/B

Por: Y Platten

1938

Pr.: [3]: Ps. é5, h3-Rf3

Br.: [4]: Ps. a5, c6-Cd1-Rf8



Brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CCXXXIX

N.º 239/A (G.E.): 1. Tg6, Rh7; 2. Tg5, Rh6; 3. Tg4, Rh5; 4. Rg3++ N.º 239/B (Y.P.): 1. c7, h2; 2. c8=D, h1=D; 3. Dg4+, Rg4; 4. Cf2 Rf4; 5. C: h1, é4; 6. a6, é3; 7. a7, é2; 8. Cf2, R63; 9. Cg4+, Rf4; 10. C65, R:é5; 11. a8=D, é1=D; 12. D6+ e 13. D:é1 eg.

A. de M.M.